



VIDA INTERNACIONAL

Problemas da política externa, diplomacia e segurança nacional



DIRIGENTE DO PROJETO

Armen Oganecian

Redator-chefe da revista “Vida Internacional”

REDATORA RESPONSÁVEL DA EDIÇÃO

Evguenia Piadicheva

Secretária responsável da revista “Vida Internacional”,
mestre em história

MATERIAIS FOTOGRÁFICOS

Irina Znatnova

Redatora responsável pela edição da revista “Vida Internacional”

Edição em português

Tradução para o português

© “Progress ID” Ltda.

Diretor geral: Sarkis Oganian

Chefe da redação: Margarita Tarverdova

Tradutores: Konstantin Asryantz, José Milhazes

Redação: Elena Gladkikh

Operador do computador: Alexey Uvarov

Paginação: Anton Diatlov

Endereço da redação:

105064, Moscou, Travessa Gorokhovski 14, Federação Russa

Telefone: +7 (499) 265 37 81. fax: +7 (499) 265 37 71

E-mail: info@interaffairs.ru

© Redação da revista “Vida Internacional”, 2014

DIPLOMACIA

Serguei Riabkov

Só o interesse nacional pode ser a força motora da política externa

5

Genadi Gatilov

“Nos campos” da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU

15

Vladimir Chijov

Rússia e União Europeia: 20 anos depois

25

GEOPOLÍTICA

Georgi Toloraia**Anatoli Torkunov**

O fator norte-coreano e o reforço da posição russa na Ásia

35

Tair Mansurov

Comunidade Econômica Euroasiática, CEEA: da colaboração integracionista para a União econômica da Eurásia, UEEA

51

VETOR UCRANIANO

Yuri Bulatov

Relações russo — ucranianas: juntos ou separados?

71

Alexander Orlov

Novo paradigma de relações internacionais

87

Alexey Moisseev

Sobre algumas posições jurídicas internacionais a propósito da crise ucraniana

95

Doutor Crecko Jukic

A derrocada do “projeto ucraniano”

107

MONDO EM TORNO DE NÓS

- Konstantin Kossachev**
Rússia e contribuição para o desenvolvimento internacional
113
-
- Yúri Chafranik**
Energia russa: desafios do tempo
123
-
- Andrei Klimov**
BRICS: já não são só cimeiras
131
-
- Dmitri Danilov**
OTAN: Avançando para o passado
139

SEGURANÇA

- Andrei Krutskih**
Anatoli Streltsov
Direito Internacional e a questão da segurança da informação no plano internacional
153
-
- Ekaterina Vissotskaya**
Daniil Mokin
Ilha Rogachev
O que é mais importante: observância dos direitos do homem ou garantia da segurança? Experiência dos EUA dentro do país e no palco internacional
167

COLUNA DO REDATOR-CHEFE

- Armen Oganecian**
Adeus, Alemanha?
181

BIBLIOTECA

- Boris Piadichev**
“Direito internacional” de luxo
185

CONSELHO DE REDAÇÃO

Serguei LAVROV,
ministro das relações exteriores da Rússia

Alexander AVDEEV,
*Embaixador Extraordinário
e plenipotenciário*

Yuri CHAFRANIK,
*presidente da Direção da Companhia
Petrolífera Interestatal, “SojuzNefteGaz”,
presidente da Fundação “Política
e Recursos do Mundo”*

Vladimir CHIJOV,
*representante permanente da Rússia
junto à União Europeia*

Andrei DENISSOV,
*Embaixador Extraordinário
e plenipotenciário, mestre em ciências
econômicas*

Alexander DZASSOKHOV,
doutor em ciência política

Alexey FEDOTOV,
*Embaixador Extraordinário
e plenipotenciário, mestre em ciência
jurídica*

Konstantin KOSSACHEV,
*dirigente da Agência Federal para
Assuntos da Comunidade de Estados
Independentes e de compatriotas,
residentes no estrangeiro, e para
a colaboração humanitária
internacional Rossotrudnichestvo,
mestre em ciência jurídica*

Vladimir LUKIN,
*Embaixador Extraordinário
e plenipotenciário, doutor em história,
professor titular*

Mikhail MARGUELOV,
*representante especial do Presidente
da Federação Russa na colaboração
com os países da África*

Serguei MAREEV,
*diretor geral do Ministério das
Relações Exteriores da Rússia*

Alexey MESHKOV,
*vice-ministro das relações
exteriores da Rússia*

Alexander PANOV,
doutor em ciência política

Evgueni PRIMAKOV,
*acadêmico da Academia
de Ciências da Rússia*

Alexey PUCHKOV,
*presidente do Comitê
da Duma de Estado para
Negócios Internacionais,
mestre em história*

Serguei RIABKOV,
*vice-ministro das relações
exteriores da Rússia*

Mikhail SESLAVINSKY.
*dirigente da Agência Federal
de Imprensa e Comunicações
em Massa*

Vladimir TITOV,
*primeiro vice-ministro das
relações exteriores da Rússia*

Anatoli TORKUNOV,
*reitor do Instituto Estatal
de Moscou de Relações
Internacionais, doutor
em ciência política*

Alexander YAKOVENKO,
*Embaixador Extraordinário
e plenipotenciário, doutor
em ciência jurídica,
professor titular*

Redator — chefe
Armen OGANECIAN

Só o interesse nacional pode ser a força motora da política externa

Serguei Rlabbkov

Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros
da Federação da Rússia

SRYabkov@mid.ru

Armen Oganecian, redator-chefe da revista “*Vida Internacional*”: Serguei Alekseevitch, a primeira pergunta é evidente. Porque é que as “caixas pretas” do Boeing malaio foram levadas para a Grã-Bretanha, país cujo governo, tal como a administração dos EUA, acusou de tudo os milicianos e a Rússia antes de quaisquer investigações?

Serguei Riabkov: Nós não tentamos dissecar cada episódio do ponto de vista político. Não temos preconceitos face a que peritos e especialistas possam ocupar-se dessa questão. Para nós, o fundamental é que os nossos representantes sejam incluídos no respetivo grupo. O nosso interesse consiste em que deve ser descoberta a verdade. Por enquanto, não temos fundamentos para supor que têm lugar quaisquer vigarices ou manipulações. A Rússia está tão interessada como os outros em que seja determinada a verdade. E talvez até mais. Por isso, espe-

ramos que, em interação com britânicos e holandeses, com a parte malaia, com a qual foi estabelecido desde o início um diálogo real sobre esse tema, possamos chegar ao fim da fase de investigação. A experiência única, o conhecimento da especificidade e, infelizmente, o grande recurso acumulado de investigações de peritagem de situações trágicas que ocorreram com os aviões de passageiros durante todos anos da existência da aviação civil, permitirão trabalhar de forma qualificada, com conhecimento de causa, não politizando. A propósito, por isso a Rússia insistiu na inclusão dos respetivos parágrafos na resolução 2166 do Conselho de Segurança, que criou a base jurídica para esse trabalho.

A. Oganecian: Falou-se do envio para a zona da catástrofe de polícias holandeses e australianos para guardar esse lugar, para se realizar posteriores investigações. Nesta proposta nota-se um subtexto. Poderá isso conduzir à internacionalização de todo o conflito? Porque a parte ucraniana não pode garantir a segurança dos polícias estrangeiros.

S. Riabkov: A iniciativa de enviar um grupo de guardas partiu dos governos dos países cujos cidadãos morreram na catástrofe. Os governos desses países assinaram os respetivos acordos com Kiev. Estávamos prontos a discutir concreta, enérgica e



atentamente, tudo isso para que semelhante atividade decorresse num quadro aceitável para todos. Mas, no fundo, o centro de todo o problema reside no facto de Poroshenko e das atuais autoridades de Kiev não estarem prontas a garantir o cessar de fogo e, o principal, a começar um diálogo construtivo com os milicianos, com a direção de Donetsk e Lugansk. Por essa razão, não se cumpre muito do que se deveria empreender e sem o que não pode ser garantido o restabelecimento da calma em torno desta situação. Não recebemos um eco adequado nem da parte de Kiev, nem da parte das capitais que empurram as atuais autoridades de Kiev para a continuação do confronto, para a continuação da chamada operação antiterrorista.

Trata-se de uma grande tragédia do sudeste da Ucrânia, de toda a Ucrânia, trata-se de um episódio mais difíceis da história contemporânea desta região. Nós compreendemos a situação em todos os pormenores. É preciso que a abordagem das autoridades de Kiev seja radicalmente revista.

A. Oganecian: Tanto a Rússia, como os EUA, não obstante todas as divergências, insistem numa condição fundamentalmente importante: cessar de fogo e das ações militares. Pode-se esperar que os EUA ocupem realmente semelhante posição?

S. Riabkov: Infelizmente, as ações de Washington, diver-

gem muitas vezes das garantias e sinais que nós recebemos através dos canais diplomáticos e sob a forma de comentários públicos da parte da administração americana. O precipício entre as palavras e os atos é gritante. Não há nada mais preocupante, nas nossas atuais relações com os EUA, do que a divergência entre as garantias dadas pelos americanos de ajudar na normalização da situação e o apoio prático, crescente, mais abrangente e que adquire novas formas, a Kiev, que, sem dúvida, vê nesse apoio uma indulgência à continuação da sua política sem saída, uma sanção ao esmagamento do protesto por via da força no sudeste da Ucrânia. Claro que as garantias são importantes, não as colocamos de lado, mas as garantias dos EUA devem ser seguidas de passos construtivos concretos. Por enquanto, isso não acontece, mas sucede algo contrário.

O exemplo da realização da iniciativa de V.V. Putin, Presidente da Federação da Rússia, sobre a monitorização da OCSE em dois postos da fronteira russo-ucraniana “Gukovo” e “Donetsk” é o mais recente dessa série. Nas palavras, as EUA dizem estar interessados, mas, na prática, impediram mais de duas semanas a tomada de uma decisão pelo Conselho Permanente da OCSE. Muito se pode falar do abismo que se formou entre os desejos e intenções de Washington e o que realmente se realiza em relação à crise na Ucrânia.

A. Oganecian: O conhecido Paul Wolfowitz dizia que o objetivo fundamental dos EUA é impedir mais um aparecimento de um novo adversário no território da antiga União Soviética. Esta consideração é fulcral na nova estratégia regional de defesa. E os americanos devem impedir qualquer possibilidade de uma potência adversária estabelecer uma situação dominante na região, cujos recursos serão suficientes para a criação de uma potência global.

Parece-lhe que cada administração americana realiza, no espaço pós-soviético, a doutrina exposta por Wolfowitz?

S. Riabkov: O Sr. Wolfowitz está entre os “neo-conservadores”. É a ala mais à direita, conservadora do Partido Republicano. A continuidade da política dos EUA no que respeita à não permissão da integração no campo pós-soviético realmente impressiona. É uma constante da política externa norte-americana que não depende da mudança de administração.

Gostaria de falar de outra coisa. O facto é que nós, nos últimos anos, empregámos frequentemente a expressão “dois pesos na política dos EUA”. Ao analisar o que se passa na Ucrânia e em torno dela, chego à conclusão de, nessa área, na política dos EUA não existirem “dois pesos” em geral, mas apenas um peso: não permitir de forma alguma consolidar o espaço pós-soviético, im-

pedir as pessoas que vivem nas diferentes partes desta imensa região, pessoas que sentem, de uma forma ou de outra, a sua ligação espiritual, histórica e pessoal com a Rússia, a realizar os seus anseios; o peso de impor-lhes outros esquemas comportamentais, de impor governos que lhes são política e ideologicamente estranhos. O despedaçamento geopolítico, dependentemente das prioridades que os dirigentes destes ou daqueles territórios formulam para si, é o único peso seguido por Washington, não dependendo disso se o Sr. Wolfowitz se encontra no poder ou critica do flanco direito o que se passa noutra administração.

Frequentemente, em Washington acontece que a luta entre partidos decorre ao nível das discussões sobre os montantes do orçamento para cobrir os pagamentos dos seguros médicos ou das receitas, mas nunca se coloca a questão de se está correta, na sua base, a política externa do país em relação a regiões concretas. Toda a elite política americana está convencida de que é a “fonte do bem” e que comete um grande erro quem não compreende isso.

Pode-se falar durante muito do destino do sistema de Westfália e da destruição da doutrina da soberania nacional. Conclui-se que os EUA só reconhecem a soberania completa para si. Os restantes devem ou limitar a sua própria soberania e interagir com os EUA nas condições americanas, ou irão ter problemas.

Esta limitação fundamental da possibilidade de olhar de outra forma para o mundo é uma tragédia. Obrigado ao Sr. Wolfowitz por ele ter chamado as coisas pelos nomes. Nós também iremos chamar as coisas pelos nomes.

A. Oganecian: Até que podem se deterioraram as nossas relações com os EUA?

S. Riabkov: Nós enfrentamos hoje a redução frontal das envergaduras da interação, acontecendo isso por decisão da parte americana. Nós próprios não abordamos qualquer questão do ponto de vista da influência “iniciativo-demonstrativa” nas disposições em Washington. Todas as iniciativas que tomamos são exclusivamente medidas de resposta e reação aos passos inaceitáveis dos EUA. Mas os formatos tradicionais de cooperação, diálogo, a solução de alguns problemas estão congelados. Não gostaria de pensar que eles foram completamente liquidados. Porém, a perspectiva do seu restabelecimento é muito remota no atual contexto.

Nós partimos sempre do princípio de que a Rússia, no plano das relações com os EUA e do seu desenvolvimento, da manutenção do diálogo, nada faz em prol dos EUA. Nós fizemos tudo partindo do próprio interesse cuidadosamente ponderado, e isso é normal porque só o interesse nacional pode ser a força motora da política externa. Se os EUA consideram

que a nossa cooperação não é necessária ou que tudo o que fizeram na direção russa foi realizado para nos fazer um “favor”, é um erro colocar assim a questão.

Num futuro próximo, não sei se chegará o momento em que a atual administração possa reconhecer esse erro. Caso contrário, tudo continuará na mesma. Claro que não vejo um novo “reset”, se se recorrer ao termo americano, porque Washington foi bastante longe na retórica anti-russa, no desejo de nos “castigar”. Tudo isto é difícil rodar para trás. Sublinho que continuamos a política de nos manter no diálogo, de fazer chegar calmamente aos parceiros as nossas ideias sobre todas as questões e de tentar conservar o que corresponde aos nossos interesses, de continuar a trabalhar nos temas a que, esperamos, os EUA não estejam indiferentes.

A. Oganecian: Serguei Alekseevitch, um dos méritos do “reset” é o Tratado sobre a redução de armamentos ofensivos, em cujos trabalhos o senhor participou. Este tratado não foi alvo de erosão?

S. Riabkov: Penso que se deve julgar não por uma qualquer conjuntura e por processos correntes que não têm a ver com a esfera de controlo de armamentos, mas julgar pelo resultado deste ou daquele documento e, o principal, pela sua resistência às pressões externas. Inicialmente,

o documento pareceu-nos mutuamente vantajoso, ele foi analisado do ponto de vista do equilíbrio de interesses, aí não há cedências injustificadas. O volume de comentários que acompanhou a assinatura e, depois, a ratificação desse documento, não tem análogos. E se assim é, então não há razões para se questionar o instrumento que visa realmente reforçar a segurança dos EUA e da Rússia, bem como contribuir para a manutenção da estabilidade estratégica.

Outra coisa são as pessoas nos EUA que, na sua fúria anti-russa, tentam mostrar o seu desagrado face às abordagens russas, principalmente no que respeita a questões regionais. Eles tentam influir na administração do presidente, nos legisladores. Apenas temos de lamentar que eles não foram além das sanções na sua doutrina na política externa. Se algo não correu como eles pretendiam, têm apenas uma resposta: sanções.

A. Oganecian: Uma das últimas propostas apresentadas para discussão entre os legisladores americanos consiste em elevar o estatuto da Ucrânia a parceiro privilegiado, que prevê ajuda técnico-militar, uma cooperação militar mais ativa com Kiev. Como comenta isso?

S. Riabkov: A questão não está em que tipo de armas e em que quantidade se fornece às autoridades de Kiev. A questão é

que, sem diálogo político, sem reforma constitucional, não haverá diálogo político e calma nessa região. Seria melhor canalizar a energia hoje gasta no desenvolvimento do tema da concessão à Ucrânia do estatuto de “parceiro não da NATO privilegiado” para objetivos pacíficos, para a tarefa de corrigir Kiev e de lançar o processo político no interior da Ucrânia.

Gostaria de assinalar que, paralelamente, tem lugar contra nós uma campanha absolutamente sem precedentes de difamação com acusações de fornecimentos de armamentos pesados aos milicianos. Continuam a não serem apresentadas quaisquer provas. Sabe que para os americanos e os membros da NATO é muito cómodo dizer que têm dados de espionagem, mas não podem ser revelados porque são de “espionagem”. Estamos prontos a repetir diariamente que isso não passa de ataques mentirosos. O MNE da Rússia já falou várias vezes das calúnias e mentiras que os EUA utilizam cada vez mais na sua política externa.

A. Oganecian: Apoiando-se na sua experiência de participação no processo da política externa, considera que será possível a ingerência militar direta da parte da NATO, EUA no conflito ucraniano?

S. Riabkov: Considero que os que têm semelhantes tentações, mesmo que não de forma

verbal, mas apenas inconscientemente, ao nível de sonhos, devem tomar imediatamente calmantes ou consultar especialistas no campo da medicina, porque qualquer pessoa normal compreende o caráter funesto e catastrófico de semelhante abordagem.

A. Oganecian: Até que ponto são prejudiciais as sanções anunciadas pelos EUA contra a Rússia? Ouvimos diversos pontos de vista: desde “socorro!” até “picadela de um mosquito”.

S. Riabkov: Claro que não há razões para se falar em “socorro!”. Sentimos o efeito negativo das sanções dos EUA, da União Europeia, do Canadá e de uma série de outros países sob a forma de aumento do preço da atividade normal dos operadores económicos russos. Vemos tentativas de utilizar a especificidade do funcionamento do nosso complexo militar-industrial para dificultar a solução de determinadas tarefas no campo da garantia da nossa capacidade de segurança. Não resultará. E, a propósito, gostaria de observar que é muito “querido” sempre que uma pessoa assina uma ordem de sanções contra o complexo militar-industrial russo com uma mão e, com a outra, escreve instruções sobre a continuação de um trabalho ativo com os russos sobre posterior desarmamento. Segundo a opinião deles, a Rússia comportou-se de forma diferente do que o formulado no “livro da vi-

da” deles relativamente à Ucrânia. Daí as sanções. Mas o que lhes interessa, não obstante as sanções, deve alegadamente continuar no regime passado. Isso não dá resultado. Daí as nossas contra-medidas.

Não há “socorro!”. Mas também não se trata de uma “picadela de mosquito”, são coisas sérias. O problema consiste também em que será bastante difícil para o Ocidente, os EUA, a União Europeia e outros países recuarem, anularem tudo. É evidente que esses países não só não conseguirão esses objetivos com a sua política de sanções contra a Rússia, eles diminuem as possibilidades de trabalho resultativo sobre outras questões que têm grande interesse para eles, porque não podem ficar sem resposta.

A. Oganecian: Recentemente, o jornal “Financial Times” publicou um artigo onde se afirma que a China, Irão e Rússia colocam perante si a tarefa de reconstruir a ordem mundial existente, “revelam revisionismo”. Como comentaria esta afirmação?

S. Riabkov: Não faz parte das regras de representantes oficiais de negócios estrangeiros comentar publicações em jornais, mesmo num tão respeitado como o “Financial Times”. Mas quero analisar a palavra “revisionismo”. Poderiam ser quaisquer uns, mas não os nossos colegas britânicos, os colunistas britânicos refinados a falarem de revi-

sionismo. Nós, na Rússia, queremos encontrar uma plataforma firme para uma vida internacional normal, digna, para a realização normal, justa dos assuntos internacionais, quando não é preciso “alinhar” cada passo, nomeadamente com a capital onde se encontra a redação do respeitado jornal «Financial Times».

A. Oganecian: Ainda há dois ou três anos atrás, diziam-nos que os BRICS são apenas uma constatação do facto da existência no mundo de um certo grupo de países. O que são hoje os BRICS?

S. Riabkov: Os BRICS continuam a ser uma união informal de cinco estados que, gradualmente, alargam a ordem de dia do trabalho, tanto político, económico e outro aplicado. Temos já séria experiência no sentido financeiro, eu já não falo da criação do banco ou da associação (isso é precisamente novo). Nos últimos anos, teve lugar a coordenação de posições perante as sessões periódicas dos institutos de Bretton-Woods, a interação teve lugar também no interior do G-20. Temos uma interação cada vez mais concreta nas esferas que dizem respeito à vida quotidiana de qualquer sociedade: desde a ciência e a técnica até à agricultura.

É verdade que gostaríamos de ter um maior efeito prático, uma maior eficácia no plano dos resultados. Mas se se olhar para o dia-

pasão temporal (V.V. Putin, Presidente da Rússia, avançou a ideia da criação dos BRICS, a primeira cimeira decorreu em 2009 e a segunda realizar-se-á em Ufá no próximo ano), trata-se de um pequeno espaço histórico se compararmos à existência de outros institutos internacionais. E durante esse tempo foi feito muito.

A ordem de dia política alarga-se. Por exemplo, a Declaração de Fortaleza sobre a Síria, o Afeganistão e o Irão encerra teses muito sérias, importantes sinais. Trata-se da base do nosso trabalho comum com os parceiros dos BRICS sobre muitos problemas agudos. Estou convencido de que o processo de consolidação dos BRICS, que continua a ser uma união informal (não falamos da criação de qualquer estrutura rígida ou muito menos de organização), continua.

A. Oganecian: A que se deve a necessidade de criação do Banco de Desenvolvimento BRICS e a Associação de reservas de moeda condicionais dos países dos BRICS? Não existe já o Fundo Monetário Internacional?

S. Riabkov: O Fundo Monetário Internacional exige reformas e o principal é que os seus parâmetros foram acordados no formato G-20. Nós trabalhámos e continuamos a trabalhar nesse círculo e consideramos que ele reflete perfeitamente a atual correlação de forças, nomeadamente económicas,

na arena internacional. O problema é que as decisões sobre a reforma não se resolvem, principalmente pela administração dos EUA, que bloqueia a reforma acordada sobre as quotas no Fundo. Uma série de países não tem a influência devida nas decisões tomadas pelo Fundo e essa situação não corresponde cada vez mais ao peso prático e ao nível de responsabilidade desses estados, antes de tudo dos estados que fazem parte do grupo de BRICS. Por isso, a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS e a Associação de Reservas de Moeda são o modo de encontrar resposta a essa situação, mais precisamente, formar apenas certos instrumentos que ajudarão sem as dificuldades que sentem os nossos países nas relações com o FMI e o BIRD, tratar de questões como a estabilização financeira e o financiamento de projetos importantes.

Não quero que os leitores concluam que se trata da contra-posição de instrumentos dos BRICS ao que se formou há muitas décadas, funciona em muitos países. Não há concorrência.

Primeiro, é incomparabilidade dos recursos acumulados no Banco Mundial (no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) e no FMI com o que for empreendido no quadro dos BRICS. Segundo, as tarefas são completamente diferentes. Os instrumentos dos BRICS não são um meio de projeção do poderio económico para o exterior,

são alavancas suplementares de solução de tarefas concretas, mesmo que não se limitem aos territórios dos próprios países dos BRICS. Mas aqui há um pormenor ligado ao facto de ser necessário diminuir a “colagem” dos países dos BRICS à atividade dos institutos Bretton-Woods.

Estou profundamente convencido de que é também necessário um sistema de pagamentos nacional próprio. Ninguém sabe o que acontecerá dentro de algum tempo na direção corporativa, por exemplo, da Visa ou MasterCard do ponto de vista da sua política em relação à Rússia. E nós não podemos estar constantemente sob a ameaça de decisões voluntaristas, sem razões e, no fundo, absurdas que os políticos de Washington impõem ao seu mundo dos negócios e ao internacional.

A. Oganecian: Os BRICS têm uma ideologia ou alguma super-ideia?

S. Riabkov: Não têm ideologia, nem devem ter. Mas somos adeptos de um mundo multipolar, estamos convencidos de que é preciso reforçar o Direito Internacional, consideramos que é preciso regular os processos internacionais e resolver os problemas através da busca do equilíbrio de interesses, compromissos e através do diálogo. Eis as três máximas, são evidentes e talvez mesmo indiscutíveis. Os BRICS não têm qualquer ordem do dia

escondida. Qual o futuro desta união? Será um desenvolvimento evolutivo. Nós não forçamos nada. Consideramos que, além de colocar tarefas e formular planos, devemos concentrar-nos no trabalho prático, tanto mais que, com com a Chio andar dos anos, esta prática torna-se cada vez mais concreta e exige a atenção dos profissionais. Ou seja, este é um movimento de duas vias: a elevação gradual da fasquia das expetativas e das tarefas, bem como a saturação gradual com passos concretos daquilo que já acordámos.

A. Oganecian: Observamos uma cooperação ativa com a China. E como estão as coisas com a América Latina e a África?

S. Riabkov: Gostaria de ver ainda mais resultados concretos. Eles existem e não podem ser subestimados. Não se pode medir tudo através da quantidade de acordos assinados ou de trocas feitas, embora, também neste campo, o último período tenha sido bastante impressionante. A visita do Presidente da Rússia, Vladimir Putin, a uma série de países da América Latina, em combinação com a sua participação na cimeira dos

BRICS, em iniciativas em formato “outreach” também no Brasil, onde estiveram dirigentes da maioria dos países da América do Sul, foram, por si só, uma possibilidade maravilhosa de fazer avançar as relações bilaterais com cada um desses países.

Nós não organizamos a nossa política na América Latina (bem como em África) partindo de cânones geopolíticos, tão próprios dos colegas no Ocidente. Não se trata de um “jogo a zero”. Não consideramos que, se nós desenvolvemos em algum lugar relações em regime forçado ou queremos conseguir acordos inovadores (e estes também existem) com toda uma série de países em vários campos, isso é feito em prejuízo de alguém. Pensamos que isso é uma manifestação normal de atração mútua de países que, embora se encontrem geograficamente longe um do outro, tentam conquistar novos parceiros. E assim continuará a ser. Apelamos a todos os que olham com desconfiança para a política da Rússia que aceitem de forma imparcial o que acontece tanto na América Latina, como em África, no plano do avanço dos interesses russos, da sua defesa e da formação das nossas novas parcerias.



“Nos campos” da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU

Genadi Gatilov

Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros
da Rússia

gmgatilov@mid.ru

“Vida Internacional”: Como avalia as principais conclusões da “semana ministerial” da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU?

Genadi Gatilov: Cada sessão da Assembleia Geral da ONU é um marco que não só permite concluir o ano político transato, mas também avaliar as relações internacionais no momento atual, e ainda delinear o vetor das ações futuras para seguirmos em frente. É absolutamente correta a afirmação de que a Organização das Nações Unidas, que nem num espelho, reflete os processos globais a nível político, económico, de direitos humanos e de segurança coletiva.

Nesse sentido, a última sessão abarcou um conjunto de problemas complexos e polémicos, transversais à política mundial. Podemos afirmar que a grande conclusão da discussão política foi a tomada de consci-

ência, por parte da esmagadora maioria dos países do mundo, de que não existe alternativa a uma ação coletiva concertada para a superação das ameaças globais com base no respeito do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas. Essa foi a principal insistência do Secretário-geral da ONU durante o seu discurso na tribuna da Assembleia Geral, tendo sublinhado a inédita complexidade e multiplicidade dos problemas que têm que ser resolvidos atualmente pela ONU.

É ilustrativo o facto de as tentativas americanas de dominar o mundo, em detrimento da multi-polaridade, e que ficaram patentes na exposição efetuada durante a sessão pelo Presidente dos EUA, Barack Obama, foram recebidas por muitos com desconfiança e repulsa. Eles têm o seu ponto de vista sobre os desafios na área da segurança, no que concerne ao desenvolvimento económico e quanto ao quadro de valores.

Nesse contexto, a esmagadora maioria dos oradores, sobretudo oriundos de países em desenvolvimento, falaram dos desafios que se colocam à ONU no âmbito do combate à pobreza, ao desemprego e às assimetrias no desenvolvimento, bem como de melhoria de acesso aos mercados mundiais, de garantia de educação e saúde acessíveis, e de questões ecológicas



no quadro da temática das alterações climáticas. Por isso é que a Presidente do Chile, M. Bachelet, definiu a ONU enquanto um fórum insubstituível, apesar do seu trabalho nem sempre garantir os resultados desejáveis.

Enumerando tudo isso, quero destacar que essas questões não foram esquecidas durante os debates, nem ficaram à sombra da discussão das crises regionais mais prementes.

“Vida Internacional”: Devem ter existido tentativas, por parte dos EUA e outros países do Ocidente, no sentido de agudizar a crise na Ucrânia e apresentá-la enquanto a principal ameaça.

G. Gatilov: Não obstante os prognósticos, efetuados principalmente pelos Órgãos de Comunicação Social ocidentais, a questão ucraniana não teve, durante a sessão, uma coloração fortemente anti-russa, e que muitos desejavam. Só o Presidente dos EUA, B. Obama, falou da “agressão russa na Europa”, a par da explosão do vírus do Ebola e do terrorismo, e enquanto uma das principais ameaças. Mas este tipo de abordagem reflete apenas a visão da situação por parte da atual administração norte-americana,

não mais do que isso, tendo o alinhamento de um pequeno grupo de países, nomeadamente Bálticos, Polónia, Roménia, Bulgária, e alguns outros Estados-membros da UE. Tendo em conta esse pano de fundo, os ingleses, franceses e canadianos, desta vez soaram mais neutrais. Já um número esmagador de Chefes de Estado expressaram-se no sentido de elogiar os sucessos no âmbito da normalização política na Ucrânia. Sentia-se que estão a rever o posicionamento duro e anti-russo imposto por Washington.

Será de mencionar que muitos países defenderam a unificação de esforços dos membros da ONU na luta contra desafios reais à segurança em detrimento dos imaginários. Trata-se, sobretudo, de uma luta conjunta e efetiva contra o terrorismo e o extremismo, da organização coletiva do trabalho no sentido da regularização das crises regionais, na resolução de questões que se colocam ao estável desenvolvimento económico, à segurança alimentar, à saúde, sobre a qual, aliás, já falei anteriormente. Ou seja, as tentativas de tornarem a questão da Ucrânia central acabaram por ser inconsistentes. Mesmo porque o processo político de Minsk, no âmbito do qual foi possível lançar um diálogo dire-

to entre as partes beligerantes, abre perspectivas reais no sentido de se pôr fim à violência na Ucrânia. Aqueles que tentam ignorar esse facto, têm objetivos geopolíticos, que nada têm em comum com o desafio da segurança interna ucraniana.

“Vida Internacional”: Que lugar foi ocupado, durante a sessão, pela questão anti-terrorista, nomeadamente no âmbito da grande coligação internacional anunciada por B. Obama?

G. Gatilov: O problema da luta contra o terrorismo teve um dos lugares de destaque na sessão. Sobre a resposta coletiva a esse fenómeno horrendo falaram todos, sem exceção. Decorreu uma reunião importante do Conselho de Segurança das NU, sob a presidência de B. Obama, durante a qual foi aprovada, por unanimidade, a resolução 2178, acerca dos guerrilheiros terroristas estrangeiros. Nesse documento, que foi desenvolvido com a nossa participação ativa, é sublinhada a importância da cooperação internacional ativa no que concerne à luta contra o terrorismo, de acordo com a Carta da ONU, e estão previstos os deveres dos países na luta contra os terroristas guerrilheiros estrangeiros.

É condenado o extremismo e a violência inter-religiosa, é re-ferida a exigência face a todos os terroristas guerrilheiros estrangeiros em abandonarem as armas e pararem com os atentados e de participarem em conflitos armados. Está previsto o envolvimento, no sentido de se concretizar essa decisão do Conselho de Segurança, das estruturas anti-terroristas da ONU que, aliás, já desenvolvem um trabalho muito útil. Como a resolução foi tomada de acordo com o capítulo VII da Carta da ONU, a escusa à execução dessas exigências traz sérias consequências aos que se tentarem “esgueirar”. A resolução é um passo importante no sentido da continuidade do trabalho coletivo na luta contra o terrorismo. Até aquele momento, o Conselho de Segurança da ONU tinha aprovado a resolução 2170 quanto ao reforço da pressão através de sanções contra os terroristas no Iraque e na Líbia. Em conjunto reforçam a capacidade do Conselho de Segurança no quadro da existência de uma vontade política conjunta em tomar decisões fortes que se baseiam na Carta da ONU.

No que concerne à formação da coligação internacional, tal como afirmou S.V. Lavrov, há muito que lutamos contra o terrorismo, de forma permanente

e conseqüente, independentemente de efetuarmos declarações sonoras sobre criações de coligações.

No plano prático, a Rússia realiza entregas de grande dimensão de armamento e equipamento militar aos Governos do Iraque, Síria, e outros países da região, para apoiar o seu esforço na luta contra o terrorismo.

Agora fala-se muito sobre as ações da coligação e os ataques aéreos contra as posições do ISIS no Iraque e na Síria. Mas é preciso dizer, e até os peritos no Ocidente reconhecem isso, que na ausência da necessária coordenação com Damasco, a coligação liderada pelos EUA não pode, por ora, gabar-se de resultados impressionantes. De 8 de Agosto até finais de Setembro, a aviação militar dos EUA efetuou, sobre os territórios do Iraque e da Síria, mais de 4 mil sobrevoos militares, contudo os combatentes do ISIS não só mantiveram as suas posições militares, como continuam a atacar em várias direções, entre elas, a da capital iraquiana. Além disso levantam-se questões quanto à qualidade dos ataques que afetam ora bases militares abandonadas, ora escolas. As divisões moveis do ISIS evitam, com facilidade, grandes perdas, dissolvendo-se,

não raras vezes, na população local.

Acrescem as questões humanitárias dos ataques de mísseis e bombas contra o ISIS, apontados pelas organizações competentes da ONU.

“Vida Internacional”: Ou seja, o recurso exclusivamente à força pode não ser suficiente no que concerne à erradicação da ameaça terrorista?

G. Gatilov: É exatamente isso. Trata-se de um ponto fulcral. Para uma verdadeira erradicação e prevenção da ameaça terrorista, é essencial que se sigam os seguintes critérios, que nós apresentamos à ONU.

Em primeiro lugar, o facto de serem inaceitáveis os “padrões duais”, quando nalgumas capitais existe a tentação de dividir os terroristas em “bons” e “maus”, quando existiu a tentativa de aproveitamento de movimentos terroristas na resolução de questões-chave, relacionadas, nomeadamente, com a alteração do regime. Ao que leva esse tipo de convívência podemos ver, por exemplo, no caso do ISIS na Síria e no Iraque.

Nesse âmbito, foi bastante elucidativa a declaração, durante a sessão da Assembleia Geral da ONU, da Presidente da Argentina C. Fernández de Kirch-

ner, que sublinhou que muitos dos atuais guerrilheiros terroristas eram, anteriormente, encarados pelo Ocidente como combatentes pela liberdade e como tal apoiados, principalmente no que concerne ao Oriente Próximo.

Em segundo lugar, na luta contra o terrorismo deveria apoiar-se no Direito Internacional e na Carta da ONU. E isso pressupõe que as ações militares contra os movimentos extremistas só podem ser realizadas com base num pedido do país envolvido, ou sob o auspício do CSNU que sanciona esse tipo de passos. Tudo o resto, que não se enquadra nessa moldura, é ilegal e representa uma ação unilateral. Conhecemos bem as consequências desse tipo de ações, graças à história recente.

Recordemos os danos infligidos no sistema internacional na sequência dos ataques da NATO contra a Jugoslávia, da alteração do regime em Bagdade, dos ataques contra a Líbia. Há um ano tentou-se repetir esse cenário na Síria, tendo sido evitado por iniciativas diplomáticas enérgicas, sobretudo russas.

Uma luta efetiva contra o terrorismo exige a participação ativa de todos os países da região. É difícil perceber como é possível ter sucesso sem a participação do Irão, da Síria, das or-

ganizações regionais como a Liga Árabe e a União Africana, que têm uma maior sensibilidade para as questões da região e a sua forma de estar delicada. Pois, se, em tempos, os nossos parceiros ouvissem mais atentamente as abordagens da União Africana quanto à Líbia, talvez teria sido possível evitar a tragédia de dimensões globais que se seguiu aos ataques da NATO sobre esse país, numa violação da resolução do CSNU, levando, praticamente, à destruição do aparelho estatal líbio.

Um dos nossos interlocutores “nos campos” das sessões da Assembleia Geral afirmou, de forma bastante razoável, que os meios militares não podem tornar-se na panaceia anti-terrorista. É necessário um forte “antídoto anti-terrorista”. Por isso propomos que seja criada uma abordagem multifacetada, que englobe ações financeiras, administrativas, sociais, ideológicas, no âmbito da luta contra o terrorismo, mantendo-se a inviolabilidade das soberanias e a integridade dos Estados envolvidos.

“Vida Internacional”: Nesse esforço, deve ter um papel importante a regulação de conflitos regionais.

G. Gatilov: Trata-se de uma tarefa estratégica. Nesse

contexto propusemos discutir multilateralmente o problema do terrorismo no Oriente Próximo e Norte de África, e criar, sob a égide da ONU, um fórum representativo, com a participação dos membros permanentes do CSNU, da Liga Árabe, da União Africana, e outras partes interessadas. Nesse âmbito poderiam ser analisados os conflitos regionais envelhecidos, entre os quais o israelo-palestiniano, cuja falta de normalização continua, passadas décadas, a ser um solo fértil para o surgimento de novos movimentos terroristas.

Infelizmente, por causa de outros fatores problemáticos na normalização do Oriente Próximo, apesar das graves consequências dos acontecimentos de Gaza, essa questão foi pouco debatida durante a sessão. Mas seria errado se o imperativo da concretização rápida de uma resolução definitiva do conflito israelo-palestiniano deixasse cair essa questão fora da agenda internacional. Hoje, como nunca, é necessário consolidar os esforços internacionais no lançamento de um processo de paz consistente, sem o qual a região continuará a ser a fonte de instabilidade, não só para os seus povos, mas também para o resto do mundo. Das conversas com os palestinianos podemos concluir que a

ideia da entrada na ONU com o objetivos de ser aprovada uma resolução do CSNU que obrigue ao fim imediato da ocupação israelita dos territórios palestinianos, não é cobrada com a agenda.

De uma forma global, consideramos que o principal desafio passa por, em vez de reagir sobre os conflitos e os fenómenos terroristas, o trabalho internacional se focar na sua prevenção e profilaxia. Para isso, os esforços na esfera anti-terrorista devem ser complementados com uma ação coletiva de resolução política do processo, no âmbito do qual as partes beligerantes resolviam todos os problemas que surgissem apenas através de um diálogo nacional alargado.

“Vida Internacional”: Síria continua a ser uma questão premente e atual na vida internacional. Essa questão foi discutida durante a sessão?

G. Gatilov: Claro. E existiu um ponto comum a todos: não existem alternativas à solução política da questão síria. Isso foi afirmado no seu discurso por B. Obama. Temos que passar das palavras para às ações. A moldura política para isso está criada — foi aprovado o comunicado de Genebra enquanto

plataforma de normalização, foi convocada uma conferência sobre a Síria em Montreux, realizaram-se duas voltas das conversações inter-sírias em Genebra, que terminaram com a definição da agenda. Depois, esse processo foi interrompido deliberadamente, com declarações de desacordo face à vontade do Governo sírio em discutir a temática anti-terrorista e da união de esforços nesse sentido entre as autoridades e a oposição. Mas como demonstram os acontecimentos dos seis meses transatos, tratava-se de uma questão completamente justificável.

Se queremos avançar verdadeiramente em direção do fim da violência na Síria, temos que voltar ao processo de Genebra, e não armar a oposição para eliminar o regime vigente em Damasco.

Foi nesse quadro que levamos a cabo um encontro, em Nova Iorque, com o enviado especial da ONU para a Síria, S. de Mistura, que iniciou contactos em Damasco com os intervenientes regionais, no sentido de encontrar a oportunidade para o relançamento do diálogo de Genebra. Esperamos recebê-lo, brevemente, em Moscovo.

Por falar nisso, “nos campos” da sessão realizou-se um encontro ministerial sobre as questões

humanitárias da crise síria. Os participantes conferiram especial atenção à necessidade da normalização do processo político, separadamente do qual todos os esforços no sentido da melhoria da situação humanitária são desnecessários. Como referiu um dos participantes, sem a estabilidade política, todos os meios financeiro enviados para a Síria “irão para o fundo do poço”. É bastante claro.

“Vida Internacional”:
A explosão do vírus do Ebola foi analisado durante a sessão com a mesma atenção?

G. Gatilov: Realizou-se um encontro extraordinário de alto nível, no âmbito do qual defendemos a união dos esforços na luta contra essa grave crise de saúde na África Ocidental. Tornamo-nos coautores de uma resolução especial do CSNU sobre a problemática do Ebola. Juntamo-nos de forma ativa aos esforços internacionais, os médicos russos trabalham de forma corajosa na República da Guiné. Está coordenada a sua cooperação com as estruturas internacionais, especialmente a OMS. Enviamos módulos médicos para a Guiné e para a Serra Leoa, bem como equipamento de proteção para o pessoal médico. Na Rússia fazem-se pesquisas para

a descoberta de preparados imuno-biológicos para a profilaxia e o tratamento desse vírus. O volume de financiamento para esse objetivo ascende a 3 milhões de dólares norte-americanos.

“Vida Internacional”: Em Nova Iorque, decorreu nesses dias um conjunto de iniciativas dedicadas a diversos problemas da política mundial. Poderia destacar os mais importantes?

G. Gatilov: Sim, nesse sentido a sessão foi rica. Realizaram-se encontros ministeriais da OTSC, bem como dos BRICS, que afirmaram a partilha de posicionamento dos nossos países a favor do respeito pelo Direito Internacional nas relações internacionais e da coordenação nas questões mundiais prementes. Realizaram-se encontros de alto nível sobre o Líbano, Iémen, Somália, República Centro-africana, Mali, e outros problemas regionais. Eu, particularmente, participei, a par dos eventos mencionados, no encontro ministerial “Diálogo para cooperação na Ásia” — um fórum internacional, bastante promissor, sobre a problemática da integração económica dos Estados asiáticos, que são mais de 30.

Participei na Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, na sessão especial da As-

sembleia Geral sobre a implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que contou, também, com a participação de representantes dos departamentos centrais russos. Para não mencionar a participação em inúmeros contactos bilaterais com parceiros estrangeiros.

A abundância de eventos “nos campos” desta sessão revela o interesse dos Estados no sentido de um trabalho conjunto unificados, no âmbito do qual, como demonstra a prática, podem ser resolvidos até os problemas mais difíceis.

“Vida Internacional”: Com que sensação fica após os debates realizados?

G. Gatilov: Em muitos dos contactos bilaterais, o nosso Ministro realizou mais de 50, em eventos multilaterais, no discurso do chefe da delegação russa na tribuna da Assembleia Geral, foram expostas, de forma honesta, as nossas avaliações sobre as situações correntes nas Relações Internacionais e os caminhos para superar os problemas existentes. Foi reforçada a tese, com exemplos práticos, sobre o carácter de “beco sem saída” das ações unilaterais, a inutilidade da imposição de esque-

mas externos a outros Estados sem levar em conta as suas especificidades étnicas e culturais, a inaceitável política de ultimatoss, de superioridade e domínio, descrito em detalhe na posição da Rússia sobre a crise interna ucraniana que foi o resultado de falhas sistémicas na arquitetura europeia. O Ministro, propôs que a Assembleia Geral da ONU aprovasse a proibição de ingerência em questões internas de Estados, de não reconhecimento

de golpes de Estado enquanto formas de alteração de Governo.

Na qualidade de alternativa foi exposta a nossa posição a favor de uma cooperação verdadeiramente construtiva num quadro de união em redor das grandes questões. É especialmente importante apoiar essa abordagem hoje, quando nos aproximamos do aniversário de 70 anos do fim da II Guerra Mundial, na sequência da qual foi criada a Organização Mundial.



Rússia e União Europeia: 20 anos depois

Vladimir Chijov

Representante Permanente da Rússia junto da UE

Há vinte anos atrás, a 24 de junho de 1994, na cidade grega de Kerkyra, também conhecida por Corfu, foi assinado o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) Rússia-UE. Ele entrou em vigor três anos mais tarde, a 1 de dezembro de 1997, e vigora até hoje. Pode-se afirmar sem exagero que, no limiar dos séculos, esse acordo fulcral lançou a base jurídica estável do desenvolvimento multilateral do diálogo Rússia-UE nas mais diversas esferas. Com este acordo foram criadas premissas para a construção de relações económicas estreitas, incluindo a perspectiva de formação de uma zona de comércio livre, foi edificada uma arquitetura ramificada de cooperação, bem como criado o quadro do diálogo político Rússia-UE.

Nos últimos 20 anos, a Rússia e a UE realizaram 32 cimeiras, cinco encontros no formato Governo da Rússia-Comissão Europeia. Foi organizada interação a nível ministerial: inicialmente, sob a forma de um Conselho de Cooperação e, mais tarde, por mútuo acordo, num formato mais flexível: Conselho Permanente de Parceria.

O APC contribuiu para a criação de um dos instrumentos fundamentais da cooperação económica Rússia-UE: 13 diálogos setoriais atualmente vigentes além de diálogos sobre questões “horizontais”, que dizem respeito aos problemas de investimentos, de aquisições por parte de institutos públicos e de defesa dos direitos de propriedade intelectual. Em duas direções, mais precisamente no que respeita ao desenvolvimento do empreendedorismo e do clima de negócios e à política naval integrada, realiza-se um trabalho com vista à institucionalização de diálogos. Um pouco à parte está a cooperação técnico-científica Rússia-UE: pela estrutura, ela é semelhante ao formato de diálogo, mas baseia-se num Acordo In-



tergovernamental sobre CTC de 2000, que, a propósito, foi prolongado por mais um prazo de cinco anos. Ativamente, embora fora dos quadros formais de diálogo, desenvolve-se a cooperação no campo da veterinária e fito-sanitária.

Tive a oportunidade de não ser apenas testemunha, mas também participante direto dos esforços com vista à realizações do previsto no APC, dos acordos sectoriais assinados no seu desenvolvimento, bem como dos “roteiros” sobre a criação de espaços comuns Rússia-UE aprovados na cimeira de Moscovo de 2005.

Considero que, nas duas décadas passadas, muito foi feito. Hoje, a União Europeia é o maior parceiro comercial da Rússia. Em 2013, a fatia da UE era de 49,4% do volume total do comércio externo russo. Por sua vez, para a UE, a Rússia é o terceiro maior parceiro comercial, representando, em 2013, 9,5% do comércio exterior da UE. Em 2013, a troca de mercadorias entre a Rússia e a União Europeia atingiu o nível recorde de 326,3 mil milhões de euros, por outras palavras, cerca de mil milhões de euros por dia. Durante os 20 anos que decorreram depois da assinatura do APC, a troca de mercadorias aumentou mais de dez vezes. Não se pode sobrestimar o papel da Rússia enquanto importante fornecedor de combustíveis para os países da UE. A Rússia satisfaz um terço das necessidades da UE em petróleo e gás natural, quase um quarto em carvão e derivados de petróleo. Num futuro próximo, a União Europeia não encontrará outro parceiro capaz de garantir o fornecimento de recursos energéticos nos volumes indispensáveis.

Aumentam constantemente os laços comerciais, turísticos, culturais e científico-académicos. Em 2013, as fronteiras dos países da zona Schengen foram atravessadas por 6,9 milhões de cidadãos da Rússia. A entrada em vigor, em 2012, dos acordo entre a Rússia e a Polónia sobre a movimentação fronteiriça local deu um importante contributo para o desenvolvimento dos contactos humanos. Paralelamente, desenvolve-se a cooperação Rússia-UE sobre a luta contra os desafios e ameaças transnacionais. Marinheiros da Armada de Guerra da Rússia e das Marinhas dos países membros da UE que participam na operação “Atalanta” prestam serviço em conjunto numa zona do Golfo de Aden onde existe o perigo de pirataria. As partes continuam o trabalho de busca de soluções, através de conversações, para o problema nuclear iraniano, para outras crises e conflitos regionais. Grupos aéreos do Ministério para Situações de Emergência da Rússia, em coordenação com estruturas do mesmo perfil da UE, lutam contra inundações e incêndios nos países europeus.

É impossível contar as provas da nossa ligação indestrutível. O continente europeu é impensável sem a Rússia, assim como a Rússia tem as suas raízes na civilização europeia. E embora há séculos que têm lugar discussões sobre a pertença da Rússia à Europa, sobre as vias alternativas de desenvolvimento do nosso país, não há dúvida que os povos do continente europeu estão indissolivelmente ligados por milhões de “fios invisíveis” da cultura grego-romana e cristã, por uma história multissecular e pela herança de valores comum. Mais, enquanto importantes jogadores globais, a Rússia e a UE são chamadas a dar um contributo para a manutenção da segurança internacional e regional, projetar a paz, a prosperidade e a estabilidade nos areais próximos das nossas fronteiras.

Por isso a crise que rebentou na Ucrânia torna-se hoje não só uma prova à solidez do sistema de interação aos mais diversos níveis da Rússia e da UE, que se formou nos últimos vinte anos, mas também um “momento da verdade” para todo o espaço euro-atlântico.

A posição da União Europeia na crise ucraniana, digamos diretamente, mostrou estar longe do espírito de parceria e cooperação pensado pelos autores do Acordo de 1994. No preâmbulo do APC está fixado o apego das partes ao “incentivo do processo de cooperação regional... entre países da antiga URSS com o objetivo de contribuir para o florescimento e a estabilidade da região”. Além disso, no “Roteiro” para o espaço comum de segurança externa, assinado em 2005, a Rússia e a UE reconheceram o importante papel dos processos de cooperação regional e integração em que participam, no reforço da segurança e da estabilidade. Nesse documento, elas comprometeram-se a “dar um eficaz contributo para a formação de uma Grande Europa sem linhas divisórias” e, com esse objetivo, “fazer avançar ativamente... processos mutuamente vantajosos de cooperação e integração regionais”.

Não obstante, essas circunstâncias não impediram a direção da UE de, na véspera da Cimeira de Vilnius da “Parceria Oriental” (PO), em novembro de 2013, colocar a Ucrânia perante uma opção geopolítica artificial entre a Rússia e a UE. Com esse objetivo foi desencadeada uma ampla campanha de propaganda, de pressão económica, e, por vezes, de ingerência aberta nos assuntos internos do país. Mas quando em Kiev foi tomada a decisão de apenas adiar a assinatura do Acordo de Associação com a UE, a União Europeia pôs-se de facto do lado da oposição “de rua” e, desse modo, predeterminou em grande medida a tomada armada

do poder, em Fevereiro, por forças que se apoiam significativamente nos radicais. Entra pelos olhos dentro a hipocrisia dos nossos parceiros ocidentais com a sua atitude indulgente, leviana, para com as violações gritantes dos direitos do homem e dos princípios da democracia pelas autoridades de Kiev, para com extremistas e claramente neonazis nas suas fileiras, aplaudiram a matança massiva em Odessa. Será possível não recordar aqui duplos padrões notórios e o conhecido dogma jesuítico de que “os fins justificam os meios”?

Tendo como pano de fundo os acontecimentos ucranianos, torna-se claro que as relações Rússia-UE necessitam realmente de uma revisão crítica. Reconheçamos o evidente: falhou a conceção da “parceria estratégica”, pensada com o objetivo de cobrir com o tecido resistente da nossa interação no quadro a longo prazo da aproximação em pé de igualdade e de vantagem mútua. Como se veio a revelar na pedra de toque dos acontecimentos ucranianos, os nossos parceiros da UE compreenderam erradamente desde o início essa conceção. Supunham que a Rússia, alegadamente devido à falta de outras alternativas civilizacionais, iria entrar, mais tarde ou mais cedo, no leito da política da UE e, por conseguinte, se pode desprezar os seus interesses, nomeadamente no espaço pós-soviético. Tratavam-nos como um “candidato” pouco aplicado que era necessário, a bem ou a mal, aproximar das normas, padrões e valores da UE. Vamos pôr todos os pontos nos “is”: semelhante modelo estandardizado nas relações com a Rússia não irá funcionar nem hoje, nem amanhã, nem dentro de dezenas de anos.

Coloquemos a questão: será que foi tão inesperada a crise nas nossas relações com a União Europeia?

De um modo geral, não. O desvio preocupante nas abordagens da UE para com a Rússia começou muito antes da crise ucraniana. Apresento apenas alguns exemplos. Quando, em 2009, graças aos esforços de dois entusiastas: dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Polónia e da Suécia: R. Sikorski e C. Bildt, nasceu a conceção da “Parceria Oriental”, tornou-se imediatamente claro para nós que esse projeto da UE nada tinha a ver com o desenvolvimento da cooperação de parceria com a Rússia, mas tem outros destinatários. Não obstante, depois de sublinhar que a Rússia não se considera objeto dessa iniciativa, nós manifestámos sinceramente aos nossos parceiros estratégicos prontidão para analisar projetos concretos no quadro da PO que poderiam ser interessantes também para a Rússia. E o resultado? Durante todos esses anos, nenhum projeto foi proposto, o que não podia deixar de confirmar as

nossas piores apreensões relativamente à verdadeira direção desse projeto.

Também não é demais recordar que, no mesmo ano de 2009, foi criado o “Terceiro Pacote Energético”, apresentado pela União Europeia como mais um passo na via do aperfeiçoamento da regularização anti-monopolista na esfera energética. Como se viu, os pontos retroativos do “Terceiro Pacote Energético” contradizem diretamente o artigo 34 do APC sobre o não agravamento pelas artes das condições de registo e funcionamento das companhias, bem como uma série de acordos bilaterais da Rússia com os países da UE. Além da investigação anti-monopolista em relação ao trabalho da empresa “Gazprom”, iniciada depois pela Comissão Europeia, os passos da UE na esfera energética não podiam deixar de provocar o aumento de problemas para os investidores russos na Europa. E isto acontece quando a Rússia, mesmo nas condições de perturbação em torno da Ucrânia: em 2006, em 2009 e no ano corrente, nunca deu motivo com os seus atos para ser censurada pelos consumidores da UE por uma atitude desonesta para com o cumprimento dos compromissos contratuais de fornecimento de combustíveis.

Da perceção unilateral pela União Europeia da parceria estratégica Rússia-UE é também prova o claro adiamento pelos nossos parceiros da questão da realização do Memorando de Meseberg sobre a formação de um Comité Rússia-UE para questões da política externa e segurança (CQPES), elaborado em 2010 (a propósito, por iniciativa de A. Meckel, chanceler alemã). Se esse mecanismo de tomada de decisões conjuntas na política externa fosse implementado na arquitetura da interação bilateral, talvez tivesse sido possível evitar as consequências mais dolorosas da crise ucraniana. Refletiu-se a não preparação dos nossos parceiros da UE de construir a superestrutura política da parceria estratégica com base na interação económico-comercial em desenvolvimento dinâmico da Rússia e UE.

Levanta suspeitas a pressa com que a União Europeia tentou entregar a regularização da crise política interna na Ucrânia aos aliados do outro lado do Atlântico. Não é segredo para ninguém que os interesses e os motivos dos últimos estão longe de coincidirem com os da UE. O cálculo de Washington na questão ucraniana é claro: depois de fazer disparar o mecanismo das sanções, envolver a UE na campanha economicamente perdida com vista ao “isolamento” da Rússia, semear a instabilidade no areal da nossa “vizinhança comum” e, ao mesmo tempo, dar um “novo fôlego” à

Aliança Atlântica, que não sabe a que se dedicar depois da epopeia afegã. Porém, os motivos de alguns países da UE, que estão prontos a sacrificar o início do restabelecimento da economia da região em prol do cumprimento do “dever de aliado” provocam apenas perplexidade. Foi para isso que criámos pacientemente o tecido da nossa interação económico-comercial, vendo nele, nomeadamente, uma “rede de segurança” política para, no momento de maior responsabilidade, sacrificar à conjuntura política corrente?

Ao analisar a dependência da política externa de Bruxelas, que se revelou claramente nos atuais acontecimentos, infelizmente coloca-se a questão relativamente à capacidade de princípio da UE de se tornar para a Rússia ou para qualquer outro um valioso parceiro estratégico no mundo multipolar.

Por outro lado, ao falar da atual catarse no diálogo Rússia-UE, assinalemos também a sua influência benéfica: talvez ela nos permita rever o papel dos elementos que a UE não quis ou não podia introduzir no mecanismo das nossas relações. É sintomático que eles foram os primeiros a serem cortados quando o Conselho Europeu aprovou as conhecidas “sanções”.

Trata-se, antes de tudo, da supressão, há muito amadurecida, de vistos nas viagens dos cidadãos da Rússia e da UE. Há dezenas de anos que ouvimos falar disso, nomeadamente da boca da direção da União Europeia. Já em 2003, R. Prodi, então presidente da Comissão da UE, declarou que “a suspensão de vistos para cidadãos da Rússia poderá tornar-se realidade durante cinco anos”. No mesmo ano, dirigentes da Rússia e da UE, na cimeira de São Petersburgo, apontaram o objetivo do fim dos vistos como uma perspectiva a longo prazo das relações entre as nossas partes.

Há muito que a Rússia está pronta para o fim do regime de vistos com a União Europeia. Para nós é evidente que quaisquer argumentos a favor do adiamento do processo de abolição dos vistos não têm lógica, porque se trata não do fim do controlo nas fronteiras, mas apenas da liquidação das barreiras dos vistos, moral e financeiramente pesadas, na via do desenvolvimento do intercâmbio humano, dos laços económicos, da construção de uma Europa verdadeiramente unida. Todavia, o processo travou não devido à crise na Ucrânia, ao qual foi formalmente “ligado” o congelamento do diálogo sobre os vistos, mas muito antes.

Em confirmação apresento o exemplo do trabalho com as emendas ao Acordo de Simplificação de Concessão de Vistos de 2006, que já estava praticamente acordado. O documento renovado prevê um alargamento significativo das categorias de pessoas que têm

direito ao processo simplificado de obtenção de vistos, incluindo múltiplos, entre os quais foram incluídos representantes da sociedade civil, jornalistas, cientistas, desportistas, parentes próximos dos cidadãos da Rússia e da UE que vivem legalmente nos nossos países. Mas, para a aprovação da assinatura do acordo modernizado, no Conselho da UE é necessário, noto, não o consenso, mas a maioria qualificada de votos. Ora é impossível conseguir isso já durante quase dois anos e precisamente esse facto é utilizado por alguns dos nossos parceiros para impor às simplificações de vistos cada vez mais novas reservas de “garantias”, para tentar resolver questões de outras esferas das relações Rússia-UE, para jogar com as próprias ambições políticas. Até nos tentam acusar de que simplificações na concessão de vistos, tão necessárias às pessoas, se tornaram alegadamente reféns dos interesses de um “funcionários privilegiados”. Mas, na realidade, o problema consiste em que nem todos os países da UE aprenderam ainda a confiar nos seus parceiros, a revelar uma abordagem construtiva na busca de saídas mutuamente aceitáveis.

Situação semelhante regista-se nas conversações, atualmente congeladas por decisão unilateral da UE, sobre a conclusão de um Novo Acordo Básico Rússia-UE (NAB). Ao celebrar o 20º aniversário do APC, reconhecemos sinceramente que muitas das suas disposições caducaram e já não refletem o nível e a profundidade do desenvolvimento dos laços económico-comerciais e políticos. Porque, durante este 20 anos, tanto a Rússia como a União Europeia mudaram. Basta recordar a adesão da Rússia à OMC e à criação de institutos de integração eurasiática, bem como o Tratado de Lisboa sobre a reforma da UE, que entrou em vigor em 2009. Precisamente por isso os líderes das duas partes chegaram à decisão conjunta de elaborar um novo acordo juridicamente obrigatório.

Não é segredo para ninguém que estas conversações não tiveram um destino simples desde o início. A Rússia, pelo seu lado, fez tudo para que avançassem, vendo no NAB um documento-quadro, estratégico, que definiria o vetor do desenvolvimento da nossa interação, os objetivos na perspetiva e as formas de sua consecução.

E os nossos parceiros? Inicialmente, não conseguiram chegar a acordo entre si durante ano e meio para acordar o mandato para as conversações, depois, suspenderam duas vezes o diálogo sobre o NAB: devido à crise no Cáucaso do Sul em 2008 e devido à falta de solução da questão da adesão da Rússia à OMC. Finalmente, quando o nosso país acabou por entrar nas fileiras da OMC depois de uma maratona de 17 anos e aceitando sérios compromissos, na

UE tentaram utilizar as conversações sobre o NAB para conseguir de nós mais cedências na esfera económico-comercial, as que não souberam ganhar na via da OMC. A este propósito, deve colocar-se novamente a questão aos nossos parceiros: o que é prioritário: a elaboração de uma sólida base jurídico-normativa para anos, ou, talvez, para décadas em frente, ou conseguir dividendos económicos a curto prazo?

Sintomática tornou-se também a atitude cautelosa da UE para com o avanço dos processos de integração no espaço da CEI, incluindo a assinatura do Tratado sobre a União Económica Eurasiática pela Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão. Claro que nem a todos pode agradar na UE o restabelecimento das ligações sócio-económicas, das infraestruturas e dos transportes que se formaram quando os nossos países eram parte de um estado único. Porém, trata-se de realidades objetivas e é preciso tê-las em conta, tal como a Rússia leva em linha de conta a transformação interna da UE depois de várias etapas de alargamento e da reforma de Lisboa. No fim de contas, ao formar as estruturas de integração eurasiática, nós partimos da realidade, reproduzindo em grande parte a experiência de integração da própria União Europeia e tendo em conta tanto as suas lições positivas, como negativas.

Aqui, não podemos deixar de apresentar um exemplo suficientemente simbólico. Em dada altura, a URSS era também intolerável na política de não reconhecimento da CEE e, por conseguinte, dos profundos processos de integração no território da Europa Ocidental, que aos funcionários das missões diplomáticas soviéticas era até proibido entrar no edifício da Comissão da UE. E os problemas que inevitavelmente surgiam nas relações deviam ser resolvidos literalmente na rua, à volta de uma chávena de café. Agora, isto faz rir, mas não se trata de uma anedota. Seria útil recordar isso, porque se coloca a questão: não estão os atuais dirigentes da UE a repetir o mesmo erro ao recusarem teimosamente contactos plenos com a União Aduaneira da Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão e com a Comissão Económica Eurasiática? Estamos convencidos de que, mais tarde ou mais cedo, a lógica das relações internacionais ou, simplesmente, o bom senso, colocarão tudo nos seus lugares e a perspetiva do acordo de cooperação económico-comercial entre a União Económica Eurasiática e a UE se tornará uma realidade.

A crise ucraniana mostrou ser evidente a dissonância substancial entre os objetivos declarativos das relações Rússia-UE, fixados no APC e noutros documentos conjuntos, e a perceção real

da Rússia pelos nossos parceiros europeus. Nas condições da globalização, da abertura de fronteiras e da revolução informativa, eles, por vezes, compreendem ainda menos os motivos das ações da Rússia do que na era do confronto entre blocos pela linha Ocidente-Leste. A julgar pelas nossas observações, muitos consideram sinceramente que a escolha voluntária dos habitantes da Crimeia a favor da reunificação com a Rússia constitui uma “anexação” e que a política de Moscovo nos assuntos ucranianos mostra o renascimento de certas “ambições imperiais”, que visam recriar a União Soviética. É triste que estas e outras mistificações sejam difundidas de boa vontade por meios de comunicação próximos da UE, que hoje se lançaram numa campanha anti-russa histórica. Semelhantes noções inventadas, caricaturais mútuas podem facilitar o “quadro do mundo” para alguns, mas não nos aproximam da construção de uma Europa única, baseada na confiança mútua.

O tempo mostrará se a Rússia e a UE saberão, finalmente, superar o modelo primitivo de relações “fornecedor-consumidor” e passar para um nível novo, mais alto de interação. Muito irá depender da capacidade mútua de renunciar aos estereótipos caducos e da prontidão mútua para procurar parâmetros de cooperação aceitáveis para ambas as partes, nomeadamente no setor da “vizinhança comum” com base nos princípios fixados na APC e no “Rotreiro” para o espaço comum de segurança externa.

Repito que penso sinceramente que não há alternativa à parceria da Rússia e da UE a longo prazo. Os que hoje querem que nos confrontemos compreendem bem a perspectiva da junção dos potenciais energéticos, comerciais, de investimentos, tecnológicos e intelectuais dos dois grandes jogadores no espaço europeu. Têm consciência da ameaça que constitui para os seus planos globais a formação de um “núcleo” continental verdadeiramente autónomo de Lisboa até Vladivostok, que desempenhará, além do mais, o papel de elo de ligação entre os centros do poderio económico e político na Europa e na Ásia.

Aqui vale a pena recordar as palavras de V.V. Putin no Fórum Económico Internacional de São Petersburgo, em maio deste ano. Depois de reafirmar que a Europa é o nosso parceiro tradicional, mais importante do ponto de vista do comércio, da economia, e que nós queremos sinceramente que continue a ser assim, o Presidente russo apelou à UE, aos países europeus para “avançarem consequentemente no sentido da conclusão de um Novo Acordo Básico sobre a parceria e a cooperação da Rússia e da UE”.

Esperamos que na União Europeia prevaleçam as forças sensatas que têm consciência da medida da sua responsabilidade pela manutenção e reforço da paz no continente, conquistada com dificuldade pelos nossos antepassados. Claro que para isso é preciso pôr fim à divisão tradicional dos países em “mestres” e “discípulos”, renunciar à lógica perniciosa das sanções e a manobras do “jogo a zero” impostas pela guerra fria. Na base da nossa interação devem estar os princípios da igualdade de direitos, da indivisibilidade da segurança e do respeito pelo equilíbrio de interesses. Nas relações mútuas, devemos-nos orientar pelo juramento de Hipócrates “não prejudiques”, absolutamente aplicável nas relações internacionais. Se na União Europeia mostrarem estar prontos para trabalhar nessa base, olhando para trás, o 20º aniversário do Acordo sobre Parceria e Cooperação pode ser o ponto de partida para a realização do sonho multissecular da unidade da Europa.



O fator norte-coreano e o reforço da posição russa na Ásia

Georgi Toloraia

Professor, Doutorado em Ciências Económicas
rusmirasaf@yandex.ru



Anatoli Torkunov

Membro da Academia de Ciências da Rússia,
Doutorado em Ciências Políticas
tork@mgimo.ru

O QUE SIGNIFICA A QUESTÃO COREANA PARA A RÚSSIA?

C heia de iniciativa e ofensiva é como pode ser definida a política externa da Rússia em várias zonas de conflito do mundo, tornando-se, no último ano, num importante fator da vida internacional. Nalgumas situações mais quentes (por exemplo no que concerne à questão síria), foi possível alcançar grandes sucessos diplomáticos. Entretanto, no perímetro da fronteira russa existem outras regiões problemáticas, das quais a mais antiga e perigosa, quanto ao seu potencial, é a península coreana.

Este “calcanhar de Aquiles” do extremo oriente russo continua a ser uma fonte de surpresas tanto para a comunidade de peritos como para o público em geral. Na Coreia — decorridas décadas da fase “quente” da guerra, que nunca teve um final, em termos jurídicos, e não só, passando a conflito latente — têm tido lugar, acon-

tecimentos internacionais e internos dramáticos, nas duas partes eternamente beligerantes, Sul e Norte.

No ano passado, o jovem líder da RPDC, Kim Jong-un, primeiro tentou assustar o mundo com ameaças de ataque nuclear contra a Coreia do Sul e os EUA, recorrendo para tal a experiências de lançamento de mísseis. Depois, de repente, passou à “diplomacia do sorriso”, recebida com grande desconfiança pelos EUA e Coreia do Sul, que não deixam de ter esperanças de que o regime colapse, não querendo reconhecer a sua legitimidade. Os acontecimentos do final do ano passado na RPDC — execução pública do marido da tia do Kim Jong-un que pretendi ao cargo de “braço direito”, e depois dos seus familiares e apoiantes — levantaram questões quanto à relativa estabilidade do regime, que, aliás, acabaram por se dissipar. O início de 2014 ficou marcado por reptos de diálogo entre o Norte e o Sul, contudo, devido a manobras militares de grande dimensão, que contaram com a participação dos EUA, no sul da península, o pêndulo pendeu, novamente, para o lado da tensão. As reuniões que tiveram lugar em Fevereiro deste ano, em Panmunjom, após um intervalo de sete anos em encontros de alto nível, ainda não dão sinais de diálogo. Periodicamente emergem as mesmas e antigas questões. O que esperar dessa região vizinha da Rússia, quão estável é a sua situação e quão possível é o desenvolvimento positivo da situação, em resposta aos desafios económicos e políticos da Rússia? O que deverá fazer a Rússia?

O papel da península coreana na concretização da política da “viragem para o Oriente”, ou seja, de domínio, por parte da Rússia, de posições fortes na dinâmica região de Ásia e Oceano Pacífico, do nosso ponto de vista ainda não foi avaliada. Para a Rússia, o Nordeste da Ásia é o portão de entrada para o Círculo do Pacífico, e a Coreia é a “chave” para o Nordeste da Ásia. Contudo, já desde tempos czaristas, faltavam à Rússia recursos, ação e criatividade para usar todo o seu potencial face à Coreia. Mas é, sobretudo aqui, que a Rússia faz falta, pois o seu papel é fundamental para os dois Estados coreanos, desejando, ambas as partes, puxá-la para o seu lado. Nem os maiores países envolvidos no “desenlace do nó coreano” — EUA, China e Japão — a podem ignorar (apesar de as vezes tentarem).

No que concerne à questão coreana, Moscovo está envolvid na resolução de questões regionais, bem como globais, e que têm impacto na segurança e na recuperação económica das regiões mais problemáticas do território russo do Extremo Oriente (o que é fun-

damental no que concerne à manutenção da unidade estatal). O problema coreano tem uma dimensão internacional, e, como tal, é abordado, em quase todos os encontros das figuras oficiais russas com os representantes das grandes potências e organizações internacionais. A atividade da Rússia na Coreia indica aos países do Círculo do Pacífico o real interesse do nosso país no reforço da segurança e do desenvolvimento na região¹.

Qual deve ser o vetor da nossa ação na Coreia? A nossa posição é, necessariamente, dual. Por um lado, estamos interessados na manutenção do regime de não proliferação, posto em causa pela Coreia do Norte. Ganharíamos com uma maior abertura e progresso económico da RPDC, sem o qual é impensável a cooperação mutuamente benéfica no nordeste da Ásia. Paralelamente, a Rússia opõe-se à solução pela via da força ou à pressão para a alteração do regime na Coreia do Norte. A estabilidade na península é de vital interesse para nós. A prosperidade do Extremo Oriente, o desenvolvimento da cooperação económica na Ásia, a prevenção da deterioração da relação entre os EUA e a China, contribuem para a preservação do *status quo*.

A difícil experiência da década de 1990 demonstrou que sem uma relação normal e permanente com a Coreia do Norte, a política russa na Coreia “afunda”, acabando por ficar à margem da regulação multilateral. Não é de espantar, pois Pyongyang é um dos fatores determinantes no que concerne a resolução da situação coreana. A Rússia está tão interessada, como os norte-coreanos, na cooperação com Pyongyang, por mais paradoxal que isso possa parecer, pois eles conseguem atingir os seus objetivos (como demonstrou a experiência do último quarto de século) sem a nossa ajuda. Parece que da relação entre a Rússia e a RPDC e do nível da sua relação com Pyongyang depende, em última análise, a solidez das nossas posições na península coreana, bem como o nível de eficiência na resolução do seu problema.

Contudo, isso não deve ser encarado enquanto “aceitação incondicional” de Pyongyang, de que é acusado o seu principal aliado, a China. Alguns adversários imputam à Rússia a responsabilidade de “promover” o comportamento belicista de Pyongyang, numa alegada nostalgia face ao passado soviético. Nada está mais longe da realidade. Rússia não aprova a organização interna da RPDC (não pretendendo, no entanto, “dar conselhos” nesse âmbito, o que condiz com o princípio de não ingerência em questões internas por nós defendido), ou o comportamento provocador de Pyongyang no pla-

no externo. A abordagem russa é objetiva e justa, que parte do direito de defesa legítima dos interesses de todos atores internacionais. É óbvio que não estamos a falar em apoiar o Norte na sua oposição face ao Sul, ou da “equidistância” da Rússia face à RPDC e a Coreia do Sul (como é muitas vezes encarado em Seul). As relações com ambas as Coreias são valorizadas, e a Coreia do Sul tornou-se num parceiro económica com mais potencial para a Rússia na Ásia. Contudo, o raio de interação consigo está claramente limitado pela parceria entre Seul e Washington, com quem Moscovo continua a ter uma relação problemática.

Nesse quadro, o facto RPDC é em muito determinante. Analise demonstra: independentemente do que escreve a imprensa estrangeira (muitas vezes trata-se de guerra psicológica contra a RPDC), por agora é pouco provável que, num futuro próximo, o poder instaurado nesse país seja substituído “por fora”, tal como é pouco verosímil que expluda a partir de dentro. Por isso temos que ser realistas — é necessário relacionar-se com Pyongyang num período histórico mais prolongado. O que se passa realmente na Coreia do Norte?

REALIDADES E DILEMAS NORTE-COREANOS

O período após a morte do líder de longa data Kim Jong-il, em Dezembro de 2011, foi bastante dramático. A luta de Kim Jong-un com a mera possibilidade de aparecimento de uma oposição tomou formas bastante severas. O afastamento do Marechal Ri Yong-ho no verão de 2012, que parece ter achado ter direito a opinião própria, foi apenas o início. No final de 2013, já era óbvio que na senda pelo poder absoluto Kim Jong-un não se detêm perante ações cruéis. O castigo do pretendente a cargo de “regente” Chang Song-taek (de acordo com a informação da Coreia do Sul ele de facto queria limitar o poder do jovem) foi exibido com todos os requintes de um *reality-show*. A execução de Chang Song-taek e da sua família, a repressão dos seus apoiantes, tornou-se num aviso sério a quem puser em causa “as decisões do líder” e quiser seguir o seu próprio caminho. O jovem Kim não se sentiu intimidado pela proximidade que o seu familiar tinha com o seu pai, pois cabia-lhe agora a ele a emissão de ordens.

Agora as prioridades de Kim Jong-un eram claras: por um lado ele demonstra um “estilo novo” (ações de relações públicas que vão desde o aparecimento do Rato Mickey no palco até os lançamentos

impressionantes do excêntrico jogador de basquetebol, o norte-americano D. Rodman), proximidade ao povo, a roçar o populismo. Mas, quase ao mesmo tempo, não só para a sua auto preservação, mas também para se afirmar, ele continua a reforçar as bases do regime político existente. Desde o início, a sua governação tem sido marcada por medidas duras — encerramento de fronteiras para fugitivos e contrabandistas, a repressão de personalidades desleais (principalmente militares), aumento de inspeções de diferente tipo, reforço da luta contra a “ideologia inimiga”, castigar os que se interessam pelo modo-de-vida sul-coreano e ocidental².

Assim, a questão de como será a estratégia de liderança de Kim Jong-un continua aberta. Será que o jovem líder irá utilizar a conquistada a pulso “liberdade de ação” para realizar, as há muito desejadas reformas dos fundamentos do “socialismo à norte-coreana” ou continuará a manter a linha-base da conservação de um sistema ineficiente? É claro que, tendo em conta a especificidade geopolítica do país — vizinhança com uma mais rica, forte, e apoiada pelo mundo Coreia do Sul cujo objetivo estratégico passa pela eliminação do Norte — os líderes norte-coreanos não se podem dar ao luxo de fazer experiências que ponham em causa a segurança do regime.

Contudo, no que concerne à definição de metas surgiram novos acentos, apesar de alguns considerarem as novas definições demagógicas. Kim Jong-un prometeu que não será mais necessário “apertar o cinto”, anunciaram a linha “pënchzhin” — um reforço paralelo do poderio nuclear estratégico e o desenvolvimento económico³. Apesar dos segundos sentidos desse anúncio, trata-se de um certo progresso se compararmos com a linha “militar comunista” “songun” — prioridade às Forças Armadas, sem nenhuma referência à economia. Em todo lado é explorada a máxima do “país poderoso”, da “infinita prosperidade”, da “potência forte e próspera”, da “construção do gigante económico” com o destaque para a melhoria do nível de vida⁴. Se bem que é verdade, que até a data, isso apenas tem tido lugar em projetos-piloto (como estâncias de ski e parques aquáticos), melhoria do nível de vida da elite e a aproximação a si da “classe média”. Assim, “os ricos num país pobre” antes do aumento generalizado do nível de vida, é o caminho seguido por muitos países...

Praticamente a elite da RPDC está a porta da busca da “nova ideia nacional” que permitirá interiorizar um novo “contrato social” que dará lugar à ideologia esgotada do ascetismo e igualita-

rismo (que a elite não reconhece para si), da psicologia do “castelo cercado”. RPDC já rejeitou a ideologia marxista, falando abertamente de que “as ideias coreanas baseiam-se na herança da ideologia marxista e marxista-leninista, não sendo assim marxismo puro, mas sim uma nova ideologia revolucionária do séc XXI”⁵. É óbvio que a ideologia modificada pode basear-se no nacionalismo coreano, na “interpretação criativa” do pensamento de Kim Il-sung, todos com traços de estudo religioso (análogos ao confucionismo). Os dogmas religiosos podem ser interpretados de qualquer forma...

Mas será que é possível uma real reforma da economia? Em meados de 2012 surgiram muitos indícios de que na RPDC se discute a possibilidade de implementar limitadas “medidas económicas” com base nas diretivas de 28 de Junho de 2012⁶. Essas medidas incluíam soluções práticas para a “organização familiar” em cooperativas agrícolas e a organização da produção em conjunto com o Estado na proporção de 7:3. Na indústria implementou-se o “novo sistema de gestão”, estavam previstos aumentos salariais, a independência económica das empresas. Mas, tal como já aconteceu anteriormente, devido ao agudizar da situação político-militar e a escassez de recursos, perante protestos dos quadros partidários, as reformas não vingaram, apesar de formalmente ninguém ter decretado o fim da “novo sistema de gestão”⁷. Repete-se a velha história, a liderança da RPDC não é a primeira vez que liberta e depois aperta as rédeas do controlo económico, espantando-se sempre com o facto de as meias-medidas simplesmente não terem tempo de apresentar resultados.

Contudo isso não significa que o “congelamento económico” existirá para sempre. É claro que a terminologia usada face ao “bando de Chang Song-taek”, acusado de vender produtos para o estrangeiro abaixo do seu valor comercial (de acordo com a imprensa, os chineses conseguiam preços para a antracite 1,5 vezes inferiores aos praticados nos mercados internacionais)⁸, e entregar-se ao capitalismo, e ter ligações com “uma certa potência” (China) não são indícios de facto de que Kim está pronto para abrir “o movimento ao caminho chinês”. Contudo, o facto de colocar a economia em primeiro plano no seu discurso de ano novo em 2014 é indicativo de que tem consciência dos problemas do país⁹. Parece que em Pyongyang têm a noção de que o caminho da “economia de plano socialista” não resolve os seus problemas.

Há muito que a economia da RPDC engloba vários sistemas. O sector estatal semi-paralizado (com exceção da hipertrofia do

MIC) que faz vizinhança com o sector “cinzento” quase de mercado (operações de comércio externo — sobretudo com a China — vendas privadas, serviços transportes, logística e até finanças) e “bens do sector de sujeitos económicos que pertencem a instituições administrativas, regionais, dos órgãos do partido, aos serviços especiais e militares. De acordo com a informação disponível a dimensão dessas operações equivale ao Orçamento de Estado do país.

Especial destaque merecem as zonas económicas livres: RPDC já há muito que faz essas experiências, mas com pouco sucesso, por causa da pouca transparência da legislação, do risco de alterações de regras do jogo de forma voluntarista (esses exemplos não são poucos), têm uma influência negativa no clima de investimento. O Plenário de Março de 2013 do Comité Central do Partido tomou a decisão de criar zonas de turismo e de economia livre, e, já em Maio, foi aprovada legislação para a criação de 14 zonas económicas livres em diversas províncias do país¹⁰.

Na RPDC, como demonstraram os acontecimentos, com a destruição da fação de Chang Song-taek, na realidade já existe um modelo “oligárquico”, em que uns e outros grupos da elite utilizam os seus recursos administrativos e dominam ramos inteiros da economia. De acordo com alguns dados “o caso de Chang Song-taek” está relacionado com a sua falta de vontade de “dividir” o controlo sobre o fluxo financeiro e recursos como a exportação de carvão, metais e marisco¹¹.

É preciso reconhecer que as transformações só podem ter sucesso de existir investimento financeiro, que não pode vir de outro lado que não do estrangeiro. Atualmente, o maior doador da RPDC, nomeadamente no que concerne a investimentos industriais, continua a ser a China, e a sua expansão já é denominada de “colonização económica”. Paralelamente, no caso da normalização da situação internacional da RPDC e de estabelecimento da cooperação com a Coreia do Sul, é essa última que poderá assumir a posição de liderança enquanto investidor económico e modernizador do Norte.

ISOLAMENTO POLÍTICO DA RPDC — CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Questão: como conseguir uma saída, mesmo que parcial, do isolamento e melhorar o relacionamento entre o Kim Jong-un e o Ocidente e a Coreia do Sul, pois trata-se da condição essencial para melhorar a situação económica do país?

Por agora a situação tem-se desenvolvido em “ciclo vicioso”. A classe política norte-americana não pode apoiar a complacência face a um regime totalitário como o de Pyongyang, sendo que a Coreia do Sul também não quer reconhecer a RPDC enquanto parceiro de pleno valor, continuando a alimentar ilusões de uma reunião a curto-prazo. Além disso, os EUA estão interessados em manter uma “tensão controlada” numa área sensível, a região fronteira da China, utilizando-a como fator de contenção de Pequim, e manter assim a sua presença militar. Aliás, é pouco provável que um repentino aquecimento da relação entre a RPDC e os EUA e o aumento da influência norte-americana na região fronteira agradasse à China. Ninguém está particularmente interessado na reunificação das Coreias, apesar do verdadeiro objetivo da Coreia do Sul ser a dominação da RPDC e para isso contar com o apoio dos EUA.

Os acontecimentos das últimas décadas podem ser compreendidos através do simples esquema do “balançando do pêndulo”. A pressão contínua sobre Pyongyang obriga a sua militarização e a atos provocatórios, ao que se seguem novas pressões, e depois tentativas de conversações para evitar um agudizar crítico da situação. Contudo, a passagem para o modo de conversações e quaisquer compromissos por parte da RPDC são encarados enquanto sinais de fraqueza e a razão para “esmagar” Pyongyang, levando-o a novas atitudes extremas e a um novo agudizar da situação.

Esse esquema repete-se consecutivamente, mas após a chegada ao poder de Kim Jong-un, a “amplitude” do balanço aumentou, possivelmente devido a fatores subjetivos. Bastou às partes, RPDC e EUA, encontrar uma fórmula de interação no que concerne à questão nuclear, bem como a novos passos para a normalização (o comumente denominado “acordo de salto” de 20 de Fevereiro de 2012) e apareceu, em Abril de 2012, o problema do lançamento do foguetão espacial da RPDC. Essa ação há muito que estava planeada, para as comemorações dos 100 anos de Kim Il-sung, e talvez tivesse sido bom esperar pela redução de ruído relacionado com a proibição do Conselho de Segurança das Nações Unidas face ao “lançamento balístico”. Apesar dos EUA estarem informados dos planos da RPDC, seguiram para conversações e o “lançamento” foi declarado como uma violação por parte da Coreia do Norte, seguindo-se a condenação por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A tensão subiu novamente e os contactos foram cortados.

Após novo lançamento, desta vez com sucesso (12 de Dezembro de 2012), o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por oposição a Abril de 2012, quando se cingiu a declarações do porta-voz, escolheu uma fórmula mais rígida, nomeadamente a resolução 2087 (22.01.2013). Em resposta, Pyongyang declarou que “já não existem conversações de seis partes, nem a declaração conjunta de 19 de Setembro”¹², e “em sinal de protesto” levou a cabo o terceiro teste nuclear (12 de Fevereiro de 2013). Em resposta, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, a 7 de Março de 2013, a resolução 2094, aplicando sanções ainda mais duras face à Coreia do Norte. Pyongyang respondeu com uma sequência de declarações muito duras, com ameaças de ataques nucleares contra os seus inimigos e promessas “de apaga-los da face da terra”¹³.

No lado oposto ocorriam as manobras americano-sul-coreanas “Key Resolve” e “Foal Eagle”, e foi introduzido na Coreia armamento de ataque. Washington decidiu a colocação de interceptores de mísseis adicionais, enquanto parte de um sistema de defesa anti-mísseis global no Alasca, a implantação de bateria de defesa de mísseis “Patriot” em torno da base da Força Aérea em Guam, a partir de onde B-52 arrancavam para sobrevoar a Coreia, bem como visitas periódicas de navios americano com capacidade de transporte de armamento nuclear em águas sul-coreanas, e voos de bombardeiros estratégicos com capacidade nuclear, perto da RPDC. A 2 e 8 de Março de 2013, os bombardeiros estratégicos norte-americanos B-52, e a aeronave “invisível” B-2 desenvolveram exercícios quanto a ataques nucleares contra o território da Coreia do Norte¹⁴. Em Março de 2013, quando a RPDC anunciou o seu abandono do Acordo de Paz de 1953 e dos acordos com a Coreia do Sul, bem como da linha de comunicação direta entre as instâncias militares da Coreia do Norte e dos EUA, Pyongyang e Seul. Em Abril Pyongyang decidiu o encerramento do último projeto conjunto com a Coreia do Sul, o Complexo Industrial de Kaeson.

Contudo, de repente, (com o fim das manobras americano-sul-coreanas) a histeria militar desapareceu, e Kim Jong-un veio a reconhecer, informalmente, que se tinha “precipitado”. De Pyongyang seguiram-se propostas de acordos de paz com o Sul, encontros de alto nível com os EUA, etc.¹⁵ Além disso, tornou-se óbvio para o mundo inteiro que as ameaças de RPDC serão dificilmente concretizáveis, pois seriam o suicídio de Pyongyang. Assim, os norte-coreanos tiveram de aceitar as condições sul-coreanas quanto ao

reinício de atividade no Complexo Industrial de Kaeson, aceitar os contactos sem expectativa de cedências por parte do opositores. Por isso as iniciativas de paz norte-coreanas foram encaradas com o expectável ceticismo, e a Coreia do Sul e os EUA consideraram tratar-se de um sinal de fraqueza e de que a política de isolamento e pressão trará frutos, mais cedo ou mais tarde.

As iniciativas de ano novo (2014) da RPDC para melhorar o relacionamento com a Coreia do Sul soaram de forma igualmente inverosímil e foram praticamente rejeitadas. Não se exclui a possibilidade de se seguir uma fase de agudização na sequência de novas manobras militares americano-sul-coreanas “Key Resolve” e “Foal Eagle” que terão lugar entre Fevereiro e Abril de 2014, sendo que no capítulo da cenarização irão treinar o “assalto e a tomada de Pyongyang”¹⁶. RPDC já anunciou que essas ações serão encaradas enquanto uma “guerra nuclear” e “destruição, de forma irreversível, as relações entre as duas Coreias”¹⁷.

No início de 2014, o jovem líder norte-coreano, que, inicialmente chegou a ser visto como o “Gorbachev coreano”, foi estragando a sua reputação junto do Ocidente devido a perseguições e represões internas, bem como aventuras internacionais. Paralelamente ele incompatibilizou-se com o seu único aliado, a China, que não apreciou particularmente as provocações de mísseis nucleares, nem o espancamento de apoiantes de uma mais estreita cooperação com a China, no âmbito do “caso Chang Song-taek”. Assim, a vontade da China em defender o seu “cliente”, parece ter enfraquecido, no que concerne a contactos com os EUA, a Coreia do Sul, o Japão, e os inimigos da RPDC vêm cada vez menos necessidade em fazer cedências face a Pyongyang. Não são visíveis sinais que indiciem uma política mais branda de Seul face à RPDC, ou de que os EUA pretendam abandonar a linha da “paciência estratégica” (praticamente a contenção da RPDC).

NOVA OPORTUNIDADE PARA A RÚSSIA?

Nesta situação quais podem ser os interesses e as oportunidades da Rússia? Poderá ajudar a reduzir o nível de tensão e contribuir para uma cooperação económica multilateral? Existe a percepção de que na situação actual, a liderança da RPDC está interessada e especialmente receptiva face à mediação russa. Por um lado está interessada em sair da alçada do “chapéu-de-chuva chinês” e aceitar o apoio de um actor global influente como a Rússia

face à pressão dos EUA, da Coreia do Sul e do Japão. RPDC precisa da Rússia não só como fonte de ajuda económica, mas, sobretudo como apoio adicional na arena internacional enquanto um elemento garante de equilíbrio.

Por outro lado, a Rússia pode iniciar a relação com a liderança afecta à ala “Kim” tendo por base uma folha branca, estendendo o braço da amizade. Paralelamente, Moscovo conseguirá alcançar objectivos estratégicos da realização de projectos económicos multilaterais e regulação do problema das Armas de Destruição Maciça (ADM) e da tensão política na sua fronteira. Tudo isso enquadra-se na perfeição na Concepção de política externa russa (2013) onde se afirmava:

“Rússia tem por objetivo a manutenção de relações amigáveis com a República Popular e Democrática da Coreia, baseadas em princípios da boa vizinhança e de cooperação mútua e utilizar, plenamente, o potencial dessas relações para promover o desenvolvimento regional, apoiar o diálogo político entre as duas Coreias, bem como a cooperação económica enquanto condição essencial para a manutenção da paz, da estabilidade e da segurança na região. A Rússia defendeu sempre a desnuclearização da península coreana e pretende continuar a cooperar na promoção deste processo com base nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, nomeadamente no âmbito do formato de seis partes”¹⁸.

Quais as implicações práticas para a política russa e qual a visão que tem do comportamento dos opositores da Coreia do Norte? Imagina-se que o cenário mais desejável seja o do convívio pacífico entre a Coreia do Norte e do Sul e a redução da pressão sobre a RPDC por parte dos EUA e dos seus aliados (o que, pelo seu turno, poderá reduzir as preocupações da China quanto à questão da segurança do seu “Estado-tampão oriental”). Para que isso seja possível, é essencial conseguir, através de métodos político-diplomáticos, garantias de segurança face à RPDC. Em teoria, só isso permitirá à RPDC baixar os seus níveis de beligerância, dedicar-se à modernização económica e política de que necessita e, por fim, abandonar — perante garantias de grandes potências — as ADM. Entenda-se, essas garantias não devem ser enquanto indulgência e permissividade face aos dirigentes da RPDC.

Contudo, os problemas de relacionamento russo-norte-coreanos são óbvios. Ultimamente, um conjunto de peritos, inclusivamente norte-coreanos, têm afirmado de que a Rússia não tem dado atenção merecida à situação na península coreana e que leva a cabo

uma política pouco sincera e inconsequente face à RPDC. Isso, do seu ponto de vista, aplicar-se-á à participação da Rússia no pacote de sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU contra a Coreia do Norte — Na prática, a Federação da Rússia não se limita a restrições na cooperação em matéria de ADM, mas limita também a transação dos ditos “bens de luxo” e de transações com fins humanitários.

É evidente a irritação do *establishment* russo face ao comportamento da liderança de Pyongyang, nomeadamente no que concerne às suas ações mais aventureiras. Pelo seu lado, os norte-coreanos sentem desagrado face à falta de compreensão da liderança russa no que concerne à “luta pela sobrevivência” que está a ser levada a cabo por Pyongyang. Além disso, está a chegar ao poder, em Pyongyang, uma geração que conhece a Rússia apenas de ouvir falar. Atendendo à importância do fator subjetivo na política norte-coreana (e até na russa, apesar de em menor medida), no ultrapassar de mal-entendidos, são necessários os passos mais iniciais da nossa parte, inclusive ao mais alto nível (recorde-se que em 2000 a visita de V. Putin à RPDC tornou-se no ponto de viragem no relacionamento com esse país).

Paralelamente, os norte-coreanos demonstram boa vontade face ao nosso país, nomeadamente aquando das comemorações de 60 anos do final da guerra das Coreias, subordinadas ao tema “Amizade coreano-russa — de geração em geração”, sendo que ao longo da tribuna estava uma faixa com a imagem de um soldado coreano, de um voluntário chinês e de um piloto com feições eslavas. Este tipo de predisposição deve ser aproveitada, e deverão ser feitos gestos simbólicos mútuos, nomeadamente recorrendo ao arsenal de “*soft power*” — realização de concertos, festivais de cinema, envio de literatura, etc.

É essencial que a Rússia contrarie o isolamento da RPDC e que participe na solução dos problemas da península através de meios diplomáticos e com a sua participação. As propostas da RPDC para que as questões sejam discutidos num quadro de “três ou quatro países” implicam a saída da Rússia do grupo de participantes. Atualmente existe uma “janela de oportunidade” para que Moscovo possa adotar iniciativas e posições mais pro-ativas. Por exemplo, a Rússia, enquanto membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, poderia cooperar na mediação do estabelecimento de relações entre a nova liderança da RPDC com a ONU, até ser possível a visita do Secretário-geral da ONU (cidadão core-

ano) e a cooperação com a RPDC com organizações financeiras internacionais.

A Rússia não deve simplesmente aceitar o domínio da China, no que concerne a questões coreanas, enquanto a península coreana se transforma no refém do crescente confronto entre os EUA e a RPC.

Para a Rússia, na península coreana, tal como em outras partes do mundo, em primeiro lugar está o cumprimento de princípios de Direito Internacional e da resolução diplomática de conflitos. A ideia de um diálogo multilateral e de garantias políticas é da autoria de Moscovo¹⁹. Foi a Rússia que, em 2002, propôs uma “solução em pacote” (paz e segurança da RPDC em troca do armamento nuclear)²⁰. É óbvio que o processo de conversações a seis partes é central na nossa receita para a resolução da situação na península coreana²¹. No entanto a concretização de ideias que, de tempos a tempos, reemergem, quanto a uma discussão “a cinco”, sem a participação da RPDC, por mais aliciante que isso possa parecer, do nosso ponto de vista, o afastamento de Pyongyang da resolução, num formato dessa natureza, transformarão os esforços em bilaterais (principalmente com os EUA), onde a Rússia não terá lugar.

Da parte da Rússia, o desenvolvimento do tema da cooperação de segurança multilateral no Nordeste da Ásia é bastante pertinente, além de liderarmos um grupo de trabalho no seio do processo de seis partes. Por exemplo, poderia vocalizar uma nova conceção de um sistema de manutenção de paz na península da Coreia. Esse sistema poderia basear-se em acordos cruzados assinados entre todos os participantes do processo de seis partes, que garantiriam juridicamente os direitos e deveres face a outros participantes no que concerne à situação na península coreana, e dariam a oportunidade de as outras partes monitorizarem o cumprimento dos acordos.

Esse sistema poderia incorporar os acordos já existentes (EUA-Coreia do Sul, EUA-Japão, Federação da Rússia-RPDC, Federação da Rússia-Coreia do Sul, RPC-RPDC, etc). no que concerne à situação na península coreana e no futuro substituí-los. No seu âmbito poderia ser solucionada a questão da desnuclearização da RPDC. É óbvio que se trata de um processo multifásico e consequente. Contudo, o desenvolvimento do conceito que deveria conduzir a negociações de seis partes daria um importante impulso para que seguissem um curso racional — a discussão de questões

de segurança da península coreana e não o apenas o desmantelamento nuclear unilateral da RPDC.

Paralelamente temos que admitir a triste perspectiva de que, a curto prazo, a RPDC não irá abandonar “o poderio de contenção nuclear” e a pressão e o isolamento futuros apenas a irão aguçar ainda mais. Não será despiciente referir o facto de que, à medida que os desafios técnicos forem aumentando nos programas nuclear e de mísseis balísticos, bem como no desenvolvimento da “auto-suficiência” no que concerne à energia nuclear, poderá causar sérias ameaças à segurança das instalações nucleares aquando do lançamento de mísseis. Por isso, a Rússia enquanto país fronteiriço, tem um interesse vital de que esses programas se realizem sob controlo ou até com apoio, para que sejam respeitadas as normas internacionais. Como é sabido, “Rosatom” é reconhecida enquanto líder mundial nessa esfera e poderia ter um papel de vanguarda, caso existisse vontade política e apoio estatal.

Dos pontos de vista geopolítico e geoeconómico o que nos interessa mais são os projetos trilaterais. Em primeiro lugar o projeto ferroviário para transportar produtos a partir da Coreia do Sul, através da RPDC, para a linha transiberiana. Em 2013, a empresa russo-norte-coreana “RasonKonTrans” terminou a reconstrução do caminho-de-ferro Hasan — Radjin. Esse projeto-piloto tornou-se no maior investimento estrangeiro na RPDC (300 milhões de dólares). Porém, os sul-coreanos não cumpriram o prometido de transportar os seus contentores nesse troço, obrigando à reorganização dos terminais para o transporte do carvão que é exportado da Rússia para os mercados asiáticos. É fundamental promover a participação das empresas da Coreia do Sul neste projeto (o que se tornou possível após a Cimeira de Seul, em Novembro de 2013) e atrair os sul-coreanos para a modernização das infraestruturas ao longo de todo o caminho entre aquela região norte-coreana e a Coreia do Sul (eventualmente até ao porto de Pusan), de molde a permitir o transporte de grande volume de mercadorias entra a Ásia e o transiberiano.

Continua ainda na ordem do dia, desde a década de 1990, a ideia do gasoduto trans-coreano. Após a cimeira russo-norte-coreana, em 2008, todas as dúvidas fundamentadas quanto à “falta de vontade” e às “inseguranças” da RPDC em relação a esse projecto foram afastadas, pois a russa “Gazprom” preparou o projeto e as bases técnico-económicas do gasoduto para a exportação para a Coreia do Sul, tendo pedido a aprovação da RPDC em 2011 (o in-

vestimento deveria chegar aos 2,5 mil milhões de dólares com um volume de transporte de 2 mil milhões de metros cúbicos de gás anuais provenientes de Sakhalin). Contudo, a Coreia do Sul apresentou dúvidas quanto à segurança do transporte através da RPDC, propunha à Rússia condições comerciais pouco viáveis, e, por fim, o aumento de tensão nas relações entre as duas Coreias obrigou “Gazprom” a procurar caminhos alternativos para fornecer gás à Coreia do Sul. É importante agir no sentido de promover a cooperação entre a RPDC e a Coreia do Sul, nomeadamente nesse projeto, independentemente do estado da relação entre os dois países.

É óbvio que a questão não pode ser reduzida ao formato bilateral com a RPDC, propõe-se uma “ofensiva diplomática” em larga escala em relação a todos os atores internacionais envolvidos na regulação da questão coreana. Os especialistas russos devem pensar no desenvolvimento coletivo no desenvolvimento deste “mapa”.

- 1 *Toloraya G.* The Korean Peninsula: Gateway to a Greater Role for Russia in Asia // http://www.globalasia.org:45151/V7N2_Summer_2012/Georgy_Toloraya.html?PHPS_ESSID=1055fa14ad318a21f5af3ee6121ea439
- 2 Ким Чен Ын призывает бороться с идеологией врагов <http://www.profi-forex.org/news/entry1008139538.html>
- 3 http://www.rodong.rep.kp/InterEn/index.php?strPageID=SF01_02_01&newsID=2013-04-01-0005
- 4 http://www.rodong.rep.kp/InterEn/index.php?strPageID=SF01_02_01&newsID=2013-01-30-0021
- 5 http://juche-songun.ru/joomla/index.php?option=com_content&view=section&id=8&layout=blog&Itemid=69
- 6 *Кирьянов О.* СМИ: В КНДР идут экономические реформы // <http://www.rg.ru/2013/06/02/reformi-site-anons.html>
- 7 *Park Hyeong-jung.* North Korea’s «New Economic Management System»: Main Features and Problems // http://www.koreafocus.or.kr/design3/essays/view.asp?volume_id=146&content_id=105092&category=G
- 8 http://blogs.piie.com/nk/?p=12784&utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+nkwitness+%28PIIE+|+North+Korea%3A+Witness+to+Transformation%29
- 9 <http://www.kcna.co.jp/index-e.htm>
- 10 <http://www.dailynk.com/english/read.php?cataId=nk00400&num=11095>
- 11 <http://rg.ru/2013/12/24/kardinal-site.html>
- 12 Заявление Государственного комитета обороны КНДР. Пресс-релиз посольства КНДР в РФ. 24.01.2013.
- 13 Северная и Южная Кореи грозят устроить друг другу конец света. 08.08.2013 // <http://news.mail.ru/politics/12267918/?frommail=1>

- 14 Заявление Верховного командования Корейской народной армии. Пресс-релиз посольства КНДР в РФ. 26.03.2013.
- 15 <http://www.mk.ru/politics/world/article/2013/05/29/861525-pochemu-kndr-predlozhila-yuzhnoy-koree-mirnyiy-dogovor.html>
- 16 КНДР предложила Южной Корее помириться // Росбалт. 18 января 2014 // <http://news.mail.ru/politics/16539675/?frommail=1>
- 17 N. Korea demands cancellation of S. Korea-U.S. drills. 15.01.2014//<http://www.korea-aherald.com/view.php?ud=20140115001059>
- 18 http://www.mid.ru/brp_4.nsf/newsline/6D84DDEDEDBF7DA644257B160051BF7F
- 19 Denisov V. The Problem of Nuclear Security on Korean Peninsula // http://www.rau.su/observer/N03_96/3_06.HTM
- 20 Fyodorov Y. Korean Nuclear Crisis and Russia // <http://www.pircenter.org/media/content/files/9/13508302000.pdf>
- 21 Выступление и ответы министра иностранных дел России С.В.Лаврова на вопросы СМИ в ходе совместной пресс-конференции по итогам переговоров с генеральным секретарем Совета Европы Т.Ягландом. Сочи, 20 мая 2013 г. // http://www.mid.ru/BDOMP/Brp_4.nsf/arh/1DCF46E910ED73B944257B7200203336?OpenDocument



Comunidade Econômica Euroasiática, CEEA: da colaboração integracionista para a União Econômica da Eurásia, UEEA

Tair Mansurov

Secretário Geral da Comunidade Econômica Euroasiática, CEEA,
doutor em ciências econômicas e políticas
evrazes@evrazes.ru

INTEGRAÇÃO – RUMO GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL MODERNA

Os processos de integração são uma forma qualitativamente nova da cooperação dos Estados no mundo moderno. A base desta cooperação é a criação de condições comuns de funcionamento de fatores de produção e um sistema único de gestão do espaço único, incluindo o componente supra-estatal.

Os objetivos da integração são, normalmente, comuns para todos os modelos de integração regional, mas em cada caso concreto eles têm motivações diferentes e se baseiam em diversas atitudes. A variedade das condições socioeconômicas, geográficas, geopolíticas e histórico-culturais gera numerosas *formas da integração*, sendo cada uma delas única. O processo de integração internacional na forma em que o vemos hoje começou aproximadamente em meados do século XX. Por isso o mundo acumulou uma experiência teórica e prática suficiente nesta esfera.

A integração econômica é interação e adaptação mútua das economias nacionais de diversos países, o que resulta na sua unificação gradual num espaço econômico único. A integração ao nível interestatal realiza-se através da formação de associações econômicas regionais dos Estados e da concatenação da sua política econômica interna e externa. A integração assume a forma de ampliação e de aprofundamento das relações na esfera de tecnologia e de produção, de utilização conjunta de recursos, de unificação de capitais, de criação mútua de condições favoráveis para a atividade econô-



mica e de eliminação mútua de barreiras comerciais e outras. O objetivo-chave da verdadeira integração é a criação de um *mercado único, cimentado por vínculos econômicos e socioculturais sólidos*.

No mundo moderno a integração econômica internacional tem as seguintes *formas* (na ordem de crescimento da interação integracional¹): *zona de comércio livre* — no caso da sua introdução os países — membros anulam restrições comerciais e taxas aduaneiras; *união aduaneira* — além da revogação das restrições na esfera do comércio externo, no território alfandegário único estabelece-se uma tarifa aduaneira única e leva-se a cabo uma política única na esfera de comércio externo com os terceiros países; *mercado comum (ou único)* — a sua criação subentende a circulação livre de mercadorias, serviços, capitais e da mão de obra nos limites do espaço econômico único; *aliança econômica* — os tratados sobre a zona de comércio livre, união aduaneira e mercado comum são completados por acordos sobre a aplicação de uma política comum nas esferas econômica, financeira e orçamentário-tributária, são criadas instituições supranacionais de gestão. A seguir é possível a introdução da moeda única, isto é, a aliança econômica é completada pela aliança monetária.

A cooperação regional serve na qualidade de instrumento de garantia do crescimento econômico, de elevação do bem-estar da população e de consolidação das posições das associações integracionistas no quadro do sistema econômico mundial. Além disso, ela garante a estabilidade política no mundo pois a fusão das economias nacionais diminui a possibilidade de conflitos políticos entre elas.

ASPECTOS BÁSICOS DA TEORIA DO EUROASIANISMO

A concepção do euroasianismo é uma das esferas mais requeridas e prospectivas do pensamento social do dia de hoje. O fundamento da ideologia da comunidade euro-asiática foi lançado por cientistas da chamada “corrente euro-asiática” que existia no meio da emigração russa na Europa durante a primeira metade do século XX. Os cientistas-partidários do euroasianismo supunham que a Eurásia podia ser considerada, por um lado, como *continente*, constituído por duas partes do mundo — a Europa e a Ásia, e por outro, como uma *civilização* que possui características geopolíticas, naturais, demográficas e socioculturais únicas.

Os fundadores da teoria de euroasianismo (P.N. Savitsky, G.V. Florovsky, N.S. Trubetskoy, G.V. Vernadsky, S.M. Soloviev e L.N. Gumilev) consideravam que a comunidade do espaço euro-

-asiático é predeterminada pela própria natureza e o seu desenvolvimento histórico tem como base a interação estreita dos fatores geográfico-natural e sociocultural. De acordo com a convicção dos cientistas-partidários do euroasianismo, os povos que habitam o espaço euro-asiático não são concorrentes, mas, sim, aliados. Por isso, o surgimento de um *estado que abrange todo o espaço euro-asiático* e está baseado nos princípios de voluntariedade e de vantagem mútua, é simplesmente *inevitável*.

Contudo, os partidários do euroasianismo consideravam que os povos da Eurásia já tinham se unido por quatro vezes. Os primeiros unificadores dos povos euro-asiáticos foram os hunos. A seguir o continente foi unido no quadro do Canato Turquico. No século XIII o território da Eurásia foi unido por mongóis, governados por Gengis Khan. E a quarta tentativa é a formação do Império Russo e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

As idéias dos teóricos do euroasianismo foram revistas de uma forma criadora em princípios da década de 90 do século passado pelo presidente do Cazaquistão N.A. Nazarbaiev na sua concepção de “euroasianismo prático”. Esta concepção foi concretizada no Projeto de Formação da União Euro-Asiática de Estados.²

PROJETO EURO-ASIÁTICO DO PRESIDENTE DO CAZAQUISTÃO N.A. NAZARBAIEV

O Projeto de Formação da União Euro-Asiática de Estados (UEAE), promulgado pela primeira vez pelo presidente do Cazaquistão N.A. Nazarbaiev em 28 de março de 1994 na Universidade Estatal “M.V. Lomonossov”, tornou-se fonte da integração euro-asiática moderna no espaço pós-soviético. Em 8 de julho de 1994 este projeto foi publicado no jornal “Nezavicimaia Gazeta” (Jornal Independente)³ e a seguir foi discutido reiteradas vezes nas reuniões dos órgãos governamentais e pela mídia.

Este projeto foi apresentado na época em que os nossos Estados sofriam as conseqüências de desmoronamento da União Soviética, a desintegração e a crise sistêmica na economia. Era época em que os novos Estados independentes deviam edificar uma estratégia totalmente nova de cooperação econômico-comercial e criar mecanismos novos em princípio que correspondessem à mudança de realidades geopolíticas. O projeto da União Euro-Asiática de Estados, UEAE, veio a ser guia de ação prático na ampliação de vínculos mútuos entre os países pós-soviéticos e no desenvolvimento de relações políticas, econômicas, sociais e viárias que ligavam durante muito tempo os povos da Eurásia.

A fim de criar as bases *práticas* do projeto da UEAE o presidente do Cazaquistão estudou os processos de integração nos países europeus e a experiência de criação da União Europeia. Ele encontrou modos de edificação de um modelo novo de integração internacional no espaço pós-soviético, criou bases de formação da base institucional da integração dos países euro-asiáticos e propôs a base jurídica que devia atribuir um caráter estável aos processos de integração.

De acordo com o Projeto da UEAE, a associação de países euro-asiáticos devia ter como base as relações econômicas. A criação da UEAE devia contribuir para a formação de atitudes concatenadas para com a realização de reformas destinadas a atribuir à economia a feição de mercado, garantir a segurança nacional dos países euro-asiáticos e a sua incorporação conjunta no sistema econômico global. Pretendia-se resolver esta tarefa mediante a criação por estes Estados de um espaço econômico, aduaneiro e humanitário único.

A formação da UEAE devia ser realizada sem que fosse afetada a soberania dos Estados, sem a intromissão nos seus assuntos internos, no ambiente de respeito ao direito de cada povo de determinar, ele próprio, a estrutura estatal do seu país. Foram reconhecidos como princípios prioritários da formação do modelo da UEAE a necessidade de adoção da atitude prática para com a integração, a conveniência econômica e a voluntariedade da unificação. O projeto tinha como base a concepção de “integração efetuada com diversas velocidades e em diversos níveis”, isto é, as formas, o ritmo e o grau de cooperação mútua seriam adotados de acordo com o nível de prontidão e de interesse dos países-participantes.

No Projeto ressaltava-se também que a solução das questões de integração econômica impunha a necessidade de criação de órgãos supranacionais — análogos dos órgãos semelhantes da União Europeia. Estes órgãos deviam assumir as funções de regulação das relações entre os Estados nas esferas econômica, jurídica, aduaneira, ecológica, cultural e educacional.

Embora o projeto de criação da UEAE tivesse numerosos partidários, a sua realização em 1995 — 2000 resultou impossível por várias razões tanto objetivas, como subjetivas. Nesta etapa de integração os Estados euro-asiáticos buscavam vias mais convenientes de cooperação através do método de tentativas e erros. E somente a criação da Comunidade Econômica Euro-Asiática em 2000 abriu caminho para a intensificação da integração euro-asiática e para o seu avanço rumo a metas novas.

Em 28 de abril de 2014, isto é vinte anos depois da publicação do projeto da UEAE, o presidente do Cazaquistão fez na Universidade

Estatal “M.V. Lomonossov” a conferência “Da ideia da União Europeia para novas perspectivas da integração euro-asiática”. Apontou nesta conferência que o “Projeto de UEAE foi o ponto de partida do novo processo histórico, a que chamam agora integração euro-asiática. A ideia de euroasianismo, subestimada naquela época pela maioria dos políticos da Comunidade de Estados Independentes, CEI, passou a ser hoje altamente requerida nos círculos de negócios e ao nível social e humanitário. Surgiram e funcionam com êxito numerosas áreas conjuntas que alimentam a ideia de euroasianismo.

A integração regional é um meio de luta contra ameaças globais e a União Euro-Asiática pode vir a ser concorrente das outras associações de nível global. Além disso a integração euro-asiática garante aos Estados que participam dela uma vantagem estratégica geral na véspera da terceira revolução industrial global vindoura. Estou profundamente convencido de que o século XXI será época da grande Eurásia florescente e que os nossos Estados serão o centro destes acontecimentos”.

Portanto, Nazarbaiev não somente formulou uma nova ideia euro-asiática, mas também elaborou um projeto concreto que contribuiu mais tarde, depois de percorrer uma via de evolução, para a integração euro-asiática atual. Este processo contou com o apoio ativo por parte do presidente da Rússia V.V. Putin e dos outros líderes dos Estados pós-soviéticos.

COMUNIDADE ECONÔMICA EURO-ASIÁTICA, CEEA, É NÚCLEO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO

Em 23 de maio de 2000 os presidentes da Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tajiquistão resolveram na sua reunião em Minsk criar uma organização econômica nova com status internacional, munida de amplos poderes na solução de questões de colaboração integracionista, detentora de uma estrutura bem clara e de instituições e mecanismos eficientes.

Em vista disso em 10 de outubro de 2000 os chefes destes cinco Estados assinaram em Astaná o “*Tratado de Instituição da Comunidade Econômica Euroasiática (CEEA)* que entrou em vigor a 30 de maio do ano 2001⁴. Esta Comunidade integrou cinco países. Mais três países, a Armênia, Moldávia e Ucrânia, obtiveram o status de Estados — observadores.

O tratado estipulava que o a Comunidade tinha em vista a concretização de processos de integração reais que contribuem para o avanço dos Estados-membros da CEEA rumo à formação da *União Aduaneira*, cuja criação abre, por sua vez, a via de formação do *Es-*

paço Econômico Único. Este último garante o deslocamento livre de mercadorias, serviços, capitais e da mão de obra num território econômico único, assim como a coordenação eficiente da política macroeconômica dos países que o integram. Um outro objetivo importante é a *coordenação das posições dos Estados-membros da CEEA no processo da sua integração na economia mundial e no sistema internacional de comércio*. O rumo estratégico da atividade da Comunidade é a garantia do desenvolvimento socioeconômico dinâmico dos países que a integram mediante a utilização eficiente do seu potencial conjunto com vista a elevar o nível de vida da população.

Simultaneamente com a assinatura do Tratado da Instituição da CEEA os chefes de Estado adotaram declaração em que foram formuladas *tarefas* a resolver no quadro da Comunidade. Tinha-se em vista a *política de comércio exterior, a política aduaneira e econômica, e as esferas social, humanitária e jurídica*. Estas tarefas tornaram-se base de elaboração de *documentos programáticos fundamentais da CEEA* — Ações com vista a levar a cabo as Direções Prioritárias de Desenvolvimento da CEEA no período de 2003 — 2006 e nos anos posteriores; a seguir — Ações a realizar no período de 2008 — 2010 e nos anos posteriores e, finalmente, Ações a efetuar no período de 2011 — 2013 e nos anos posteriores.

São seguintes as *direções prioritárias de desenvolvimento da CEEA*: 1) Formação da União Aduaneira; 2) realização de uma política econômica concatenada; 3) colaboração no setor real da economia; 4) formação e desenvolvimento conjunto do mercado energético; 5) formação da aliança viária e usufruto do potencial da CEEA na esfera de trânsito; 6) cooperação no setor agroindustrial; 7) formação do mercado comum de serviços; 8) formação do mercado financeiro comum e desenvolvimento da integração monetária; 9) cooperação na esfera sócio-humanitária e na esfera da política de migração; 10) ampliação dos poderes dos órgãos da CEEA.

Os órgãos da Comunidade formam um sistema íntegro, em que cada um desempenha o papel de elemento separado, ligado estreitamente aos demais. São seguintes os *órgãos estatutários da Comunidade*: “Conselho Interestatal (ao nível de chefes de Estado e chefes de governo), Comitê de integração (ao nível de vice-premiês), Assembleia Interparlamentar e o Tribunal da Comunidade. A presidência nos órgãos da Comunidade é transferida anualmente, na base da rotação, ao membro seguinte da CEEA. Um importante instrumento de trabalho da Comunidade são *conselhos e comissões setoriais*, cujos membros são ministros, os seus adjuntos ou dirigentes e os seus suplentes das respectivas entidades dos Estados-

-membros da CEEA. As providências na esfera de organização e de informação técnica de todos os órgãos da Comunidade estão a cargo do *Secretariado do Comitê Integracional da CEEA*.

Atualmente entre os Estados-membros da Comunidade estão em vigor 140 tratados (sem contar os Tratados da União Aduaneira, UA, e do Espaço Econômico Único, EEU) referentes a diversos assuntos econômicos e sociais.

A CEEA tem *status internacional e possui o lugar de observador da ONU*. A Comunidade assinou 35 memorandos de colaboração com diversas organizações internacionais. Os seus principais parceiros internacionais são a ONU e a suas organizações, ou seja, a Comissão Econômica Europeia da ONU; Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, UNIDO; UNESCO; Programa de desenvolvimento da ONU, assim como a União Europeia, Organização Aduaneira Mundial e Organização para a Segurança e Colaboração na Europa, OSCE. Quanto a organizações de âmbito regional, pode-se mencionar a Comunidade de Estados Independentes, CEI, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e a Organização de Cooperação de Xangai. O fato de cooperação estreita em diversas esferas entre a CEEA e várias organizações da ONU foi assinalado reiteradas vezes nas resoluções da Assembleia Geral da ONU.

A Comunidade tem sob os seus auspícios o *Conselho Euro-Asiático de Negócios* que contribui para o desenvolvimento da colaboração econômico-comercial mutuamente vantajosa, para a cooperação entre as empresas industriais e para a incorporação de círculos empresariais nos processos de integração.

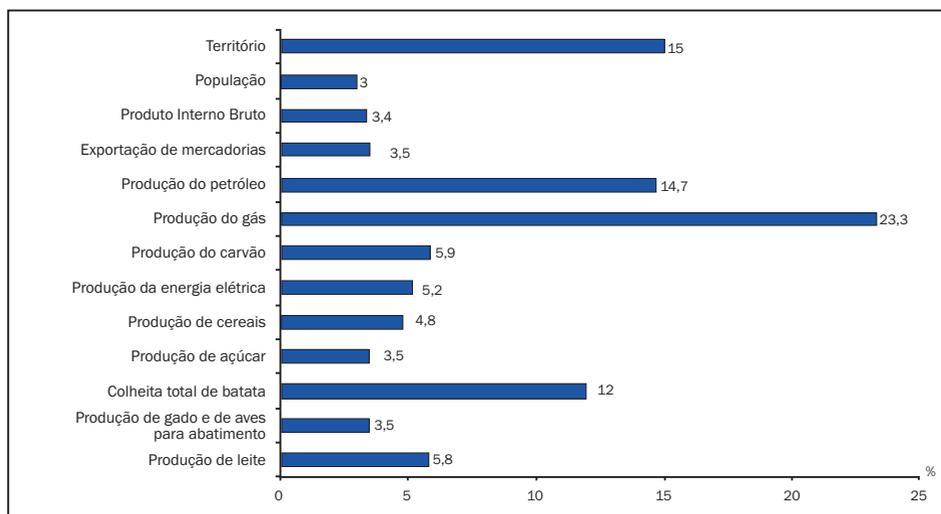
Em 2006 foi Instituído o *Banco Euro-Asiático de Desenvolvimento* que financia projetos de investimento de efeito integracional e leva a cabo pesquisas na esfera de integração econômica.

Em 2009, no quadro de ações conjuntas dos Estados-membros da CEEA com vista a superar as conseqüências da crise financeira mundial, foram criados o *Fundo Anti-crise da CEEA*, que proporciona créditos financeiros e de investimento, e o *Centro de Tecnologias de Ponta da CEEA*, cuja atividade visa o desenvolvimento e a realização conjunta de programas técnico-científicas e de projetos inovadores. O Centro colabora ativamente com o Fundo Russo “Skolkovo”. Para a realização de projetos conjuntos foi criada a companhia “venture” “Centro de Tecnologias Inovadoras da CEEA” que conta com a participação das respectivas estruturas da Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia. A partir de janeiro de 2012 funciona o novo Tribunal da CEEA, cuja função consiste em resolver litígios econômicos no quadro da Comunidade e da União Aduaneira.

Atualmente os países-membros da Comunidade desenvolvem e levam a cabo vários programas e concepções interestatais conjuntos, incluindo as concepções de atividade internacional, de segurança alimentar, de formação do mercado energético comum e do espaço viário único. No período de 2011-2015 está sendo realizado o programa interestatal vinculado da CEEA “Biotecnologias Inovadoras”; a partir do ano de 2013 o programa interestatal vinculado de seis anos “Recultivo dos territórios dos Estados-membros da CEEA que tinham sofrido a influência da extração do urânio”.

A CEEA é *um grande mercado regional*, que abrange o maior território do mundo, possui uma potente base de minérios e de matéria-prima e um grande potencial econômico e de comércio externo (ver o Gráfico 1, Comunidade Euro-Asiática de Economia, Coleção de documentos básicos, M., 2010).

Gráfico Nº 1
Cota da CEEA nos índices mundiais em 2013
(%% do total)



Fontes: dados do Comitê de Estatística da CEI, do IMF, da British Petroleum e da FAO UN.

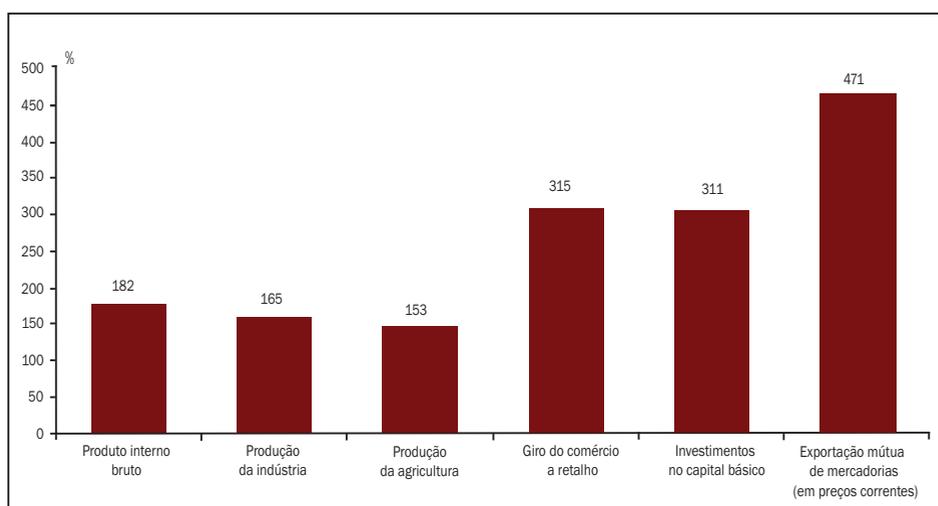
Durante os 14 anos que se passaram depois da formação da CEEA formou-se um sistema ramificado de mecanismos que garantem o processo de integração vertical e horizontal, o que contribui para a criação de mercados maiores para os produtores e consumidores nacionais, para o crescimento econômico e para a sua

diversificação mediante a diminuição no número de barreiras nas vias de movimento de mercadorias, serviços, capital e mão de obra. Os países-membros da CEEA concatenam a realização de reformas na esfera social e no mercado de trabalho (sendo que o aprofundamento da integração social pressupõe a transição para padrões sociais mais altos), assim como elaboram posições únicas e coordenam ações no tocante a questões internacionais mais importantes a fim de resistir mediante esforços conjuntos a desafios globais e a ameaças da atualidade. Por outro lado, podemos colaborar em conjunto com diversos países e alianças regionais nas condições de cooperação baseada na igualdade de direitos, complementação mútua e cooperação mutuamente vantajosa.

A integração dos países da Comunidade realiza-se tanto na base da experiência positiva, do dinamismo e dos ritmos de desenvolvimento da União Europeia, como na base da análise de dificuldades e de problemas que a Comunidade tem que superar. A experiência da União Europeia é reconsiderada permanentemente de uma forma crítica a fim de ser adaptada a nossas condições.

Portanto, os anos passados foram época de passos de integração importantíssimos na esfera socio-econômica que resultaram no progresso econômico e na elevação do nível de vida de amplas camadas da população (ver o Gráfico Nº 2 e a Tabela Nº1).

Gráfico Nº 2
Índices macroeconômicos médios da CEEA
em 2013 em %% do ano 2000 (em preços estáveis)



Fonte: dados do Comitê de Estatística da CEI.

Tabela Nº 1
Índices básicos do nível de vida de Estados —
membros da CEEA em 2000 e em 2013
(estimativas feitas na base de cursos de moedas
nacionais em relação ao dólar americano)

	Bielorússia	Cazaquistão	Quirguistão	Rússia	Tajiquistão
Produto interno bruto por habitante em preços correntes, mil dólares					
2000	1,1	1,2	0,3	1,8	0,16
2013	7,5	12,9	1,3	14,6	1,05
Em preços permanentes, relação entre o ano de 2013 e o ano de 2000, vezes	2,3	2,3	1,6	1,8	2,1
Salário mensal nominal médio, USD por ano					
2000	74	101	26	79	8,5
2013	573	714	236	942	147
No seu valor real (fazendo-se correção de acordo com o índice de preços de consumo), média anual, relação entre o ano de 2013 e o ano de 2000, vezes	4,8	2,8	3,5	3,4	9,6
Valor médio da aposentadoria (dezembro), dólares					
2000	31	28	10	29	1,8
2013	220	204	132	302	38
Parcela da população, cujos rendimentos (e despesas) estão abaixo do mínimo vital (nível de pobreza), em %% da população total					
2000	29	47	56	28	...
2013	5,5	2,9	38	11	47

Fonte: dados do Comitê de Estatística da CEI.

A comunidade tornou-se núcleo da integração econômica no espaço pós-soviético pois conseguiu garantir a integração real das economias da Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tajiquistão, e a criação da União Aduaneira, deu início à formação do Espaço Econômico Único e propiciou a aprovação do tratado sobre a União Econômica da Eurásia⁵.

UNIÃO ADUNAEIRA DA BIELORÚSSIA, CAZAQUISTÃO E RÚSSIA

Graças a medidas tomadas no quadro da Comunidade com vista a organizar a zona de comércio livre sem exclusões e restrições, o giro comercial mútuo bruto entre os países-membros da CEEA aumentou em 2008 em comparação com o ano de 2000 4,2 vezes (isto é, de 29 para 123 bilhões de dólares). Isto criou premissas para a transição para a etapa seguinte da integração — criação da União Aduaneira.

A decisão de criar a União aduaneira da Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia foi tomada pelos chefes de Estado na reunião do Conselho Interestatal da CEEA em 6 de outubro de 2007, em Duchanbé. Na mesma reunião foi aprovado o Plano de Ações com vista a Formar a União Aduaneira.

Na sua etapa inicial a União Aduaneira foi criada por três Estados — membros da Comunidade que eram mais próximos entre si no tocante aos mais importantes parâmetros do desenvolvimento econômico. Proximamente a Armênia e, mais tarde, o Quirguistão irão incorporar-se neste “trio”.

Inicialmente o supremo órgão da União aduaneira era o Conselho Interestatal da CEEA ao nível de chefes de Estado e de governo dos três países. Foi criado também um órgão supranacional — a Comissão da União Aduaneira, integrada por vice-premiês da Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia. Em 2012 esta comissão foi suprimida e as suas funções transmitidas à Comissão Econômica da Eurásia (CEE).

A partir do dia 1 de janeiro de 2010 estão em vigor a Tarifa Aduaneira Única e Regras Únicas de Regularização Tarifaria e Não Tarifaria; a partir do dia 6 de julho de 2010 está em vigor o Tratado do Código Aduaneiro da União Aduaneira. O controle aduaneiro na fronteira entre a Rússia e a Bielorrússia não existe a partir do segundo semestre de 2010 e na fronteira entre a Rússia e o Cazaquistão ele foi suprimido em 1 de julho de 2011.

Em resultado disso a partir do dia 1 de julho de 2011 a *União Aduaneira* passou a funcionar em regime de pleno formato de acordo com todos os padrões internacionais: foi criado o Território Adu-

aneiro Único, as diligências alfandegárias entre os países-membros da União Aduaneira foram anuladas totalmente em vista da sua transferência para fronteiras externas; todos os tipos de controle estatal (aduaneiro, viário, veterinário, sanitário e fitosanitário), exceto o fronteiriço, foram transferidos para a fronteira alfandegária externa da União Aduaneira.

As normas de distribuição das taxas alfandegárias de importação são seguintes: Bielorrússia — 4,70%; Cazaquistão — 7,33% e Rússia — 87,97%.

O funcionamento da União Aduaneira resultou na ampliação de vínculos cooperativistas e na diminuição do tempo e de meios, gastos pelas empresas e pela população. Já foram postos em ação mecanismos jurídicos que permitem aos sujeitos da atividade econômica efetuar a atividade comercial eficiente não somente nos territórios dos seus Estados, mas também no quadro de toda a União Aduaneira. De acordo com os dados da Comissão Econômica, os volumes do *comércio mútuo de mercadorias* dos três países aumentaram em 2010 em comparação com o ano anterior 29,1%; em 2011, mais 33,9% e em 2012, subiram 7,5%. Em 2013 foi registrada a queda deste parâmetro em 4,9% e em janeiro — julho de 2014 esta índice baixou em comparação com o respectivo índice do ano passado em 10,7%.

Agora não é a demanda externa, mas, sim, a interna da União Aduaneira é que garante basicamente o aproveitamento total das capacidades das empresas dos três países pertencentes a mais diversas esferas da indústria, da agricultura e da esfera de serviços. Aumenta o peso específico da Bielorrússia e do Cazaquistão no comércio no quadro do “trio”. Durante o funcionamento da União Aduaneira a parcela de matérias primas no comércio mútuo baixou de 40 para 33%. Portanto, pode-se constatar o melhoramento da estrutura do giro comercial, pois se deu a substituição de matérias primas por produtos responsivos à tecnologia, com elevado valor acrescido.

Um exemplo convincente dos benefícios que a União Aduaneira proporcionou aos cidadãos dos nossos países é o fato de que hoje na fronteira de 7,7 mil quilômetros entre a Rússia e o Cazaquistão já não trabalham mais milhares de fiscais aduaneiros russos e cazaques. Por isso, hoje milhões de pessoas residente nas regiões contíguas (26 milhões em 12 regiões fronteiriças da Rússia e cerca de 6 milhões em 7 regiões fronteiriças do Cazaquistão) atravessam livremente a fronteira sem as diligências alfandegárias.

O efeito integracional total, produzido pela criação da União Aduaneira e do Espaço Econômico Único durante dez anos, é ava-

liado por cientistas russos em 17-20% do incremento complementar do PIB para cada um dos países-participantes, o que corresponde a um total de quase 700 bilhões de dólares.

ESPAÇO ECONÔMICO ÚNICO

Os êxitos alcançados na atividade da União Aduaneira criaram condições propícias para o ulterior aprofundamento dos processos de integração, o que permitiu dar início à transição para a etapa seguinte da integração euro-asiática — criação do Espaço Econômico Único, EEU. Em 19 de dezembro de 2009 os presidentes da Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia aprovaram na cúpula informal em Almaty o Plano de Ações de Formação do Espaço Econômico Único no período de 2010 — 2011.

A vontade política dos chefes de Estado e o trabalho ativo dos governos dos países-membros da Comunidade permitiram ao Conselho Interestatal da Comunidade Econômica Euroasiática, CEEA, elaborar e adotar documentos internacionais de formação do Espaço Econômico Único durante um só ano em vez de dois previstos pelo plano. *Em novembro e dezembro de 2010 o Conselho Interestatal da CEEA (supremo órgão da União Aduaneira) aprovou o pacote de 17 acordos internacionais básicos que geram a base jurídica do Espaço Econômico Único, EEU.* Estes acordos foram ratificados e em 19 de dezembro de 2011 os chefes dos três Estados resolveram na reunião do Supremo Conselho Econômico da Eurásia *pôr estes acordos em ação a partir do dia 1 de janeiro de 2012, isto é, foi resolvido dar início à atividade do Espaço Econômico Único, EEU.*

O Espaço Econômico Único é *mercado único*, em que os empresários não somente oferecem livremente as suas mercadorias, mas também prestam serviços e dispõem do acesso a redes elétricas, aos sistemas de transportes e de comunicações. No quadro do Espaço Econômico Único estão em vigor mecanismos *uniformes* de comando da economia e leva-se a cabo uma política *coordenada* nas esferas tributária, monetário-creditícia, monetário-financeira, comercial e aduaneira.

São seguintes as vantagens básicas do Espaço Econômico Único:

- geração de mercados maiores para produtores e consumidores nacionais;
- crescimento da economia e a sua diversificação mediante a diminuição de barreiras nas vias de circulação de mercadorias, serviços, capitais e mão de obra;

- ao par da ampliação tradicional do comércio mútuo no quadro do Espaço Econômico Único atribui-se uma importância prioritária ao desenvolvimento nas esferas de finanças e de investimento, à cooperação técnico-científica e ao aprofundamento do desenvolvimento do potencial humano;
- intensificação da atividade empresarial do business grande, médio e pequeno, criação de associações interestatais de produção e de comércio e de empresas conjuntas;
- elevação da segurança econômica tanto de cada um dos Estados-membros, como do Espaço Econômico Único em geral;
- formação e desenvolvimento conjunto do mercado energético, formação do mercado comum de serviços viários, de um sistema de transportes único e a realização do potencial de trânsito dos países-membros do Espaço Econômico Único;
- o mercado comum é mais atraente para investimentos mútuos e estrangeiros e para inovações. Os empresários podem obter aí recursos complementares, o que garante a aceleração do desenvolvimento da economia e a geração de novas vagas de trabalho;
- diligências com vista a pôr em ordem a organização da migração laboral;
- os vínculos transfronteiriços entre os cidadãos resultam muito mais fáceis. Eles podem aplicar as suas forças e hábitos profissionais no mercado de trabalho comum. Além disso, os trabalhadores migrantes dispõem da proteção legal; eles e os membros das suas famílias têm acesso aos serviços obrigatórios de assistência médica e de educação;
- existe a possibilidade de defender em conjunto os seus interesses nas relações com outros Estados e ao nível de organizações internacionais.

Note-se que o “trio” de países não se aparta dos demais mercados, mas, pelo contrario, procura desenvolver a colaboração multilateral tanto com diversos Estados concretos, como com as associações integracionais, em particular, com a União Europeia. As integrações europeia e euro-asiática podem completar eficientemente uma a outra.

TRATADO DA UNIÃO ECONÔMICA DA EURÁSIA, UEEA

Em 18 de novembro de 2011 os presidentes da Rússia, Cazaquistão e Bielorrússia assinaram a *Declaração da integração econô-*

mica euro-asiática, o acordo sobre a criação da Comissão Econômica Euro-Asiática (CEEA) e o Regulamento da sua atividade.

A declaração anuncia que o principal objetivo da ulterior integração será a realização total do potencial da União Aduaneira e do Espaço Econômico Único (EEU), o aperfeiçoamento e o ulterior desenvolvimento da sua base normativo-jurídica, das suas instituições e da cooperação prática entre eles. A etapa seguinte é o trabalho de criação da União Econômica da Eurásia, UEEA, isto é, de uma sociedade coesa política e economicamente que se desenvolve nas condições de existência de um mercado único e de utilização eficiente do potencial conjunto. A UEEA irá unir não somente os mercados, mas também os planos estratégicos e as perspectivas do desenvolvimento da Comunidade.

A Comissão Econômica Euro-Asiática tornou-se órgão regulador supranacional da União Aduaneira e do Espaço Econômico Único. A Comissão começou a funcionar em 2012 simultaneamente com o início de funcionamento do Espaço Econômico Único.

*O Tratado sobre a criação da União Econômica da Eurásia, UEEA, foi assinado pelos chefes de Estado da Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia em 29 de maio de 2014, em Astaná*⁶. O Tratado deve ser ratificado pelos países-assinantes até o fim do ano de 2014, e a UEEA vai começar a funcionar a partir do dia 1 de janeiro de 2015. Tem-se pela frente o trabalho complicado de muitos anos com vista a concretizar as teses básicas do tratado.

De acordo com o tratado, no quadro da União garante-se o seguinte: *liberdade do movimento de mercadorias, serviços, capitais e mão de obra*; realização de uma política *coordenada* (isto é, realização da colaboração na base de posições comuns), *concatenada* (o que pressupõe a harmonização da regulação jurídica) ou *única* (aplicação da regulação jurídica unificada) em diversos ramos da economia.

A UEEA é organização internacional de integração econômica regional que o tem status de sujeito do direito internacional. A UEEA é criada em conformidade com os objetivos e princípios gerais dos Estatutos da ONU e com outros princípios e normas universalmente reconhecidos do direito internacional, incluindo princípios e normas da Organização Internacional de Comércio.

No Tratado sobre a criação da UEEA constam os princípios da igualdade soberana dos Estados, da integridade territorial e de respeito a particularidades da estrutura política dos Estados-

-membros da União. A tomada de decisões de todos os níveis na UEEA tem como base o princípio consensual.

Objetivos da UEEA: 1) criação de condições para o desenvolvimento estável das economias dos Estados-membros em prol da elevação do nível de vida da população; 2) formação do mercado único de mercadorias, serviços, capitais e da mão de obra; 3) modernização geral, cooperação e elevação da competitividade das economias nacionais no quadro da economia global.

A UEEA é indispensável a fim de consolidar as economias dos Estados que a integram, para garantir o seu desenvolvimento e aproximação harmoniosos, o crescimento estável da atividade empresarial, do comércio equilibrado e da concorrência honesta. Os países — membros da UEEA irão garantir o progresso econômico mediante ações conjuntas com vista a resolver as suas tarefas comuns de desenvolvimento econômico estável, de modernização geral e de aumento da competitividade das economias nacionais no quadro da economia global. O processo de aproximação das economias dos países-membros da União resulta especialmente atual hoje em dia, quando existe a necessidade de resistir a ameaças externas.

São seguintes os órgãos da UEEA: Conselho Econômico Supremo da Eurásia (ao nível de chefes de Estado), Conselho Intergovernamental da Eurásia (ao nível de chefes de governo), Comissão Econômica Euro-Asiática e o Tribunal. Por decisão do Conselho Econômico Supremo da Eurásia podem ser criados *órgãos auxiliares* (conselhos de dirigentes de órgãos estatais dos países-membros, grupos de trabalho e comissões especiais) encarregados das respectivas esferas.

O Tratado sobre a criação da UEEA alicerça-se na base jurídico-contratual da União Aduaneira e do Espaço Econômico Único, cujas normas foram otimizadas, aperfeiçoadas e concatenadas com as regras da Organização Aduaneira Mundial e das outras organizações internacionais. Foi isso que predeterminou a *estrutura do tratado*: na primeira parte são examinadas questões de instituição da UEEA, os seus princípios básicos, os seus objetivos, competência, o seu direito e orçamento; a segunda parte é dedicada à atividade da União Aduaneira; a terceira, à atividade do Espaço Econômico Único; a quarta parte contém várias disposições jurídicas relacionadas à revogação das decisões, anteriormente aprovadas, do Supremo Órgão da União Aduaneira e da Comissão Econômica Euro-Asiática, ou à sua ulterior vigência.

O funcionamento da União requer a conclusão da codificação da base jurídico-contratual da União Aduaneira e do Espaço Econômico Único, requer eliminar as exceções existentes dos regimes comercial e de investimento gerais, garantir a liberdade de movimento de mercadorias, serviços, capitais e de mão de obra e harmonizar a legislação nas esferas da política antimonopólio, monetário-financeira e tributário-orçamentária.

O Tratado de criação da UEEA estipula prazos concretos de execução de várias posições e estes prazos devem ser observados para manter o ritmo geral de criação do Espaço Econômico Único. Por exemplo, o mercado comum de meios medicamentosos e de artigos médicos deve ser criado até o dia 1 de janeiro de 2016. O Tratado internacional sobre regras únicas de concessão de subsídios industriais deve entrar em vigor até o dia 1 de janeiro de 2017. O mercado comum de energia elétrica entrará em funcionamento em 1 de julho de 2019. Até o dia 1 de janeiro de 2020 deve ser aprovada a posição única dos Estados-membros da UEEA no estabelecimento de preços dos serviços de telefones e do tráfego telefônico. Os mercados comuns de petróleo, de derivados de petróleo e de gás devem atingir plena envergadura no dia 1 de janeiro de 2025. Os Estados — membros da UEEA devem harmonizar até o ano de 2025 as suas legislações financeiras e criar na cidade de Almaty um órgão supranacional encarregado de regular o mercado financeiro.

Cumprir assinalar que o nível de desenvolvimento alcançado e as perspectivas da ulterior integração dos países euro-asiáticos geram premissas seguras do fomento socioeconômico estável de cada membro da União e da União em geral. Por outro lado, eles devem superar vários problemas na economia, no comércio mútuo e na esfera social e agilizar ainda mais os processos de integração. Isto ocorre porque os nossos países alcançaram diversos graus de desenvolvimento dos sistemas econômico e financeiro, as cotas de participação estatal na economia são diferentes, são diferentes os graus da sua incorporação nos processos econômicos mundiais e nos fluxos globais de mercadorias, serviços, créditos e investimentos.

A alteração da geografia de relações na esfera do comércio externo a favor da sua intensificação dentro da União é capaz de elevar substancialmente a qualidade do crescimento econômico dos Estados que a integram. Resultados positivos em forma da diminuição da dependência conjuntural em relação a vacilações de pre-

ços mundiais e dos outros “choques” externos (por exemplo, sanções antirrussas por parte dos EUA, União Europeia, Japão e outros países) podem ser alcançados já numa perspectiva em prazo médio. É preciso também levar a cabo uma política que garanta o crescimento de volumes de investimentos mútuos (especialmente, de investimentos diretos) entre os Estados-membros da UEEA, o que permitirá diminuir a dependência das suas economias em relação aos investimentos externos (que são amiúde puramente especulativos).

Espera-se que futuramente outros Estados pós-soviéticos adiram à UEEA, o que vai lhes proporcionar uma chance de realizar um salto no seu desenvolvimento e elevar o nível de vida da população. A Armênia e o Quirguistão já estudam ativamente este assunto, foram adotados “mapas viários” da sua incorporação na União Aduaneira e no Espaço Económico Único, cuida-se de adaptar as legislações destes países à base jurídico — normativa da União Aduaneira e do Espaço Económico Único. Em 10 de outubro deste ano foi realizada em Minsk a reunião do Supremo Conselho Económico da Eurásia (ao nível de chefes de Estado), em que foi examinada a questão de admissão da Armênia e do Quirguistão na UEEA*

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROASIÁTICA, CEEA: O BALANÇO DA ATIVIDADE E A PASSAGEM PARA O NOVO FORMATO DE INTEGRAÇÃO — A UNIÃO ECONÔMICA DA EURÁSIA, UEEA

Durante os 14 anos da sua atividade a CEEA resolveu com êxito as tarefas que se tinha em vista: foi criada a base jurídico-normativa da União Aduaneira e do Espaço Económico Único. Por isso, a União Aduaneira dos três países funciona a partir do dia 1 de janeiro de 2010 e a partir do dia 1 de julho de 2011 ela funciona em regime de pleno formato; o Espaço Económico Único funciona a partir do dia 1 de janeiro de 2012; os países-membros da Comunidade conseguiram resolver radicalmente numerosas questões sócio-humanitárias nas esferas de educação, saúde, cultura e ecolo-

* As questões de integração económica atual são examinadas mais detalhadamente nos seguintes livros, recentemente editados: Mansurov Tair. Projeto euro-asiático de Nursultán Nazarbaiev encarnado. Por ocasião do vigésimo aniversário do Projeto E:uro — Asiático. 1994 — 2014, M., Real — press, 2014, página 362.

Mansurov Tair. Integração Económica da Eurásia: experiência e perspectivas, M.: Raridade russa, 2014, p. 360.

gia; vários programas e projetos são realizados em conjunto; funcionam ativamente a Assembleia Interparlamentar, o Tribunal, o Banco Euro-asiático de Desenvolvimento e o Conselho de Negócios da CEEA; funcionam o Fundo Anti-crise e o Centro de Tecnologias Avançadas da CEEA.

A comunidade foi registrada na ONU e colabora com eficiência com as suas instituições, assim como com a União Europeia, Agência Internacional de Energia Atômica, Organização do Tratado de Segurança Coletiva, Organização de Colaboração de Xangai, Comunidade de Estados Independentes e com muitas outras organizações internacionais, o que contribui para a aceleração do ritmo da integração euro-asiática.

A Comunidade realizou-se como uma organização internacional prestigiosa e, segundo disse o presidente da Rússia V.V. Putin, tornou-se associação integracional mais bem-sucedida no espaço da Comunidade de Estados Independentes, CEI⁷⁷. Os nossos cidadãos sentiram isso na sua própria vida: na época desde a formação da CEEA em todos os países-membros da Comunidade foi registrada a elevação considerável do nível e da qualidade de vida da população.

A CEEA determinou o vetor integracional de desenvolvimento de todo o espaço pós-soviético por muitos anos futuros e este vetor tende para a União Econômica da Eurásia. A assinatura e a ratificação do tratado sobre a criação da União Econômica da Eurásia põem fim oficialmente à execução das tarefas da Comunidade. Quanto a questões do ulterior desenvolvimento da União Aduaneira e do Espaço Econômico Único, estas estão na competência dos órgãos da União Econômica da Eurásia e a solução dos problemas da esfera sócio-humanitária será realizada na base de documentos internacionais adotados no quadro da CEEA.

Portanto, a Comunidade Econômica Euro-Asiática, CEEA, cumpriu a sua missão histórica e a partir de 2015 passa as suas funções a uma associação integracional nova — União Econômica da Eurásia, UEEA. A criação e o trabalho ativo da União têm uma importância histórica para o futuro da Rússia, do Cazaquistão, da Bielorrússia e dos outros países pós-soviéticos, que irão aderir futuramente a esta união. A União Econômica da Eurásia poderá concorrer e colaborar em pé de igualdade com outros pólos do atual mundo multipolar, o que coloca os nossos países num nível de integração novo de princípio e faz vir uma realidade geoeconômica totalmente nova do século XXI.

- 1 Balassa B. The Theory of Economic Integration. Homewood, IL: Richard D. Irwin, 1961.
- 2 Ver para informação mais detalhada: Mansurov T.A. Projeto Euro-Asiático encarnado de Nursultan Nazarbaiev. Por ocasião do 20-º aniversário do Projeto Euro-Asiático. 1994 — 2014. M.: Real-Press, 2014.
- 3 Nazarbaiev N.A. Projeto de Formação da Aliança Euro-Asiática de Estados. Nezavisi-maia Gazeta № 106 (782). 8.06.1994.
- 4 Comunidade Econômica da Eurásia. Coleção de documentos básicos. M., 2010.
- 5 Ver mais detalhadamente: Mansurov T.A. Integração Econômica Euro-Asiática: experi-ência e perspectivas. M., Raridade russa, 2014
- 6 http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_163855/
- 7 Intervenção do presidente do Conselho Interestatal da CEEA, presidente da Rússia V.V. Putin na reunião do Conselho da CEEA em 19 de dezembro de 2012.



Relações russo — ucranianas: juntos ou separados?

Yuri Bulatov

Deão da Faculdade de Relações Internacionais do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais junto do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, professor titular

Palestradora: Evguenia Piaticheva, secretária responsável da revista “Vida Internacional”, mestre em história

“Vida Internacional”: Sr. Bulatov, o Sr. dedica-se profissionalmente já há muitos anos à história da Rússia, incluindo o seu aspecto etnopolítico. Seria correto referir os cidadãos ucranianos que vivem no território da Ucrânia moderna como uma etnia única?

Yuri Bulatov: Creio que seria mais correto falar não do povo ucraniano, mas, sim, do povo da Ucrânia. Por que? É que o povo da Ucrânia é multiétnico, pois engloba os ucranianos, russos, russinos, polacos, tártaros, judeus, etc. Por isso, seria um tanto incorreto referir os cidadãos ucranianos como uma etnia única.

“Vida Internacional”: A quem podemos referir hoje como ucranianos?

Yu. Bulatov: As etnias diferem uma da outra, em primeiro lugar, por uma série indícios. Como é natural, o ucraniano é aquele que sabe e ama a sua língua materna, quem sabe e aprecia a sua cultura nacional e cuida de desenvolvê-la. Certamente, tem-se em vista, também, a confissão religiosa. São estes três indícios que determinam qualquer nacionalidades: a língua, a cultura e a religião.

A história comprova que no passado a Ucrânia esteve dividida, uma parte dela pertencia à Rússia e uma outra estava sob o poder da Áustria-Hungria e da Rech Pospolita. E, como é natural nesta situação, todos os processos que se deram na esfera de ampliação da influência de diversas confissões, abrangiam toda a população. Isto diz respeito tanto aos ortodoxos do Patriarcado de Moscou, como a partidários da Igreja Grego-Católica (ou uniata) e aos paroquianos da Igreja Católica Romana. A multivariada de confissões também é uma das particularidades da população da Ucrânia, isto é, ela não é somente multiétnica mas também é multiconfessional.

A etnia ucraniana também não é única em todo o território da Ucrânia. Existe o povo — o povo multinacional da Ucrânia. Vejamos, por exemplo, o nosso país — na Constituição da Federação da Rússia (artigo 3) diz-se



que a única fonte do poder e o portador da soberania é o povo multinacional da Rússia. Com efeito, a Rússia também é um país multiétnico e multiconfessional. O mesmo ocorre no território da Ucrânia. Porém nós não dizemos que a Federação da Rússia é, em primeiro lugar, um Estado do povo russo, mas levamos em consideração, antes de mais nada, a multivariada e a peculiaridade dos povos que vivem no território da Rússia. É preciso levar isso em consideração também no território da Ucrânia.

“Vida Internacional”: Vamos abordar a questão de como a atual Ucrânia se formou nos limites em que existe hoje?

Yu. Bulatov: É preciso apontar em primeiro lugar que em 8 de janeiro de 1654 por decisão da Rada (assembleia) de Pereiaslavl a parte da Ucrânia situada na margem esquerda do rio Dnepr reintegrou-se na Moscóvia, conhecida também como Principado de Moscou. E esta política de reintegração prolongou-se por vários séculos. Não foi por acaso que ainda no século XV os czares de Moscou apresentavam-se como soberanos de toda a Rússia, isto é, valia a doutrina de política externa, cujo objetivo consistia em unir todos os ortodoxos que integravam anteriormente o Estado

Russo Antigo. Esta reintegração de 1654 corresponde no plano territorial a um sexto da Ucrânia de hoje. Porém, mais tarde, desde o século XVIII até a transformação da Ucrânia em Estado independente em fins do século XX, o território da Ucrânia aumentou várias vezes precisamente graças à Rússia. Inicialmente o território ucraniano aumentava devido a três partições da Polônia. Falando a propósito, não anexamos nem sequer um palmo do território polaco: incorporáramos apenas os territórios que faziam parte outrora do Estado Russo Antigo. Foi naquela época que aos territórios ucranianos, situados na margem esquerda do rio Dnepr e pertencentes ao Império Russo, foram anexos os territórios ucranianos da margem direita do mesmo rio e, mais tarde, também a Ucrânia Ocidental. Este processo teve a sua continuação também no século XX — a Novoróssia vinha juntar-se à Ucrânia. Gostaria de ressaltar, a seguir, que na véspera da Grande Guerra Pátria a Ucrânia incorporou a Bucovina do Norte e, depois da guerra, a Ucrânia Transcarpatiana. O ponto final foi colocado em 1954 — a incorporação da Crimeia. Em homenagem ao terceiro centenário da reintegração da Ucrânia na Rússia, a Crimeia foi incorporada na República Socialista Soviética da Ucrânia.

Portanto, a Ucrânia de 1654 era um sexto do seu território atual, enquanto que cinco sextos do seu território foram incorporados nela nos séculos posteriores graças à Rússia e, mais tarde, à União Soviética. Dado que a Rússia é um Estado euro-asiático, o Estado ucraniano vem a ser o detentor do maior território na Europa. E tudo isso foi obtido não ao contrário da Rússia, mas graças a ela.

deste território no Estado Multinacional Russo. Em princípios do século XX também houve tentativas inúteis de criar o Estado Ucrainiano. Temos em vista o chamado “Universal”, isto é, Ato Institucional, número quatro, de janeiro de 1918, mediante o qual a Ucrânia se proclamava República Popular da Ucrânia, um Estado soberano e independente. Mas a sua existência foi curta.

“Vida Internacional”: A Ucrânia fazia parte inicialmente do Império Russo e, depois, da União Soviética. Portanto, até 1991, quando se deu o desmoronamento da União Soviética, a Ucrânia não tinha Estado próprio?

Yu. Bulatov: Segundo já dissemos, a Ucrânia fazia parte do Estado Russo a partir do ano de 1654. Hoje os políticos ucranianos põem em dúvida o próprio fato de reintegração da Ucrânia na Rússia em meados do século XVII. Os historiadores da Ucrânia independente afirmam que a Rada (assembleia) de Pereiaslavl simbolizava tão somente uma aliança de âmbito internacional que perdeu a sua força jurídica depois da morte de Bogdan Khmelnytsky. Na sua opinião, naquela época tinha-se em vista tão somente uma confederação, o que desmente por completo o fato de incorporação

“Vida Internacional”: Que há de comum na história etnopolítica da Rússia e da Ucrânia? Este tema é debatido bastante amplamente e gera numerosas falsificações.

Yu. Bulatov: Gostaria de apontar em primeiro lugar que os autores ucranianos fazem o possível para apartar-se da história da Rússia e demonstrar a independência do seu desenvolvimento histórico. Por vezes, surgem fenômenos realmente esquisitos. Eis um exemplo. Certa vez vi o livro “História da Ucrânia”, em ucraniano, da autoria de R. Liakh e N. Temirova. Li na sexta página deste livro que a história do povo ucraniano conta 140 mil anos. Se imaginarmos isso, teremos a impressão de que houve época em que a Terra era povoada somente por dinossauros e ucranianos. Mas é preciso partir do fato de que no início da época medieval

a Ucrânia era uma parte do Estado Russo Antigo, com centro político em Kiev. Por isso deve-se ter em mente que o ponto de partida do desenvolvimento dos russos, bielorrussos e ucranianos é, em primeiro lugar, o Estado Russo Antigo.

Em vista disso surgem numerosos logros. Vou mencionar alguns exemplos relacionados à etimologia dos termos que caracterizam as etnias russa e ucraniana no passado e atualmente. Quais são os etnônimos utilizados agora para designar os ucranianos e os russos? Os ucranianos são chamados frequentemente “khokhli” (poupas). Onde vem isso? Trata-se dos eventos do século XIII — época em que as hordas mongólico-tartaras atacaram a Rússia. Todos os principados da Rússia antiga, do nordeste até o extremo sul, ergueram-se para defender a sua independência sob bandeiras iguais de cores azul e amarela — cores do céu e do Sol. Os mongóis designavam a população de todos os principados russos com o termo “khokhli”. Por que? É que na língua mongol a palavra “khokh” significa mesmo hoje “azul” ou “celeste” e “uli” ou “iuli” significa “amarelo”. Portanto, o etnônimo “khokhli” dizia respeito tanto aos futuros russos, como aos futuros ucranianos. O último principado que caiu nesta luta contra as hostes mongólico-tartaras

foi o principado de Galícia e Volinh. Foi por isso que o etnônimo “khokhli” passou a designar precisamente os ucranianos.

Um outro exemplo: no século XV surge mais um termo que se utiliza ativamente hoje no plano negativo a fim de designar os russos. É o termo “katsapi”. Onde vem este nome? Acontece que se examinarmos os mapas medievais, veremos que todos os territórios situados a leste da Polônia eram definidos como Tartaria. E na opinião dos magnatas da Polônia aí viviam pessoas que estavam abaixo da cultura do Ocidente. Esta “ralé” era designada com o termo “kassab”, o que significa em árabe “carne”. Portanto, todos que viviam a leste da Rech Pospolita pertenciam à “categoria de pessoas desmazeladas” que desconheciam a etiqueta de consumo de alimentos, incluindo a carne. Mas a extensão da Rech Pospolita fez que a Ucrânia se tornasse uma parte deste império e, como é natural, o nome “kassab” passou a designar a população russa, enquanto que o termo “khokhli” caracterizava os habitantes do principado de Galícia e Volinh.

Nos anos posteriores esta terminologia nova lançou, como se diz, as raízes. Foram substituídos os termos com que se designavam os russos — eles eram chamados agora não “kassab”, mas “katsab”. Mas este já é te-

ma de uma palestra à parte. Importa assinalar que tanto os russos, como ucranianos não são autores dos etnônimos acima.

Quanto à história posterior, como se pode traçar a linha divisória entre as pessoas de que se orgulha tanto a Rússia, como a Ucrânia? Temos em vista não somente Nikolai Vacilievich Gogol. Vejamos a plêiade brilhante dos cabos de guerra do século XIX que estavam ligados indissoluvelmente tanto à Rússia, como à Ucrânia: o conde M.A. Miloradovich, herói da guerra de 1812; almirante V.S. Zavoiko, que tinha organizado a defesa da cidade de Petropavlosk do Extremo Oriente e rechaçado o ataque da esquadra anglo-francesa em 1854, durante a Guerra da Crimeia de 1853-1856; V.A. Perovski, um general brilhante que comandava as tropas russas durante as campanhas no Cazaquistão e na Ásia Central na década de 50 do século XIX; o general R.I. Kondratenko, comandante da fortaleza de Porto-Artur, herói da Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. Vamos mencionar também algumas personalidades da cultura do século XIX: M.O. Mikechin, autor do monumento “Milênio da Rússia” na cidade de Novgorod; N.V. Kukulnik, autor do libreto da ópera “Vida pelo Czar”. Todos eles são naturais da Ucrânia. Como devemos chamá-los hoje? Filhos

russos do povo ucraniano ou vice-versa?

Durante a Grande Guerra Pátria muitos nomes ucranianos tornaram-se mundialmente famosos: o glorioso piloto Ivan Nikitovich Kojedub, agraciado três vezes com o título de Herói da União Soviética, ele tinha abatido 62 aviões inimigos; detentor de dois títulos de Herói da União Soviética Sidor Artemievich Kovpak, organizador do movimento de guerrilhas na Ucrânia. Ele percorreu combatendo com a sua tropa o trajeto desde Putivl até Cárpatos. Convém apontar por este motivo que no período de 1941 a 1945 o movimento de guerrilhas na Ucrânia contava com a participação de representantes de 60 povos da União Soviética.

Vejamos Tchernobil..... Foi uma tragédia e calamidade não somente da Ucrânia, mas também da Rússia e da Bielorrússia e de todos os povos que faziam parte naquela época da União Soviética. Admiro a coragem cívica de Vladimir Vacilievich Scherbitski, que dirigia naquela época o Partido Comunista da Ucrânia. Em 1986, para evitar o pânico, ele não somente encabeçou, engolindo a poeira radioativa, a parada e a manifestação dos trabalhadores de Kiev por ocasião do dia 1 de maio, mas também levou para tribuna os seus netos. Todavia a imprensa informa que na chamada “no-

menclatura” comunista de Kiev havia também indivíduos da outra laia que atacavam juntamente com os seus familiares o aeroporto de Kiev procurando fugir o mais breve possível da Ucrânia.

Alguns eventos históricos que acabo de mencionar apenas em poucos traços tornam absolutamente evidente que os russos e os ucranianos sempre tiveram a mesma história. Durante toda a vida estivemos juntos. Vivemos uns ao lado de outros. Além disso, muitos russos vivem na Ucrânia e muitos ucranianos, na Rússia. Temos fronteira comum que se estende por quase dois mil quilômetros. Cedo ou tarde a crise na Ucrânia vai terminar e nós estamos simplesmente condenados a manter relações de boa vizinhança.

“Vida Internacional”: Não podemos, certamente, deixar de abordar o tema da Crimeia. Qual é o seu prognóstico a respeito da influência da situação na Crimeia sobre o desenrolar de acontecimentos na Ucrânia?

Yu. Bulatov: O jornal “Nezavicimaia Gazeta” publicou há pouco excertos da entrevista de um político muito bem conhecido. Ele disse o seguinte: “A integração da Crimeia na Federação da Rússia era inevitável. Acho que não existia nenhum

meio de apartar para sempre a Crimeia da Rússia”. Foi o antigo presidente dos EUA Jimmy Carter quem disse isso. Gostaria de dizer por este motivo o seguinte a respeito da Crimeia: é preciso corrigir erros históricos. Em 1954 Khrushchov entregou a Crimeia à Ucrânia. Mas seja bem entendido — a Crimeia com a sua população multiétnica e multiconfessional não é lá um “fundo de presentes” do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, mas, sim, um conglomerado de destinos humanos e ninguém pode ser senhor destes destinos sem o consentimento dos povos que viveram e vivem no território da Crimeia. E este erro histórico foi corrigido. Hoje, quem assiste a programas de televisão, certifica-se disso com os seus próprios olhos. Os habitantes da Crimeia dizem que depois de 60 anos eles retornaram, finalmente, para o seu lar — a Rússia.

O erro cometido por Nikita Khrushchov é repetido agora pelas personalidades políticas da Ucrânia. As autoridades de Kiev consideram que no tocante à esfera de relações nacionais o seu povo é objeto da sua política e todo o povo da Ucrânia é participante ativo dos processos políticos que ocorreram, ocorrem e irão ocorrer na Ucrânia, isto é, o povo da Ucrânia, é, em primeiro lugar, sujeito do desenvolvimento histórico. É preciso ter isso

em mente hoje e tirar lições para o futuro. Como irão desenvolver-se os acontecimentos? É o povo da Ucrânia que deve responder a esta questão. Leonid Kuchma, um dos presidentes da Ucrânia, explicou da seguinte maneira o sentido da palavra Ucrânia na época em que exercia o seu mandato: é o paraíso que abriga os seus habitantes¹. Que seja o paraíso... Mas os que exercem temporariamente o poder na Ucrânia hoje em dia e os que aspiram lá ao poder devem conscientizar em primeiro lugar que as chaves deste paraíso estão nas mãos do povo da Ucrânia, isto é, ucranianos, russos, russinos, polacos, etc., de toda a população que habita o território da Ucrânia.

“Vida Internacional”: Na terminologia política tem sido utilizada há muitas décadas a expressão “questão ucraniana”. Qual é, na sua opinião, o sentido inserido neste termo hoje em dia?

Yu. Bulatov: Inicialmente o termo “Ucrânia” era uma noção estritamente geográfica. Na característica da etnia russa utilizava-se frequentemente a designação topográfica: russo da Sibéria, russo natural da região do rio Volga, ucraniano russo, etc. Os termos “Ucrânia”, “ucraniano” e “questão ucraniana” surgiram no vocabulário político

internacional apenas em princípios do século XIX. Alguns representantes da elite polaca, entre os quais se pode mencionar Jan Potocki e Tadeusz Chatsky, lançaram vários livros, como, por exemplo, “Viagem para estepes de Astracã e de Kazan”, “Do nome ‘Ucrânia’ e do surgimento da classe de cossacos”. Foi nestes livros que surgiram certos “ucros” míticos que teriam vindo da região do Volga para o território da Ucrânia dando impulso ao desenvolvimento da etnia ucraniana.

Cumprе assinalar à parte que a questão ucraniana despontou na Rússia por iniciativa dos polacos. No decurso de insurreições nacionais na Polónia nas décadas de 30 e de 60 do século XIX a questão ucraniana era considerada invariavelmente no estrangeiro como algo derivado da questão polaca. Gostaria de ressaltar por este motivo que na Rússia pré-revolucionária a questão ucraniana jamais foi uma questão da política interna: era, sim, uma questão exclusivamente da política externa, uma questão imposta de fora.

Personalidades do movimento democrático e revolucionário russo que congregava tanto os representantes da intelectualidade de origem social baixa como, mais tarde, os bolcheviques, também deram a sua contribuição para a fundamentação teóri-

ca e para o levantamento da questão ucraniana. Por exemplo, o historiador russo N.I. Kostomarov introduziu na segunda metade do século XIX o conceito “povo grão-russo” declarando que os habitantes da Rússia Grande e da Rússia Pequena, isto é, ucranianos, eram “duas etnias russas”. Os bolcheviques foram mais longe ainda na sua política nacional, que visava exclusivamente a conquista do poder político no país, proclamando a chamada teoria de três povos irmãos — os russos, os ucranianos e os bielorrussos. Portanto, na opinião dos bolcheviques, existiam não duas etnias russas mas, sim, três etnias soberanas e auto-suficientes. Um traço característico da posição dos bolcheviques na esfera de relações entre as nações era a atitude complementar, isto é, qualquer povo era elevado por eles imediatamente para a categoria da nação. E isso diz respeito não somente aos russos, ucranianos e bielorrussos, mas também a outros povos. É preciso assinalar, todavia, que até outubro de 1917 os ucranianos sempre foram uma parte inalienável da nação titular russa no quadro do Estado Russo. Gostaria de chamar a atenção por este motivo para o fato de que o território da Ucrânia jamais foi um confim da Rússia, povoado por uma minoria nacional, mas, sim, uma parte integrante da metrópole.

Todas as considerações sobre o emprego dos termos “na Ucrânia” ou “em Ucrânia” são elementos das novas regras da gramática ucraniana dos fins do século XX — princípios do século XXI. De acordo com o intento dos lingüistas ucranianos as novas regras da gramática da língua ucraniana deviam demonstrar a linha “firme” dos atuais políticos de Kiev de ucrainização de todos os aspectos da vida da sociedade ucraniana. No passado semelhantes tentativas tiveram por vezes desfechos ridículos.

Pode-se recordar, por exemplo, a situação anedótica que tinha surgido no território da Ucrânia transcarpatiana que pertencia no século XIX ao Império da Áustria-Hungria. No quadro de mais uma campanha de ucrainização da população local as autoridades da Áustria — Hungria deliberaram que os habitantes da Transcarpátia deviam ser chamados ucranianos. Mas os habitantes locais recusaram-se a chamar-se ucranianos pois compreendiam este etnônimo textualmente em russo². Declararam que não se consideravam ucranianos pois eram russos e não tinham roubado nada. Afinal de contas a população da Ucrânia Transcarpatiana passou a ser chamada “russinos” e na Galícia Oriental eles viraram “rusos”, com uma única letra «s». Foi assim que as autorida-

des da Áustria — Hungria realizavam a sua política interna de ucrainização encarando-a, em primeiro lugar, como barreira à influência russa nesta região. Estou certo de que a ucrainização forçada, incluindo a criação de novas regras de ortografia, não proporcionará aos atuais políticos da Ucrânia soberana o resultado desejado. Na perspectiva histórica mais próxima o povo multiétnico da Ucrânia não poderá vir a ser a etnia ucraniana única.

“Vida Internacional”:
E agora sobre os três povos irmãos. Poderia analisar este assunto mais detalhadamente?

Yu. Bulatov: A teoria dos bolcheviques sobre três povos irmãos foi, em primeiro lugar, uma decisão política. O país encontrava-se na fase da Guerra Civil e tinha-se em vista a tarefa de preservar de qualquer maneira o poder revolucionário no centro da Rússia, inclusive mediante a criação de Estados fronteiriços — a Bielorrússia e a Ucrânia. Como é natural, estas últimas eram reconhecidas exclusivamente como repúblicas soviéticas. Elas serviam na qualidade de uma espécie de pára-choque que defendia a Rússia Central. Foi por isso que os bolcheviques vieram com a teoria que propagava a aliança indesejável dos três povos irmãos.

Estou convencido profundamente de que já é mais que tempo para arquivar a teoria bolchevique sobre três povos irmãos e livrar a história étnica da Rússia do seu aspecto ideológico. “Os três ramos da mesma árvore” devem ser considerados como uma superetnia única no quadro da civilização russa ou, como dizem no Ocidente, da civilização eslavo — ortodoxa. Caso contrário, estaremos sempre acompanhados por padrões duplos na esfera de relações internacionais tanto dentro do nosso país, como fora dos seus limites.

Gostaria de esclarecer esta minha ideia da seguinte maneira. Por exemplo, na Alemanha vivem os saxões, bávaros e prussianos que dificilmente conseguem entender uns a outros quando falam os seus dialetos. Todavia não são três povos irmãos, mas uma nação única. Na Polónia vivem os velicopolianos, malopolianos e mazuros. As partições da Polónia entre a Rússia, Prússia e Áustria não resultaram na cisão da nação polaca em três “povos irmãos”. O mesmo se pode dizer sobre a Grécia, cuja população vive nos Balcãs, na Ásia Menor e nas ilhas do Mediterrâneo. Apesar disso os gregos não deixam de ser um povo uno. Vejamos um outro exemplo, a Itália. As regiões setentrionais da Itália estiveram durante muito tempo sob o do-

mínio dos alemães e austríacos, o centro da península Apenina era governado por Papas de Roma e a parte sul esteve sob o controle de espanhóis. Mas os italianos são um povo único e não “três ramos irmãos da mesma raiz”. Portanto, a experiência histórica mundial ridiculariza a teoria dos bolcheviques sobre três povos irmãos. No plano de história étnica da Rússia, a superetnia russa que habita os territórios canônicos da Igreja Ortodoxa Russa é única mesmo hoje, mas certamente não é uniforme. Mas como conjugar a ciência com a política?

A fim de consolidar o seu poder os bolcheviques entregaram territórios autóctones russos, chamados Novoróssia, à Ucrânia. Apesar da experiência negativa da ucrainização, efetuada pelos bolcheviques nas décadas de 20 e de 30 do século XX, as autoridades de Kiev tentam novamente levar a cabo a política de ucrainização forçada da população local. Mas como se sabe, qualquer ação provoca imediatamente uma reação — igual e orientada no sentido oposto. Os habitantes do Sudeste da Ucrânia querem preservar a sua identidade e defender o seu direito de falar a sua língua materna, o russo. Foi por isso que a pressão do poder central da Ucrânia fez que os habitantes de Donbass lutassem pela criação da República Popular de Do-

netsk. Eventos atuais em Donetsk, Lugansk e Carcóvia comprovam que o povo se posiciona à parte do atual poder central da Ucrânia e algumas pessoas chegam a admitir a incorporação do Sudeste da Ucrânia na Rússia.

“Vida Internacional”:

Qual é, na sua opinião, a forma mais adequada da formação estatal que convém à Ucrânia nas atuais condições, dado que a sua experiência de edificação do sistema estatal próprio é pequena?

Yu. Bulatov: É preciso conceder, em primeiro lugar, ao povo da Ucrânia o direito de autodeterminação. Se o Sudeste e o Leste da Ucrânia levantam hoje a questão de realização do referendo e da adoção eventual do status federal do Estado Ucrainiano, então vale a pena atender a esta opinião pela simples razão de que as regiões ocidentais da Ucrânia são incompatíveis com o Sul e o Sudeste deste país tanto no plano da cultura lingüística, como no plano de formação histórica destes territórios e no plano da religião. É preciso levar em consideração tudo isso e, como é natural, é preciso proporcionar ao povo o direito de manifestar-se e somente depois disso tomar a decisão. Com efeito, o prazo de 20 anos não é tão grande assim

mas já este período confirma a justeza da política nacional da Federação da Rússia. Apesar de certas dificuldades, a nossa experiência de federalização resultou positiva. Levem em consideração a nossa experiência, utilizem-na.

“Vida Internacional”:

Existe a opinião do que nas condições do dia de hoje somente uma ditadura muito rígida pode impedir o desmoronamento total da Ucrânia. Se a Ucrânia optar por esta via de desenvolvimento, o que pode acontecer?

Yu. Bulatov: Uma ditadura rígida pode resultar na repetição dos eventos de 1657 — 1687, isto é, na ruína e guerra civil na Ucrânia. Qual foi o resultado do poder rígido e da ditadura rígida? A cisão da Ucrânia que se dividiu em Territórios da Margem Esquerda do rio Dniepre e Territórios da Margem direita do mesmo rio. Há quem afirme que foram os “moscovitas malditos” que cindiram em 1667 a Ucrânia em Territórios da Margem Esquerda e da Margem Direita do rio Dniepre. Sim, houve o armistício de Andrussovo, de acordo com o qual a margem esquerda continuava no nosso poder, enquanto que os Territórios da Margem Direita ficaram no poder da Rech Pospolita. Mas os historiadores ucranianos esquecem que existe

mais um documento, datado de 1660. É o Tratado de Slobodischevo que proclamava Yuri Khmelnitsky, filho de Bogdan Khmelnitsky, hetman, isto é, chefe supremo dos Territórios da Margem Direita do rio Dniepre. Isto confirma que a cisão da Ucrânia está relacionada, em primeiro lugar, à existência simultânea de dois hetmans que governavam respectivamente os territórios da Margem Esquerda e da Margem Direita da Ucrânia e que isso se deu não em 1667, mas em 1660, isto é, sete anos antes. Está claro que a responsabilidade pela cisão da Ucrânia pesa na consciência dos seus governantes.

A história ensina que somente o povo tem o direito de determinar o seu destino. Agora a televisão de Kiev mostra-nos o monumento a Bogdan Khmelnitsky que está na praça central da capital ucraniana. Talvez seja preciso recordar que o seu verdadeiro nome era Zinovi e que foi o povo que lhe deu o nome Bogdan, o que significa “Dado por Deus”. Foi precisamente Bogdan Khmelnitsky quem conseguiu acabar com o jugo nacional, social e religioso da fidalguia polaca valendo-se do apoio do povo e da ajuda e do apoio por parte da Rússia.

“Vida Internacional”: Será que existem receios de que na Ucrânia vai começar o processo

de “balcanização” e o maior país da Europa vai transformar-se em conglomerado de vários territórios pequenos cindidos?

Yu. Bulatov: A “balcanização” é um termo dos fins do século XX– princípios do século XXI. Hoje o processo de balcanização resultou formalmente na criação de Estados pequenos. Mas na realidade trata-se da incorporação dos povos dos Bálcãs na civilização ocidental. Já tivemos uma lição deste tipo na história da Rússia. Convém recordar que nos séculos XIV — XV existia o Grão-Principado da Lituânia, um Estado poderoso. Ele ocupava a maior parte do território do Estado Russo Antigo, desde o mar Báltico até o mar Negro. Portanto, naquela época o Grão-Principado da Lituânia era projeto mais prospectivo de unificação de todas as terras russas do que Moscou. Aparentemente tudo favorecia precisamente o Grão-Principado da Lituânia.

Mas isso não se deu, pois na Lituânia começou o processo de incorporação deste Estado na civilização ocidental. Para isso contribuiu o matrimônio dinástico do grão-príncipe lituano Jagailo com a filha do rei da Hungria Jadviga que era, ao mesmo tempo, rainha da Polônia. (É a chamada União de Krev, de 1385). A incorporação da Lituânia na civilização ocidental con-

sumou-se também porque em 1387 o catolicismo foi proclamado religião oficial do Grão-Principado da Lituânia. Além disso foi firmada a aliança político-militar com a Polônia, orientada contra os cruzados (a batalha de Grünwald, ano de 1410). Afinal de contas, o processo de incorporação da Lituânia na civilização ocidental custou caro para ela. Deu-se a cisão étnica e confessional do Grão-Principado da Lituânia. O território do Principado da Lituânia encolheu-se como um chagrem e séculos depois tornou-se um ponto no mapa da Europa.

Agora temos assistido a tentativas dos EUA e dos seus aliados de arrastar para a civilização ocidental um outro país, desta vez, a Ucrânia. A julgar por tudo, a lição histórica com o Grão-Principado da Lituânia resultou inútil para os políticos ucranianos. O esquema de arrasto da Ucrânia para a civilização ocidental faz lembrar com o máximo de precisão o destino da Lituânia, com emenda correspondente ao dia de hoje. Agora a elite ucraniana procura contrair não os matrimônios dinásticos mas os chamados “casamentos por amor” com os representantes do Ocidente. O presidente Victor Iuschenko casou com uma cidadã dos EUA e a filha de Yulia Timochenko desposou um motoqueiro britânico.

Mas a atual situação na Ucrânia não propicia ações matrimoniais deste gênero. Dá-se prioridade à expansão rastejante do catolicismo pela terra ucraniana. O centro espiritual da Igreja Grego-Católica da Ucrânia deslocou-se com o consentimento das autoridades ucranianas de Lvov para Kiev. Os uniatas lançaram raízes firmes na capital ucraniana. A Igreja Católica-Romana, da mesma maneira que a Igreja Grego-Católica, avança firmemente para o sudeste da Ucrânia, isto é, para os territórios canônicos da Igreja Ortodoxa Russa. Os uniatas são vanguarda desta ofensiva para o sudeste da Ucrânia. A mídia informa que em abril deste ano Vaticano deu o seu consentimento para a eleição do bispo da Igreja Grego-Católica da Ucrânia para Donetsk e Carcóvia, embora as paróquias uniatas nestas cidades sejam pequenas e insignificantes tanto no que diz respeito à sua influência, como ao número de paroquianos.

Cumpramos assinalar também que os atuais políticos de Kiev dão invariavelmente o “sinal verde” a toda espécie de manobras conjuntas das tropas da OTAN no território ucraniano. Tudo isso comprova, afinal, que a Ucrânia bem que pode repetir no século XXI o destino do Grão-Principado da Lituânia. É preciso compreender que o

arrasto para a civilização ocidental fará que a Ucrânia perca a sua identidade nacional e irá contribuir para o ulterior desenvolvimento de tendências centrífugas na Ucrânia e, provavelmente, para a cisão da sociedade ucraniana e do seu território nacional. A Ucrânia é demasiadamente grande para acomodar-se sem perdas no lar europeu. Vamos esperar que a lição da Lituânia seja útil para outros.

“Vida Internacional”: As autoridades ucranianas irão incorporar-se, certamente, na civilização ocidental, dado que um dos seus objetivos políticos consiste precisamente em entrar na União Europeia e sentir-se uma parte da Europa.

Yu. Bulatov: Quanto à incorporação na União Europeia gostaria de dizer também o seguinte: é preciso levar em conta que as autoridades de Kiev proclamam, por um lado, a sua independência e, por outro, estão prontas a renunciar, da mesma maneira que outros Estados que entraram na União Europeia e na OTAN, a uma grande parte da sua soberania. Portanto, as atuais declarações da maioria dos candidatos para a presidência da Ucrânia sobre a necessidade de consolidar a soberania do país não passam na realidade de uma cortina de fumaça desti-

nada a abrir o caminho para a União Europeia e para a OTAN.

“Vida Internacional”: Seria vantajoso para a União Europeia e para os EUA ter entre a Rússia e Europa não um tampão inteiro, mas um conglomerado de Estados pequenos cindidos, pois governar este conglomerado é muito mais difícil do que um país tão grande, amorfo e não muito bem desenvolvido?

Yu. Bulatov: A política de “dividir para reinar” resulta inevitavelmente na cisão de grandes Estados em pequenos Estados — satélites. Creio, todavia, que no tocante à Ucrânia, o que importa para o Ocidente não é a existência da Ucrânia nos seus limites atuais ou nos limites menores: o objetivo principal dos EUA e dos seus parceiros consiste em manter a elevada temperatura da questão ucraniana e fazer o possível para que a crise ucraniana se arraste mais e mais. Os EUA e os seus aliados reputam que tudo isso vai lhes permitir estabelecer-se firmemente junto da fronteira da Rússia.

“Vida Internacional”: E para a Rússia é vantajoso que a Ucrânia continue neste estado?

Yu. Bulatov: A Rússia quer que a Ucrânia seja um país próspero, rico e auto-suficiente.

Qualquer russo vai apoiar estes votos. E, como é natural, todos querem a boa vizinhança com a Ucrânia. Creio que hoje a federalização da Ucrânia é o único mecanismo de preservação do Estado ucraniano.

“Vida Internacional”: Quais serão, na sua opinião, as relações russo-ucranianas?

Yu. Bulatov: Creio que a base de relações são raízes históricas e vínculos históricos que ligam os povos da Rússia e da Ucrânia, residentes dos lados opostos da fronteira. Há pouco tive encontros com russos e ucranianos que não se conheciam. Para todos nós a crise ucraniana é uma fonte de inquietação permanente. Todavia, os meus interlocutores, tanto russos, como ucranianos, acusam tendências otimistas e vieram com um gracejo praticamente igual. É o seguinte: dois cucos estão sentados na fronteira russo-ucraniana. O cuco russo canta, mas o ucraniano, não. Então o cuco russo pergunta ao cuco ucraniano, porque não canta e mantém silêncio? O cuco ucraniano responde com orgulho que ele não é cuco, mas, sim, “zozulia”³ independente e não consegue cantar “zozu”. Como se diz, qualquer gracejo contém um quinhão da verdade e neste caso é esta verdade que determina a perspectiva comum de desenvol-

vimento dos dois povos, ligados pelo destino histórico comum.

“Vida Internacional”:

A Ucrânia de hoje é um território de paixões?

Yu. Bulatov: A paixão no território da Ucrânia existe, sim. Mas a paixão pode ter tanto o sinal positivo, como negativo. De acordo com a definição de L.N. Gumilev, os passionais são pessoas em que a energética interna sobrepõe muito o instinto de autoconservação. É evidente que hoje em dia o fenômeno de passionalidade existe de ambos os lados das barricadas na Ucrânia. Fica evidente que a posição cotidiana dos ucranianos de

que “estou na minha fresca ribeira” já passou ao esquecimento, tornando-se um rudimento do passado. Com efeito, hoje a passionalidade na Ucrânia ultrapassa todos os limites. O problema consiste em utilizar esta energética de um modo sensato.

1 *Nota do tradutor.* É um jogo de palavras intraduzível. A palavra “Ucraina”, isto é, Ucrânia, faz lembrar o verbo russo “ukri- vat”, o que significa agasalhar, proteger e a sílaba “raí”, que a integra, corresponde ao termo “paraíso”

2 *Nota do tradutor.* A palavra russa “ukrainets”, isto é “ucraniano” faz lembrar o verbo russo “ukrasth”, isto é roubar. Daí a razão da confusão

3 *Nota do tradutor.* “Zozulia” é cuco em ucraniano



Novo paradigma de relações internacionais

Alexander Orlov

Diretor do Instituto de Pesquisas Internacionais
junto do Instituto Estatal de Moscou de Relações
Internacionais do Ministério das Relações
Exteriores da Rússia
orlov_a@mgjimo.ru



Política não é matemática. Nela existem axiomas, que requerem a recordação e repetição permanente. E isso ocorre não porque alguém tivesse assimilado mal algo. É que simplesmente existem políticos que não querem assimilar certos axiomas por serem contraditórios a suas concepções.

A.A. Gromiko (“O memorável”)

A especificidade do atual momento do desenvolvimento histórico consiste em que aos nossos olhos se realiza a mudança substancial ou possivelmente cardeal do quadro geopolítico do mundo. Está findando o período de um quarto do século de relações de parceria entre a Rússia e o Ocidente (com todos os seus problemas e meandros), que tinha começado ainda nos últimos anos da “perestroika” na União Soviética. É possível que este período seja substituído por uma estrutura nova de interação internacional, edificada nos princípios muito mais pragmáticos e destituídos de ilusões infundadas e de esperanças exageradas. Aliás, esta última observação diz mais respeito à Rússia do que ao Ocidente. A pessoa que pensa que depois da estabilização na Ucrânia, que se dará de uma ou outra maneira, mais cedo ou mais tarde, o mundo (ou pelo menos a sua parte que se estende desde Vladivostok no leste até Vancouver no oeste) vai retornar para o estado em que se encontrava antes da crise ucraniana, engana-se redondamente. É que a via de retorno não existe mais. As velhas pontes foram queimadas e quanto à construção das novas, esta, na realidade, nem sequer começou. Foi destruído totalmente o paradigma do desenvolvimento mundial, baseado em perspectivas da parceria du-

radoura, tida durante muito tempo como algo totalmente sem alternativa.

Como pôde ocorrer isso? Moscou e capitais ocidentais dão respostas diametralmente opostas a esta questão de importância fundamental. O Ocidente atribui toda a culpa à Rússia guiando-se pela sua lógica habitual que se encerra numa fórmula simples a ponto de ser primitiva: nós temos razão sempre, mesmo nos casos em que não temos nenhuma razão. Quanto à Rússia, ela tem o seu próprio ponto de vista, a sua posição e a sua verdade. E é nessa verdade que consiste a nossa força, pois a nossa verdade tem como base a justiça, a história, o direito, a consciência, a moral e, finalmente, o bom senso. Hoje, ao lutar pelo triunfo desta verdade, lutamos também por um mundo mais puro, mais seguro e mais estável. E isso não são meras palavras altissonantes mas, sim, a realidade. É possível que hoje para muitos habitantes da América do Norte e do Europa esta realidade não se afigure como algo evidente pois ela está coberta com uma camada densa de zumbiamento antirrusso, organizado por esforços conjuntos do aparelho de Estado e da maquina de propaganda (em primeiro lugar, pela mídia eletrônica) dos países ocidentais. Mas a neblina irá dissipar-se com o tempo e os observadores estupefatos terão ante si um quadro totalmente diferente daquele que lhes era imposto obstinadamente durante longo tempo. É assim que será e esta também é uma realidade.

O paradoxo da situação que se tinha formado no contexto dos eventos na Ucrânia consiste em que nenhum dos grandes jogadores, que atuam no campo da política mundial, estava interessado em que os acontecimentos seguissem este rumo. A situação é, pelo menos, esta, se a abordarmos a partir das posições de uma lógica sensata.

Se no outono passado algum politólogo descrevesse o roteiro que temos testemunhado agora na Ucrânia, a opinião geral seria que este é produto de uma imaginação inflamada.

Neste caso não se deve deixar de levar em consideração que os “megajogadores” ocidentais criaram, eles próprios, com a sua política destinada a estender a esfera da influência político-militar e econômica da OTAN e da União Europeia para os Estados do centro, leste e sudeste da Europa em detrimento dos interesses da segurança da Rússia, as condições que propiciam a intensificação do “grau de geração de riscos” por qualquer conflito potencial na Europa. Afinal de contas, esta política encarnou-se no incremento do conflito na Ucrânia que faz lembrar uma avalanche descontrolada.

Além disso, um traço específico deste conflito consiste em que os maiores jogadores responsáveis pela formação do sistema mundial tornaram-se numa grande medida reféns das ações e da vontade de certas forças e personagens ucranianas que jogam a sua partida local. Estas forças e personagens são insignificantes, são, na realidade, algo microscópico em comparação com os processos que elas tinham posto em andamento. Aí se impõe uma certa analogia com os eventos que se deram na Europa há precisamente cem anos, quando uma série de passos consecutivos, sendo que cada um deles não era por si próprio algo fatal, resultou no desencadeamento da Primeira Guerra Mundial.

A questão de que as potências mundiais ficam amiúde no papel da cabeça, manipulada pelo rabo, não é absolutamente algo fútil. Quanto à Europa, o papel de rabo-manipulador é desempenhado durante duas últimas décadas, em particular, por vários Estados bálticos — limítrofes da Rússia. Aparentemente já a sua situação geográfica no limiar entre a OTAN/União Europeia, por um lado, e a Rússia, por outro, deve estimulá-los a assumir o papel de ponte entre os gigantes geopolíticos. No entanto, eles assemelham mais um “abscesso de problemas” que provoca regulamente desgostos de diversos tipos e procura aproveitar qualquer ensejo (e mesmo sem nenhum ensejo) para deitar lenha no fogo de diversas contradições, embora seja mais conveniente suavizá-las em prol dos interesses comuns e em hipótese alguma cuidar de agravá-las ainda mais.

Um exemplo positivo de uma atitude totalmente diferente oferece a estes países a Finlândia. Na história de relações deste Estado ainda com a extinta União Soviética houve páginas muito dramáticas. Todavia graças à sapiência política da direção dos dois países, — e quanto à parte finlandesa, em primeiro lugar, do presidente Kekkonen, — foi lançada uma base sólida de colaboração frutífera de boa vizinhança que se desenvolve com êxito durante meio-século. Semelhantes exemplos devem abrir caminho à futura colaboração variada e de pleno valor entre todas as partes da Europa, à colaboração livre da hostilidade e de ambições mórbidas.

Hoje a Rússia e o Ocidente estão, da mesma maneira que os personagens das antigas lendas russas, numa encruzilhada peculiar: que via enveredar para sair, sem se prejudicar ainda mais, daquela situação altamente problemática e, inclusive, perigosa, em que ficaram eles próprios e, na realidade, todo o resto do mundo.

O Ocidente, encabeçado pelos EUA, excedeu-se evidentemente na política de sanções em relação à Rússia. Tem-se vontade de

perguntar: será que Washington e outras capitais ocidentais acreditam realmente que poderão desta maneira coagir a Rússia a levar a cabo uma política que lhes convenha? A ingenuidade deste ponto de vista dispensa comentários por força da sua absurdidade total. É de se crer que, apesar de tudo, no Ocidente se dão conta disso, mas preferem fingir por enquanto que tudo “segue o seu plano”.

Além do componente econômico, as sanções têm também um recheio “personalista”, pois afetam várias personalidades que pertencem ao primeiro quinteto de dignitários do Estado Russo. Estas medidas são absolutamente disparatadas no plano de influência sobre quem ou o que quer que seja, mas são afrontosas em relação ao nosso Estado e ao seu povo. Semelhantes ações não podem, nem poderão, produzir nenhum efeito, exceto o efeito inverso. Note-se que o ressaibo de produto político mau não pode desaparecer rapidamente, sem deixar vestígios. Mesmo quando a atual geração de políticos ocidentais, que tinha desencadeado a guerra de sanções contra a Rússia, for embora e a nova geração tiver que buscar vias para corrigir os erros dos seus antecessores, um cheirinho desagradável, certamente, ficará.

O Ocidente tinha renunciado pela sua livre e espontânea vontade ao status de parceiro da Rússia, reduzindo consideravelmente desta maneira a possibilidade de edificação da interação construtiva com Moscou na grande variedade de assuntos não ucranianos que não deixam de ser, contudo, altamente importantes. Cumpre recordar que ainda no ano passado o ministro das Relações Exteriores da Rússia S.V. Lavrov era participante ativo e obrigatório de mais diversos formatos internacionais, dedicados à coordenação de esforços na esfera de problemas mais agudos da atualidade, e que a decisão de eliminar pacificamente armas químicas da Síria por pouco não foi considerada estalão da colaboração internacional.

A partir de então tudo mudou de uma maneira radical. Vemos agora que depois de começar por algo de pouca importância, — menosprezo dos Jogos Olímpicos de Sochi, na cuja preparação a Rússia tinha investido não somente meios enormes, mas também a própria alma, — o Ocidente começou a destruir metodicamente, passo a passo, tudo aquilo que tinha sido criado graças aos esforços conjuntos durante duas décadas. Vamos destacar apenas os formatos mais importantes: o “Grupo dos 8”, ou G 8, na qualidade de instrumento de consecução de atitudes concatenadas dos maiores jogadores mundiais; o mecanismo de interação entre a

Rússia e a OTAN; o sistema de relações no formato Rússia-União Europeia.

Mas é claro que a apoteose disso foi a prática de introdução de sanções antirrussas, o que se qualifica de acordo com a letra e o espírito do direito internacional exclusivamente como uma ação francamente hostil e adversa. Em face disso seria interessante observar a reação do Ocidente caso a Rússia apoiasse não somente em palavras, mas também com ações concretas, o derrubamento de um presidente legal e eleito democraticamente. Algo me sugere que neste caso as ações e as medidas do Ocidente seriam absolutamente idênticas àquelas que ele aplicam contra a Rússia hoje. Só a retórica neste caso seria, provavelmente, um tanto diferente.

Infelizmente, — e é preciso constatar isso com toda a certeza, — para os EUA e para os seus aliados todas as declarações enfáticas sobre o apoio à democracia e aos direitos humanos no mundo inteiro não passam de um pretexto para a intromissão e, referindo-se aos nossos dias, para a intromissão militar. Quanto a declarações sobre a necessidade de manter a integridade territorial dos Estados, estas não passam de um palavrório. O precedente de Kosovo tornou evidente que agora, da mesma maneira que na época tristemente memorável da “diplomacia das canhoneiras”, para os EUA e para o Ocidente em geral o critério principal são os seus interesses. Quanto aos princípios por eles declarados, estes não passam de um anexo a tais interesses. Em algumas situações estes princípios são interpretados de uma maneira, em outras, de uma maneira totalmente contrária.

Hoje S.V. Lavrov gasta muito menos tempo nas viagens pelos países ocidentais. Além disso, diminuiu o número de ações de que a Rússia e os seus parceiros ocidentais participam em conjunto. Por outro lado, o secretário de Estado norte-americano J. Kerry corre pelo mundo como se fosse um brinquedo de corda. Mas o resultado desta correria é insignificante. A olhos vistos os EUA atolam gradualmente numa nova guerra de grande envergadura no Próximo Oriente, combatendo as forças que há ainda pouco eram os seus aliados na luta contra o regime do presidente Assad da Síria. Se a uma certa altura tudo corresse de acordo com o roteiro americano, hoje estas forças já iram mandar e desmandar em Damasco com todas as conseqüências que daí advêm. No momento em que se escreve este artigo as Forças Armadas dos EUA fazem ataques aéreos contra as posições dos militantes do chamado “Estado Islâmico” no território da Síria, o que representa por si próprio uma violação extremamente grosseira do direito internacional, pois estas operações

militares são empreendidas sem o consentimento do governo sírio e, ainda menos, do Conselho de Segurança da ONU. Como correlacionar isso com as acusações, que se fazem já há mais de meio-ano, por Washington e por seus satélites a Moscou de que unidades armadas russas teriam participado do conflito no sudeste da Ucrânia? Note-se que estas acusações, apesar de totalmente gratuitas, serviram de base para a introdução de sanções unilaterais do Ocidente contra a Rússia. De acordo com as leis da lógica, sanções análogas, mas contra os próprios EUA e os seus aliados, podem ser introduzidas pelos países que discordam desta prática de substituição do direito internacional por ações unilaterais e pelo menosprezo total das instituições internacionais competentes. Por outro lado, pode-se perguntar: para que fazer isso?

O mundo “americanocentrista”, que o Ocidente impõe à comunidade internacional, vai em pedaços e somente uma pessoa cega ou totalmente alheia à realidade pode deixar de perceber isso. Aliás, existe o ponto de vista, de acordo com o qual os americanos teriam levado a cabo conscientemente a política de “caos comandado” a fim de alcançar desta maneira a substituição de regimes que não lhes convêm. Afirma-se que eles fazem isso em prol do bem dos povos dos territórios em que se engendra o tal caos. Portanto, tudo está sob controle e não há motivos para a preocupação.

Não posso concordar com este ponto de vista. Não existe nenhum controle. Tudo isso não passa da plena ilusão. Pode-se falar apenas dos erros estratégicos dos EUA, das falhas profundas e grosseiras no planejamento político-militar e na política externa. Outrora foram os americanos que geraram, eles próprios, o monstro em forma do islã fundamentalista, que era destinado para a luta contra a União Soviética no Afeganistão. E, aparentemente, no começo tudo dava certo! As tropas soviéticas saíram do Afeganistão e mais tarde o principal adversário geopolítico desmoronou-se. Foi alcançada uma vitória histórica e na expressão do politólogo americano Francês Fukuyama “o fim da história tinha chegado”! Mas a vida resultou mais complicada do que os prognósticos, ainda mais — prognósticos retilíneos. Porém o djim já estava em liberdade. E, eis, uma geração mais tarde os EUA são forçados a combater a sua própria obra no Afeganistão e no Próximo Oriente e resulta que esta luta não é lá muito bem-sucedida. Prefiro não tecer fantasias a respeito do desenrolar de acontecimentos no futuro. Mas não se pode deixar de constatar objetivamente que existem roteiros do ulterior desenrolar dos acontecimentos muito desagradáveis para os EUA.

Uma situação semelhante está se formando na Ucrânia. O estado de embriagamento antirrusso patente, em que se encontram os EUA e a União Europeia, fizeram-nos apostar nas forças nacionalistas deste país, forças que tendem cada vez mais para os mandamentos de Stepan Bandera e dos seus correligionários, isto é, para o ramo ucraniano do fascismo mundial. Portanto ficou em liberdade mais um djim des governado que não pretende absolutamente retornar para a garrafa de acordo com a vontade dos seus amestradores ocidentais. É sabido que outrora foram feitas tentativas de comandar Hitler e a sua laia, mas o resultado é bem conhecido. De um modo geral, trata-se da segunda edição do roteiro afegane: a fim de resolver uma tarefa deste instante, — sendo o nosso país novamente o alvo da pressão, — são criadas condições para o surgimento de uma ameaça duradoura de envergadura imensamente maior. Esta ameaça afeta em primeiro lugar a “velha” Europa que aparentemente começou a esquecer as lições da história, as vítimas e devastações que o fascismo lhe tinha causado e quem foi que a livrou deste mal.

E o que será se futuramente os EUA quiserem aplicar o mesmo modelo de ação contra a China, criando também lá uma ameaça que pode adquirir uma envergadura global? Não seria demasiadamente grande o número de ameaças que emanam de um único país, habituado a considerar a si próprio sempre justo e impecável em tudo?

Um indício e uma premissa obrigatória da democracia, divinizada em Washington e nas capitais dos Estados-satélites dos EUA, é o sistema de “contenções e contrapesos”, destinado a impedir o surgimento de situações em que um certo centro da força seja capaz de sobrepujar todos os demais centros da força chegando, inclusive, a oprimi-los. Pelos vistos, este sistema deve existir não somente no quadro de um país democrático único mas também ao nível internacional, desde que este nível também seja democrático. Há ainda pouco um destes sistemas era o modelo bipolar da ordem mundial, que permitia conter ambições do contra-agente — competidor. No mundo moderno um sistema deste tipo poderia ser multipolar. Mas se isso não ocorrer, será inevitável o retorno ao modelo bipolar. Porém numa espira nova um bloco semiglobal irá confrontar-se com um outro bloco semiglobal. É possível que isso seja útil também para os próprios EUA, pois impediria a transformação definitiva de uma república democrática em império, da mesma maneira que isso ocorre no “blockbuster” sobre as guerras nas estrelas.

Quanto à Rússia, que tem enfrentado ultimamente uma pressão sem precedentes e, na sua essência, insultuosa, por parte dos EUA e dos outros países que se encontram na zona da sua influência, tem-se a impressão de que seria conveniente retornar à diplomacia da época de Brejnev e Gromiko, isto é, a uma diplomacia tranqüila, respeitosa, construtiva, mas, ao mesmo tempo, rígida e bem orientada na defesa dos seus interesses. No Ocidente Gromiko foi cognominado “Mister net”. Mas ele jamais foi assim. Simplesmente nunca dizia “sim” se este “sim” contradizia os interesses do Estado a que ele servia. E isso corresponde perfeitamente à declaração pragmática de Putin de que não iremos prejudicar a si próprios reagindo a sanções com sanções.

É indubitável que apesar de todas as provocações, mistificações, calúnias e insultos, a Rússia sai vencedora moral do entrelaçamento complicado e bem apertado do conflito ucraniano. É perfeitamente possível que um dia esta vitória venha a ser também geopolítica.

Suportamos a primeira vaga da poderosa pressão por parte dos EUA e de todo o bloco ocidental que procurava quebrantar e destruir a Rússia, fazê-la recuar, fazê-la justificar-se e penitenciar-se. A julgar por tudo, certas pessoas do Ocidente não querem ou não conseguem entender que os tempos mudaram e que a Rússia que se arrastava na retaguarda do comboio ocidental juntamente com os país limítrofes, que não perdem oportunidade para insultá-la, não existe mais e espero que nunca mais exista. Existe uma outra Rússia — orgulhosa e confiante nas suas forças!

A crise em torno da Ucrânia, que chegou a ser uma provação dura para o nosso país, tem, como é habito, também um aspecto positivo, pois mostrou quem neste mundo é nosso amigo e quem não o é. E isso também vale caro.



Sobre algumas posições jurídicas internacionais a propósito da crise ucraniana

Alexey Moiseev

*Decano da Faculdade de Direito Internacional da Academia Diplomática do MRE da Rússia, doutor em ciências jurídicas
alexey.moiseev@dipacademy.ru*



POSIÇÃO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

No dia 18 de março de 2014, foi assinado um Tratado Internacional entre a Federação da Rússia e a República da Crimeia sobre a entrada desta na Federação da Rússia e sob a formação de novos membros no seio da mesma federação. Segundo o documento, que foi empregue a partir da data da assinatura e entrou em vigor depois da ratificação a 21 de março de 2014, a Crimeia é considerada como aceite na Federação da Rússia, no interior da qual são criados novos membros: a República da Crimeia e a cidade de importância federal Sevastopol; as pessoas que viviam nesse dia nos territórios dos novos membros da Federação são reconhecidas cidadãos russos, mas têm o direito a, durante um mês, declarar o seu desejo de conservar a cidadania que possuíam. No território da Crimeia começou a vigorar as leis da Federação da Rússia. A fronteira terrestre da Crimeia com a Ucrânia foi declarada fronteira da Federação da Rússia, as águas nos mares Negro e Azov devem ser delimitadas com base nos princípios do Direito Internacional.

A decisão de aprovar o acordo foi baseada nos resultados do referendo livre e voluntário, realizado na República Autónoma da Crimeia e na cidade de Sevastopol a 16 de março de 2014, no qual os povos da Crimeia decidiram-se a favor da “reunificação da Crimeia à Rússia com o estatuto de membro da Federação da Rússia” e contra o “restabelecimento da vigência da Constituição da Repú-

blica da Crimeia de 1992 e o estatuto da Crimeia como parte da Ucrânia”.

De facto, o documento jurídico, a cuja conclusão a Rússia deu o seu acordo soberano a 18 de março de 2014, dizia respeito a uma proposta da parte de outro estado independente: a República da Crimeia assinava um tratado internacional sobre a sua aceitação no seio da Federação da Rússia. Antes, a 17 de março de 2014, o Presidente da Rússia assinara um decreto, partindo também do direito soberano de qualquer estado, que reconheceu a República da Crimeia como estado soberano e independente, sujeito do Direito Internacional, tendo em conta a vontade dos povos da Crimeia expressa no referendo de 16 de março de 2014.

Semelhante tratado corresponde às disposições da Constituição da Rússia, onde se estabelece que “a entrada na Federação da Rússia e a formação no seu seio de um novo membro são realizadas na ordem estabelecida na lei constitucional federal (art. 65.2), em conformidade com o art.4.2, segundo o qual a entrada da Federação da Rússia de “um estado estrangeiro ou de parte sua” é realizada por mútuo acordo da Rússia e do estado interessado em conformidade com o tratado internacional, sendo que o “iniciador da proposta sobre a entrada na Federação da Rússia na qualidade de novo membro de um estado estrangeiro... é esse estado estrangeiro (art.6.1). Assim aconteceu com a República da Crimeia.

Por outras palavras, a Federação da Rússia, em conformidade com o Direito Internacional, utilizou os seus direitos inalienáveis de reconhecer um estado, bem como de concluir um tratado internacional, cujo resultado, por mútuo acordo das partes, foi o aparecimento no seu seio de dois novos membros da Federação: “República da Crimeia e a cidade de importância federal Sevastopol” (ar.2 do tratado).

Segundo o Direito Internacional, qualquer estado tem o direito de concluir um tratado internacional, porque isso lhe é vantajoso. A assinatura pela Rússia de um tratado internacional com a República da Crimeia sobre a reunificação, além de ter bases históricas substanciais, foi também condicionada pela preocupação com a segurança dos compatriotas na Ucrânia e na Crimeia que, nomeadamente, encontraram eco na Mensagem do Presidente da Rússia aos deputados da Assembleia Federal, dirigentes das regiões da Rússia e representantes da sociedade civil a 18 de março de 2014.

SOBRE A LEGALIDADE DO REFERENDO NA CRIMEIA

A Declaração da Independência da República Autónoma da Crimeia e da cidade de Sevastopol foi aprovada pelo Soviete Supremo da República Autónoma da Crimeia e pelo Conselho Municipal de Sevastopol a 11 de Março de 2014. Na declaração alega-se o “direito dos povos à autodeterminação”, bem como a “confirmação pelo Tribunal Internacional da ONU em relação ao Kosovo de 22 de julho de 2010 do facto de que a proclamação da independência por parte de um estado não viola quaisquer normas do Direito Internacional”. Na sua decisão, o Tribunal Internacional da ONU assinalou que “nenhuma proibição geral da proclamação unilateral da independência advém da prática do Conselho de Segurança. O Direito Internacional geral não contém qualquer proibição à proclamação da independência”. A mesma ideia esteve presente a 18 de março de 2014 na Mensagem do Presidente da Rússia.

Deve sublinhar-se que o direito à autodeterminação foi realizado pela população da Crimeia, a qual, segundo o capítulo 10 da Constituição da Ucrânia, era abrangida pelo estatuto jurídico autónomo que diz respeito, do ponto de vista jurídico, precisamente aos direitos dos povos.

O referendo na Crimeia decorreu a 16 de março de 2014 com o respeito por todas as exigências democráticas e jurídicas modernas, mas nas condições de um regime de carácter ilegal e criminoso das autoridades de Kiev, que foi estabelecido depois de um golpe de estado de ultra-nacionalistas, extremistas, etc. Da parte do chamado “novo poder”, que tomou e usurpou os poderes de estado por via extremista, violando grosseiramente as normas da Constituição ucraniana, os apelos à violação da Constituição da Ucrânia em relação ao referendo na Crimeia, no mínimo, não convencem.

Pode-se afirmar que, na vigência de um “poder” ilegal, as normas da Constituição não se empregam, porque não têm a “hipótese” necessária, ou seja, as circunstâncias nas quais a norma deve ser empregue e adquirir a importância de facto jurídico. Pelo contrário, as ações das autoridades da Crimeia, nas condições criadas na Ucrânia, tinham carácter legítimo e democrático. Devido a um resultado convincente do referendo, foi proclamada a República da Crimeia independente e soberana, onde a cidade de Sevastopol recebeu um estatuto especial.

Se se deixar de lado os interesses e estratégias geopolíticos de alguns estados ocidentais, provoca perplexidade a sua posição de não reconhecimento dos resultados evidentes do referendo da Crimeia, que, alegadamente, tem um carácter ilegal e anti-constitucional. Pelo contrário, até segundo o art. 138.2 da Constituição da Ucrânia, é “prerrogativa da República Autónoma da Crimeia... a organização e realização de referendos locais”, não se limitando o possível assunto de semelhantes referendos na Constituição. Todos devem compreender que a legitimidade do referendo não pode depender da opinião dos EUA ou da União Europeia, mas apenas da manifestação livre e voluntária do povo.

CONTESTAÇÃO DA PARTE UCRANIANA

A 11 de março de 2014, o MNE da Ucrânia publicou uma nota de protesto onde assinala a ilegitimidade da Declaração da Independência aprovada pelo parlamento da República Autónoma da Crimeia, considerando-a uma “decisão anti-constitucional, ilegal e juridicamente nula”, que “viola tanto a legislação ucraniana, como parágrafos de documentos internacionais apoiados nomeadamente pela Federação da Rússia”. A 14 de março de 2014, A. Turchinov, chamado Presidente interino da Ucrânia nomeado pela Rada Suprema, assinou um decreto que suspendeu a vigência da declaração por não estar conforme a Constituição e as leis da Ucrânia.

Ainda a 1 de março de 2014, a parte ucraniana, no quadro da sessão do Conselho de Segurança da ONU, acusou a Rússia de agressão contra a Ucrânia, que, segundo o representante da Ucrânia na ONU, estava ligada a “violações grosseiras” pela Federação da Rússia “dos princípios fundamentais da Carta da ONU, que obrigam todos os estados membros, entre outras coisas, a renunciar à ameaça da força ou do seu emprego contra a inviolabilidade territorial ou contra a independência política de qualquer estado”.

Na sessão do CS da ONU de 3 de março de 2014, V. Tchurkin, representante permanente da Rússia na ONU, apresentou o texto do apelo do Presidente da Ucrânia, V. Ianukovitch, ao Presidente da Rússia, V. Putin, com o pedido de ajuda militar: “Enquanto Presidente legítimo da Ucrânia, declaro: os acontecimentos na Maidan [Praça da Independência], a tomada do poder ilegítima em Kiev levaram a que a Ucrânia se visse no limiar da guerra civil. No país reinam o caos e a anarquia, a segurança e

direitos das pessoas, especialmente no sudeste e na Crimeia, estão ameaçados. Sob a influência dos países ocidentais é levado a cabo um terror aberto e violência, as pessoas são perseguidas por motivos políticos e linguísticos. Por isso, peço ao Presidente da Rússia, V.V. Putin, que utilize as Forças Armadas da Federação da Rússia para restabelecer a legalidade, a paz, a ordem, a estabilidade e a defesa da população da Ucrânia. V.F.Ianukovitch, 1 de março de 2014”.

A posição das autoridades russas foi confirmada a 18 de março de 2014 na Mensagem do Presidente da Rússia, onde ele assinou que “a Rússia não enviou tropas para a Crimeia, mas apenas reforçou o seu contingente, não tendo, ao mesmo tempo, ultrapassado o número previsto pelo tratado internacional”, a fim de defender a “vida dos cidadãos da Federação da Rússia, dos nossos concidadãos e do pessoal do contingente militar das Forças Armadas da Federação da Rússia aquarteladas no território da Ucrânia em conformidade com um tratado internacional” quando reinavam a impunidade e as ameaças dos extremistas ultra-nacionalistas.

O Presidente da Rússia não utilizou diretamente as tropas russas no estrangeiro, embora tenha confirmado esse direito segundo a respetiva decisão do Parlamento do estado e das cláusulas da Constituição da Rússia. As acusações de emprego direto de forças armadas russas antes, durante e depois do referendo na Crimeia, não foram juridicamente confirmadas e continuam a ser apenas tentativas infundadas de acusar a Federação da Rússia de agressão ou anexação, tentativas de apresentar o desejo pela realidade.

SOBRE O PROBLEMA FUNDAMENTAL NA UCRÂNIA

A crise política teve início na Ucrânia em novembro de 2013, quando o gabinete de ministros anunciou a suspensão da integração europeia do estado. A 22 de fevereiro de 2014, teve lugar um golpe de estado violento. O Parlamento da Ucrânia, depois de violar os acordos conseguidos entre o Presidente V. Ianukovitch e os líderes da oposição, alterou ilegalmente a Constituição ucraniana, afastou ilegalmente do cargo o Presidente da Ucrânia, substituiu a direção da própria Rada Suprema, do Ministério do Interior, do Ministério da Defesa, do Serviço de Segurança da Ucrânia e, a 27 de fevereiro de 2014, confirmou o chamado “governo de confiança nacional”.

Em conformidade com o art. 111 da Constituição da Ucrânia, estão previstas quatro formas de suspensão dos poderes do Presidente da República: pedido de demissão, devido à saúde, devido à morte, bem como por impugnação. Claro que a nenhuma dessas formas corresponde a situação com o Presidente da Ucrânia, V. Ianukoitch, que, sob a ameaça de liquidação física por parte dos ultra-nacionalistas da “Praça da Independência”, foi obrigado a abandonar o território do estado.

Não há necessidade de analisar uma vez mais os resultados negativos da atividade de V. Ianukovitch no cargo de Presidente, mas é claro que os habitantes pacíficos da Ucrânia saíram para a “Praça da Independência” (Maidan) não devido à boa vida e a situação de ilegalidade e de miséria surgiu na Ucrânia não num momento, o que, a propósito, foi utilizado pelos extremistas.

Por si só, o fenômeno “Maidan” nunca teve um apoio e reconhecimento de todo o povo no país, de que também são provas os posteriores acontecimentos trágicos no sul e no leste da Ucrânia. A “Maidan” pode ser qualificada como forma de protesto civil numeroso com o objetivo de apresentar as suas reivindicações às autoridades ucranianas (assinar o Acordo de Associação da Ucrânia com a UE, demissão do governo e do Presidente, etc.). A “Maidan” e as suas palavras de ordem não criam fundamentos jurídicos nem no que respeita ao reconhecimento do estatuto jurídico do chamado “novo poder”, nem no que respeita às suas decisões e ações. Nem mesmo os confrontos armados entre os participantes da “Maidan” e as estruturas de segurança do estado alteram juridicamente a situação.

Se passarmos à retórica da “Maidan”, também não se compreende as causas históricas das duras acusações anti-russas e anti-soviéticas quando é bem sabido que, no período do pós-guerra, a direção da URSS foi mais pró-ucraniana do que pró-russa.

Juridicamente, V. Ianukovitch, até à sua reeleição ou demissão voluntária, continua a manter a sua legitimidade na qualidade de Presidente do estado, enquanto que os chamados “novos representantes” auto-proclamados do poder estatal da Ucrânia não a têm. Por conseguinte, é ilegal também a decisão anti-constitucional da Rada Suprema de 22 de fevereiro de 2014 sobre o afastamento do Presidente V. Ianukovitch do poder, que, a propósito, segundo as palavras de Olivier Bailly, representante da Comissão Europeia, foi reconhecida pela União Europeia. Provoca perplexidade a inconsequência das ações dos estados da União Europeia e

dos representantes da oposição, que, na véspera da aprovação da decisão no Parlamento ucraniano de afastar o Presidente legítimo, assinaram o acordo de 21 de fevereiro deste ano, onde concordaram que V.Ianukovitch continuaria a ser Presidente da Ucrânia até às eleições.

A falta de capacidade jurídica do estado devido à ausência de representantes legítimos e eficazes do estado ucraniano não permite às autoridades russas reconhecerem os que se auto-intitularam de “novo poder” na Ucrânia e realizarem contactos oficiais com a parte ucraniana, fazerem consultas bilaterais (mesmo que “prévias”) em conformidade com o art.7 do Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Federação da Rússia e a Ucrânia de 1997. Mais, ao reconhecer o poder ilegítimo, os estados ocidentais enveredam pela via do apoio a um golpe de estado criminoso, a ações criminosas e à violação grosseira das normas do Direito Internacional.

A questão central na situação de crise na Ucrânia, provocada por um golpe anticonstitucional em Kiev devido à tomada do poder por via armada por extremistas, está ligada à questão da legitimidade do próprio poder. Os que tomaram o poder na Ucrânia por via armada cometeram um crime e as suas ações não podem ter força jurídica para a Federação da Rússia.

Presentemente, as pessoas que tomaram o poder na Ucrânia cometem violações grosseiras não só das bases democráticas, mas também das normas do Direito Nacional e Internacional, a começar pela violação da Constituição da Ucrânia, bem como violações grosseiras e em massa dos direitos dos cidadãos ucranianos, incluindo o emprego desigual da força contra eles e a ameaça de discriminação pela língua e a nacionalidade, o apoio a nacionalistas, a distribuição incontrolada de armas entre grupos extremistas e, agora, chegaram à discriminação por cidadania, idade e sexo na passagem da fronteira estatal, etc.

Sem dúvida que a Ucrânia, devido à soberania cuja origem é o seu povo, não desapareceu como sujeito do Direito Internacional, mas coloca-se uma questão fundamental sobre a capacidade jurídica do estado: quem representa legalmente o poder estatal em Kiev?

SOBRE A SITUAÇÃO DOS CONCIDADÃOS

Outra questão muito importante, que exige medidas imediatas de toda a comunidade internacional, diz respeito à defesa dos di-

reitos da população russófona, dos concidadãos, aos quais, como mínimo, segundo o Direito Internacional, devem ser garantidos os direitos inerentes às minorias nacionais. A lei “Sobre as minorias nacionais na Ucrânia” de 1992 define as minorias nacionais como “grupos de cidadãos da Ucrânia que não são ucranianos quanto à nacionalidade, têm o sentimento de consciência nacional e de comunhão entre si” (art.3). Os direitos das “minorias nacionais... ao emprego e instrução na língua natal... ao desenvolvimento das tradições culturais nacionais, à utilização de símbolos nacionais, à realização das festas nacionais, à conservação da sua religião... da literatura, arte, meios de comunicação, à criação de instituições culturais e educativos e a qualquer outra atividade que não contradigam a legislação vigente”, etc. (art.6), são violados da forma mais grosseira, os concidadãos são vítimas de terror e colocados em condições de sobrevivência.

Devido à situação criada, os ultra-nacionalistas e estados ocidentais aumentaram a difusão de retórica russo-fóbica, de insultos diretos na direção da Federação da Rússia e dos seus povos, da deturpação ou negação de factos evidentes, incluindo a mudança anti-constitucional na Ucrânia, da manifestação de racismo e xenofobia, de assassinatos e violações dos direitos humanos, “a traição do princípio da primazia do direito” pela maioria na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), o que foi sublinhado na declaração da delegação russa na APCE.

É precisamente o princípio da primazia do direito que visa garantir a cooperação pacífica dos estados ao mesmo tempo que se respeita o equilíbrio dos seus interesses, bem como garantir a estabilidade da comunidade mundial em geral.

SOBRE AS POSSÍVEIS AÇÕES DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

O estado russo reafirma sistematicamente o seu apego ao Direito Internacional, cujo respeito corresponde aos seus interesses nacionais, anuncia o seu desejo e responsabilidade como “líder na defesa do Direito Internacional, lutando pelo respeito pela soberania nacional, autonomia e originalidade dos povos”.

A conceção da Política Externa da Federação da Rússia de 12 de fevereiro de 2013 baseia-se nos princípios do Direito Internacional e visa reforçar a legalidade internacional. Goza de um lugar especial na conceção a política do estado com vista à *supremacia do direito* nas relações internacionais, ao cumprimento honesto

dos compromissos jurídicos internacionais. O Direito Internacional formou-se de maneira a que todos os seus princípios fundamentais sejam empregues simultaneamente e em quaisquer circunstâncias. É precisamente assim que se deve analisá-los também na situação hoje criada na Ucrânia.

O Estado Russo não fica indiferente ao destino dos seus cidadãos, concidadãos que vivem no estrangeiro, nomeadamente na Ucrânia. Porém, partindo dos citados princípios do Direito Internacional, não obstante os apelos e acusações que soam de vários lados, a direção da Rússia não tenciona enviar e empregar ilegalmente as suas forças armadas no território do estado vizinho. Mais, deve assinalar-se que a 28 de março de 2014 terminou a vigência do parágrafo do tratado internacional que rezava que “as pessoas que se fazem parte de forças militares, fora dos locais de aquartelamento, podem vestir o uniforme para elas criado em conformidade com as normas vigentes nas Forças Armadas da Federação da Rússia”.

Como é sabido, só a comunidade internacional, na pessoa do Conselho de Segurança da ONU, pode empreender as respetivas medidas para a “manutenção da paz e segurança internacional... a fim de impedir e liquidar a ameaça à paz e reprimir os atos de agressão ou outras violações da paz” (art.1.1 da Carta da ONU), bem como em situações de violações grosseiras e/ou em massa dos direitos humanos. Pode-se constatar que, na situação existente na Ucrânia, há indícios de ambas as ameaças citadas, porém, por enquanto, os membros do CS da ONU não chegaram a uma opinião única sobre as causas e as perspetivas da situação criada na Ucrânia.

SOBRE O SUDESTE REVOLTOSO DA UCRÂNIA

Presentemente, o conflito principal na Ucrânia desenvolve-se devido à existência de contradições grosseiras profundas entre o chamado “novo poder ucraniano” e as regiões sul e leste do estado, que lutam por uma maior autonomia das regiões sob a forma de federação. Sem dúvida que a federação pode levar à repartição de recursos administrativos, financeiros e outros no estado, mas permite conservar o próprio estado. Caso contrário, segundo muitos analistas, a guerra civil e até a desintegração do estado ameaçam a Ucrânia.

É importante não esquecer que a revolta da população na parte sudeste da Ucrânia contra o chamado “novo poder” ilegal surgir

como protesto e consequência do golpe de estado em Kiev, que ocorreu num ambiente de confronto duro entre extremistas e nacionalistas, por um lado, e o poder legítimo, por outro, escondido por detrás de palavras de ordem da “Maidan”, os confrontos provocaram centenas de vítimas.

Falsificando causas e consequências, não reconhecendo o seu estatuto inconstitucional, o chamado “novo poder” atira a responsabilidade da crise crescente para cima da população da parte sudeste do país, acusando-a de terrorismo, ameaças à integridade territorial do país, etc., ignora as suas exigências e até emprega criminosamente contra os civis que protestam forças armadas regulares sob o pretexto de “operação anti-terrorista”.

Muito provavelmente, a continuação do confronto pode levar a que a comunidade internacional coloque a questão do reconhecimento dos participantes do protesto pacífico no sudeste da Ucrânia “parte revoltada”. Segundo o Direito Internacional, por “parte revoltada” compreende-se destacamentos de resistência, guerrilheiros, participantes da luta civil ou de libertação nacional que controlam um determinado território no seu estado, que lutam, nomeadamente por via armada, contra regimes ditatoriais, anti-constitucionais e outros anti-democráticos ou pela autodeterminação do seu povo e que receberam o reconhecimento jurídico internacional *ad hoc* da parte de outros sujeitos do Direito Internacional. É importante que, não obstante o número limitado de direitos em comparação com o estatuto estatal de sujeito do Direito Internacional, o estatuto jurídico internacional de revoltosos dá-lhes o direito legítimo de realizar conversações como um das partes, estabelecer contactos diretos com os estados que os reconhecem com o objetivo de receber ajuda e apoio do estrangeiro, e, no caso de derrota, receber asilo político e passar para o território de outro estado.

Pensamos que no desenvolvimento da situação segundo o cenário descrito não está interessada nenhuma das partes do conflito crescente no interior do estado, nem os seus patrocinadores ocidentais, nem muito menos a Federação da Rússia. Semelhante conclusão encontra confirmação nos resultados das conversações quadrilaterais em Genebra a 17 de abril de 2014 sobre a questão da crise na Ucrânia com a UE, EUA e Rússia. A delegação da Rússia aceitou participar no encontro sem condições prévias, sendo que o próprio facto das conversações não significa que a Rússia reconheça como legítimo o chamado “novo poder ucraniano”, o que foi claramente frisado pela parte russa.

SOBRE O DOCUMENTO DAS CONVERSÇÕES QUADRILATERAIS EM GENEVRA

É sintomático que as partes das conversações em Genevra conseguiram elaborar um documento conjunto, onde foi fixado um apelo a todos os ucranianos: às partes do conflito, incluindo ou em primeiro lugar aos destacamentos militares ilegais do chamado “novo poder”, aos ultra-nacionalistas e extremistas de todo o tipo, etc. Como sublinhou S.V.Lavrov, ministro dos Relações Exteriores da Rússia, “os destacamentos armados ilegais devem ser desarmados em todas as regiões do país, os edifícios devem ser devolvidos aos seus legítimos donos, todas as praças e outros lugares ocupados nas cidades da Ucrânia devem ser libertados. Devem ser amnistiados todos os que protestaram, à exceção dos que cometeram crimes graves. A missão da OCSE deve liderar e exercer influência nos próprios ucranianos, nas autoridades em Kiev e nas comunidades locais nas regiões, realizar medidas para desanuviar a situação. A Rússia, os EUA e a UE já participam nesse processo e iremos contribuir para o trabalho dessa missão de manutenção do diálogo entre as partes”.

O ministro frisou a necessidade do “início imediato de um amplo diálogo nacional no quadro do processo constitucional, que deve ser inclusivo, transparente e responsável”, bem como “do reconhecimento pelos participantes do facto indubitável de que esta crise deve ser regularizada pelos próprios ucranianos”. Porém, no documento de Genevra não contém menções às manifestações de terrorismo como justificação das ações militares do chamado “novo poder” contra os cidadãos ucranianos pacíficos no sudeste do estado.

SOBRE POSSÍVEIS PERSPETIVAS

A Rússia não pode ficar indiferente aos acontecimentos trágicos no estado vizinho, ao presente e ao futuro dos seus concidadãos no território da Ucrânia, toma as medidas diplomáticas e políticas possíveis. Porém, segundo o Direito Internacional, hoje, para influir diretamente na situação com as suas forças, são, claro está, necessárias as respetivas incumbências da parte da ONU. Se se equacionar as possibilidades fora do campo jurídico internacional, podemos recordar os destacamentos de voluntários.

Os acontecimentos da crise ucraniana preocupam numerosos estados da comunidade internacional. Consideramos que, nas con-

dições anti-constitucionais, a regularização da crise só é possível no quadro da própria Ucrânia através da procura de acordos mutuamente aceitáveis sobre as questões da organização estatal e territorial entre os grupos em confronto, que representam diferentes regiões do estado, através da realização de um plebiscito de reconciliação nacional. O desenvolvimento negativo dos acontecimentos estará ligado, antes de tudo, ao esmagamento pela força de uma parte do conflito por outra, que, sem dúvida, levará a violações grosseiras e em massa dos direitos humanos, a vítimas humanas. Nestas condições, a comunidade internacional, na pessoa do CS da ONU, terá todas as razões para aprovar medidas previstas na Carta da ONU a fim de pôr fim ao derramamento de sangue no interior do estado.



A derrocada do “projeto ucraniano”

Doutor Crecko Jukic

Publicista sérvio, embaixador na reforma

Presentemente, os povos eslavos atravessam mais um conflito agudo. Mas a história avança impetuosamente. Não restam dúvidas de que, neste conflito, o “projeto ucraniano”, sonho de uma Ucrânia enquanto plataforma ocidental (é sabido para quem), sonhada desde a época da desintegração da URSS, sofre uma derrota. O drama ucraniano aproxima-se do seu ponto culminante, marcado pelas eleições problemáticas do presidente de 25 de maio, da fronteira depois da qual se seguirá ou a divisão, ou a última esperança no diálogo com o povo para a conservação de uma espécie de Ucrânia confederativa, assimétrica, ou seja, a criação de um “outro projeto ucraniano”.



Nem num caso, nem no outro, se pode perder de vista, ignorar a conquista do plebiscito na Ucrânia Oriental, nas regiões de Donetsk e Lugansk, que se realizou a 11 de maio de 2014, e, pouco depois, a proclamação das repúblicas independentes na qualidade de núcleo da Novorossyia. O novo presidente ucraniano terá necessidade de grande mestria e de largueza do pensamento político, para, com a ajuda de fatores ucranianos internos e externos, prevenir a cisão definitiva e aproximar as conversações de partes diametralmente opostas, levando-as para uma via construtiva e constitucional.

O que aconteceu na realidade na Ucrânia no inverno e na primavera deste ano? A nova crise política no país foi provocada pela conhecida política ucraniana de chantagem que caracteriza todos os seus regimes: desde a conquista da independência e até aos nossos dias, tanto “pró-russos”, como pró-ocidentais. Como diz o provérbio russo: “E para os nossos e para os vossos”. Assim se comportam as autoridades ucranianas nos últimos vinte anos: um passo na direção da Rússia, um passo na direção da UE, NATO e EUA. As ten-

tativas da política ucraniana inexperiente e dos políticos ucranianos inexperientes de “ordenhar”, ao mesmo tempo, o Ocidente e a Rússia terminaram num golpe de estado clássico. E o resultado foi um fiasco completo.

Nós, na Sérvia, que, no último quarto de século, sofreu tudo o que puderam sofrer um povo e um país, estamos perplexos face ao que acontece na Ucrânia depois da desintegração pacífica da União Soviética, do derramamento de sangue fratricídio e da destruição da Jugoslávia. As nossas expectativas em relação à Ucrânia eram completamente diferentes. Parecia que a Ucrânia, enquanto país ortodoxo, o maior da Europa quanto ao seu território, se iria revelar como uma espécie de Canadá ou México europeus. Mas a Ucrânia enveredou por outra via. Devo dizer que chamei sempre a atenção para a instabilidade da política da Ucrânia e do “modelo ucraniano” em geral.

Escrevi muito sobre o trânsito do gás russo através do território ucraniano para a Europa, porque é que Kiev, durante todos os regimes, realiza uma política de chantagem em relação tanto à Rússia, como à Europa, em vez de uma política única que constituísse uma ponte russo-eurasista, uma “janela para a Rússia” e uma “janela para a Europa”. Neste caso, não seriam necessários nem os corredores gasíferos setentrional e meridional.

Devo dizer, com base na minha experiência diplomática, que nunca compreendi alguns dos meus colegas ucranianos: embaixadores, que se “curvavam” perante os colegas ocidentais na tentativa de estar acima da Rússia. Isso era triste e ridículo: servilismo para tudo o que se encontra a ocidente das fronteiras ucranianas e supremacia sobre o tudo o que é russo. Eu não notei nada de semelhante mesmo entre os diplomatas e embaixadores de antigas repúblicas jugoslavas que se odiavam fortemente.

Desde o primeiro dia que a ampla sociedade civil na Sérvia acompanha com preocupação tudo o que se passa na Ucrânia. Claro que o Ocidente colocou bem fundo os seus braços nos acontecimentos na Maidan. Mas também é claro que 2014, ano em que vivemos, não é o mesmo que 1999, quando a NATO, dirigida pelos EUA, lançou uma agressão contra a Sérvia e retirou dela o Kosovo e Metóchia. O mundo mudou radicalmente e o Ocidente já não pode, com a ajuda da força e de diferentes revoluções, impor a sua vontade e os seus interesses.

É claro para todos que o Ocidente sofreu uma derrota na Ucrânia: andava à caça do lobo e apanhou uma raposa, e colhe hoje o que semeou desde o momento do termo oficial da guerra fria.

A Sérvia preveniu várias vezes da possibilidade da balcanização da Ucrânia, do perigo da separação de algumas das suas partes e de que não há casos especiais nas relações internacionais, como afirmava a política externa dos EUA sobre a questão do Kosovo. Infelizmente, para eles, a Ucrânia não é interessante como grande produtora de cereais, com as suas terras negras sem fim, como grande produtor de carvão, como país que tem um grande ramo de aviação e outros. Ela interessa ao Ocidente apenas como terreno de concorrência com a Rússia não no plano económico, mas no plano da segurança. Os regimes ucranianos foram sempre envolvidos nesses jogos.

Em Kiev, depois de longas manifestações e combates sangrentos em fevereiro deste ano, foi instaurado o poder provisório da Maidan, que virou tudo de pernas para o ar. Poder que transformou o estado soberano num domínio do Ocidente. A Ucrânia recebeu a sua “legitimidade” da Maidan revolucionária e apoio político-moral do Ocidente, não lhe chegando o alegado apoio financeiro dessas partes. Como é normal, tudo depende do FMI e das suas reformas liberais “já experimentadas”, nomeadamente na Ucrânia.

Por isso, o governo anti-russo em Kiev, não obstante os biliões de dívida pelo gás, teve de procurar inconscientemente a ajuda de Moscovo: à maneira ucraniana, rouba gás para não permitir a falência e a paralisação de toda a atividade económica. Depois de Maidan, o poder executivo provisório da Ucrânia viu-se nas mãos de militantes do partido “Batkivshina”. A sua dirigente, Iúlia Timoshenko, a “princesa do gás”, oligarca, antiga primeira-ministra do país, há muito que perdeu a sua popularidade. Ao apresentar a sua candidatura nas eleições presidenciais, a “princesa da revolução laranja” da Maidan 2004 esperava o apoio do povo semelhante ao que viu na Maidan depois de sair da cadeia em finais de fevereiro. Mas, visto que a sua popularidade presidencial atingiu o índice mínimo, ela prometeu ao seu povo uma “terceira Maidan”.

O partido nacional “Svoboda” e os radicais, extremistas e neo-fascistas unidos do “Setor de Direita” dão apoio e ajuda ao poder existente no país. Porém, seria infantil supor que eles, depois das eleições presidenciais, entregariam as armas e se demitissem. Não, eles prometem começar a guerra de guerrilha no sudeste do país. Nesse meio político, o partido do derrubado Victor Ianukovitch: o Partido das Regiões, que sofreu uma derrota após o golpe, tenta restabelecer-se e estabilizar-se.

Os que conseguiram chegar ao poder consideram que a vitória na Maidan é um mandato para uma Ucrânia criada segundo as suas medidas, como se eles fossem os seus únicos habitantes. Encontrando-se no poder há vários meses, eles não se deram ao trabalho de prestar atenção aos problemas prementes da Ucrânia Oriental, que enfrentam as pessoas que aí vivem, aos problemas da população russófona do país. Eles ignoram e desprezam todos. Isto, no mínimo, é estranho, principalmente depois da perda da Crimeia. É absolutamente evidente que o Sudeste da Ucrânia não aceita a Maidan e faz esforços enormes para resolver os seus problemas através da separação de Kiev.

Nós sabemos que o Ocidente e os EUA lançam constantemente desafios à Rússia. Mas Putin, tendo consciência disso, reforça as posições do país.

Não obstante, deve assinalar-se que não foram mérito da Rússia as condições para o “regresso da Crimeia” e a situação na Ucrânia que a isso conduziu. Henry Kissinger tem razão ao considerar que V.Putin não planeava provocar uma crise na Ucrânia, tratou-se apenas da sua resposta a uma situação extraordinária. Além disso, Kissinger dirigiu-se ao ocidente com as palavras: “A demonização de Putin não é política”.

Sem dúvida que o desrespeito por tudo o que é russo, embora não seja a notícia do dia, tornou-se a última gota que levou à revolta no sudeste da Ucrânia. Nas regiões de Donetsk e Lugansk foram realizados referendos para pegar no destino nas suas mãos. Claro que estes referendos não são juridicamente regularizados e reconhecidos, como qualquer referendo que decorre sem o consentimento do governo central. O seu sentido não consiste em que sejam juridicamente reconhecidos, são um facto político que ocorreu e que não pode ser ignorado. A grande afluência das pessoas às urnas e o apoio ao referendo mostraram convincentemente que não se trata de uma política imposta por algumas pessoas insignificantes, que nada têm por detrás de si, mas refletem a disposição real do povo.

Os conflitos com Kiev e o envio de formas armadas para as regiões de Donetsk e Lugansk, bem como o terrível crime fascista em Odessa empurraram ainda mais a população dessas regiões da Ucrânia para participar no referendo e resolver sem Kiev onde e em que país gostariam de viver. Todavia, o poderio militar de Kiev não é convincente, e não só porque o poder em Kiev tem carácter temporário, mas também porque os cidadãos simples e o exército estão contra a guerra (muitos militares abandonam o campo de

combate não vendo perante si o inimigo e não compreendendo o sentido da ordem de combater contra o seu povo).

O ímpeto revolucionário, o olhar para o Ocidente, o ódio para tudo o que é russo dão força às autoridades de Maidan. Mas quanto mais o poder se recusa a reagir positivamente às necessidades da população do sudeste do país, mais ganha força a reação das regiões pró-russas. Depois do golpe, foi precisamente essa parte que ficou sem representatividade política no poder da Maidan e não havia com quem dialogar. Porém, hoje, à opinião do sudeste, além da opinião geral, dão ouvidos até no Departamento de Estado dos EUA, mas não em Kiev. Os milicianos, federalistas, a autodefesa e os voluntários conseguiram obrigar todos a prestar atenção a esta parte do país e ao povo, obrigar a tê-los em conta no futuro.

Não tem importância a forma como decorreram as eleições presidenciais na Ucrânia. Pois o Ocidente estava pronto à priori a considerá-las democráticas, legítimas, logo que se realizassem. Porém, o novo presidente ucraniano ainda estará durante muito tempo no “fim do mandato” e a crise ucraniana não terminou com as eleições, mas apenas entrou na fase final.

Os prognósticos tornaram-se realidade: o povo está cansado e votou para sentir pelo menos alguma estabilidade. A vitória presidencial sorriu já na primeira volta a Piotr Poroshenko, o oligarca de “chocolate” que trabalha para o mercado russo, antigo ministro nas administrações de Kutchma, Iuschenko, Ianukovitch.

Independentemente de quem venceu na campanha eleitoral, repetem-se as velhas palavras de ordem. Como se costuma dizer: “Mudar uma coisa pela mesma coisa!”. E hoje, na Ucrânia post-eleitoral, nada acontece de novo. Com a chegada de novas caras ao poder, surge um certo espaço de manobra, se elas estiverem em condições de fazer isso. Em qualquer dos casos, as eleições que ocorreram na Ucrânia confirmaram uma vez mais o fracasso do “projeto ucraniano”, iniciado nos primeiros dias da “independência ucraniana”, cuja essência é a política de obediência perante o Ocidente, enquanto que todo o povo ucraniano e país vivem à custa da Mãe Rússia.

Se o novo governo tem desejo de salvar a Ucrânia, ele deve criar um novo estado ucraniano (“novo projeto ucraniano”), construí-la de forma a ela se diferenciar substancialmente da anterior. Incluir na realização das “mesas redondas” e de referendos todos e tudo, tentando atrair os que já realizaram o referendo, e não só os leais à Maidan e ao presidente. Além disso, no processo

de trabalho com a Constituição: “novo projeto ucraniano”, a minoria pró-russa deve previamente receber “ações de ouro” e ter possibilidade de as utilizar. A posição da Ucrânia nas relações internacionais deve ser formada segundo outros padrões, a começar pelo princípio da segurança igual para todos, tanto dentro do país, como fora.

Embora, nas atuais condições, se fique com a impressão que já é difícil parar o iniciado processo de fragmentação na Ucrânia.

Belgrado, 27 de maio de 2014



Rússia e contribuição para o desenvolvimento internacional

Konstantin Kossachev

*Dirigente da Agência Federal para Assuntos da Comunidade de Estados Independentes e de compatriotas, residentes no estrangeiro, e para a colaboração humanitária internacional
Rossotrudnichestvo
rossotr@rs.gov.ru*



A contribuição para o desenvolvimento internacional, a ajuda oficial ao desenvolvimento e aos países emergentes são noções que têm praticamente a mesma origem, cada uma delas é bem conhecida na Rússia e é discutida ativamente pela comunidade de peritos, mas estas noções nem sempre estão claras para os cidadãos do nosso país. Creio que é precisamente por isso importa manter uma ampla discussão social sobre o desenrolar em princípios destes processos no mundo moderno e o que é que a Rússia, na sua qualidade de potência mundial com interesses globais e com a sua própria ordem do dia para relações internacionais, pode encontrar nestes processos.

Vou começar de longe.... Há dois meses, nos dias 15 e 16 de abril deste ano, no México foi realizada a primeira reunião de alto nível da Parceira Global Pela Colaboração Eficiente na Esfera de Desenvolvimento. É sabido que no ano 2000 a Assembleia Geral da ONU aprovou em Nova Iorque a Declaração do Milênio da ONU, em que além de sete Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi formulado o oitavo — Formação da Parceria Global para o fim do Desenvolvimento.

A Parceria Global pela Colaboração Eficiente na Esfera de Desenvolvimento foi criada em 2012, depois do Quarto Foro de Alto Nível de Elevação da Eficiência da Ajuda Externa, realizado em Busan (Pusan), República da Coreia, em 2011. Ela foi intentada na qualidade de plataforma especial para o diálogo político e para a organização do sistema de prestação de contas e troca de experi-

ência no tocante a questões de colaboração eficiente com fins de desenvolvimento. Supõe-se que a Parceira Global que iria incorporar representantes dos círculos de negócios e da sociedade cívica, assim como os governos que são fornecedores ou destinatários da ajuda, da mesma maneira que várias instituições de mais diversos perfis, iria realizar encontros ao nível de ministros aproximadamente uma vez em cada 18 meses. A direção está a cargo do Comitê Diretor constituído por 15 membros; os seus co-presidentes são o México, Holanda e Nigéria, e o expediente do secretariado está a cargo da Organização de Colaboração Econômica e de Desenvolvimento (OCED) e do Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PDONU).

Em conformidade com os princípios, concatenados em Busan, no processo de discussões no Comitê Diretor foi formulada a concepção no quadro da qual a Parceira Global pela Colaboração Eficiente na Esfera de Desenvolvimento vai contribuir para a cooperação internacional mais produtiva, mais inclusiva e orientada para a perspectiva a fim de apoiar esforços destinados a liquidar a miséria global, conseguir todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e ajudar na realização da ordem do dia na esfera de desenvolvimento depois do ano de 2015. Para esse fim foi determinado um jogo limitado de prioridades essenciais, que inclui o estudo da interligação entre a colaboração em prol do desenvolvimento e a mobilização de recursos internos, o que se pode conseguir, por exemplo, mediante a elevação de impostos e restrição de fluxos ilegais e através da incorporação do setor privado em vista do seu papel e da sua contribuição para o desenvolvimento, assim como a colaboração transparente que contribui para o desenvolvimento inclusivo e para a revelação de posições de transmissão da experiência na qualidade de uma das espécies da cooperação para fins de desenvolvimento.

Foi precisamente o desejo de encontrar os mais eficientes mecanismos de prestação da ajuda ao desenvolvimento internacional que reuniu no México um auditório muito representativo. A este encontro assistiram mais de 1500 delegados que representavam mais de 130 países, assim como diversas organizações internacionais. Uma delegação intersetorial russa, chefiada pelo vice-ministro das relações exteriores da Federação da Rússia S.A. Riabkov, também participou deste foro. A etapa mexicana resultou importante também para a *Agência Federal para Assuntos da Comunidade de Estados Independentes e de Compatriotas, Residentes no estrangeiro, e para a Colaboração Humanitária Internacional,*

Rosstrudnichestvo: pela primeira vez desde o momento da aprovação do Decreto do Presidente da Federação da Rússia Nº 476, de 8 de maio de 2013, que conferia à Agência poderes complementares na esfera de contribuição para o desenvolvimento internacional numa base bilateral, ela foi representada oficialmente nesta qualidade no palco internacional. Este acontecimento marcante poderia ser considerado um da série de importantes eventos internacionais que ocorrem todos os anos no mundo, se não fosse um “mas”. É que na realidade o encontro do México marcou a troca do paradigma na esfera da Colaboração para o Desenvolvimento Internacional no mundo inteiro. Anteriormente o critério principal era a eficiência da ajuda, mas agora, — e é isso que consta no comunicado final do encontro, — o que está em relevo é a cooperação eficiente em prol do desenvolvimento.

A transferência da tônica da ajuda para a colaboração ao nível internacional praticamente coincidiu em tempo com a troca do paradigma e da posição da Rússia para com a Colaboração para o Desenvolvimento Internacional. Até há pouco estava em vigor a Concepção da *Participação* da Rússia da Colaboração para o Desenvolvimento Internacional, adotada em 2007, em conformidade com a qual esta atividade era efetuada pela Federação da Rússia sobretudo em forma da ajuda fornecida numa base multilateral, isto é, mediante cotizações relacionais para organizações financeiras e econômicas internacionais, em primeiro lugar, para os programas, fundos e instituições especiais da ONU, para comissões econômicas regionais e outras organizações que levam a cabo programas de desenvolvimento, mediante a participação do financiamento de fundos globais, assim como, através de iniciativas internacionais especiais, realizadas no quadro do “Grupo dos Oito” (G 8), do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e de várias organizações do sistema da ONU. Até há pouco cerca de 70% dos meios que a Rússia destinava para a Colaboração para o Desenvolvimento Internacional (nos últimos anos esta soma chegava a meio-bilhão de dólares por ano) ficavam à disposição destes canais multilaterais.

O conteúdo da concepção antiga de participação da Rússia da Colaboração para o Desenvolvimento Internacional era condicionado pelas particularidades da situação do nosso país que constava até o ano de 2005 na lista de *destinatários* da ajuda internacional oficial na esfera de desenvolvimento (embora ele próprio prestasse ajuda no valor de bilhões de dólares aos países-membros da CEI sem que esta figurasse nesta qualidade em alguma estatística

oficial internacional). Apenas em 2006 o nosso país marcou presença como doador no contexto global.

Uma vez que a concepção inicial estava concentrada basicamente na participação da Rússia nos formatos multilaterais da Colaboração para o Desenvolvimento Internacional, mais tarde ficou evidente a necessidade de consagrar o status novo. A ajuda multilateral tem, em grande parte, um caráter filantrópico e impessoal. Os destinatários desta ajuda lidam com organizações-intermediárias e os doadores não obtêm nenhuma vantagem com ela. Precisamente por isso nos maiores países-doadores a correlação entre a ajuda bilateral e multilateral sempre foi contrária à nossa. Por exemplo, os EUA fornecem aos destinatários mais de 80% dos meios precisamente no quadro da colaboração bilateral. Somente este formato permite levar em consideração os interesses do Estado-doador na esfera da política internacional, prestar apoio ao seu próprio mundo dos negócios na conquista de novos mercados e utilizar amplamente o próprio fato de ajuda para fins propagandísticos.

As questões de desenvolvimento estão ligadas diretamente à problemática da política externa, à garantia da segurança nacional e à promoção de interesses nacionais. É esta a razão da atenção da direção do país para com o tema que à primeira vista não pertence ao número de problemas mais atuais da Rússia hoje em dia, mas está na dependência mútua direta com os eventos que se passam ao longo do perímetro da fronteira estatal da Rússia. Amadureceu a compreensão do fato de que a ajuda ponderável, que o nosso país presta a outros países e que constitui uma cota importante do PIB nacional, deve ser recebida adequadamente pelos cidadãos destes países. E isso deve ocorrer mesmo nas situações quando eles enfrentam a alternativa geopolítica e quando nestes países começam a surgir outros jogadores de âmbito mundial ou regional que conseguem apresentar mesmo somas simbólicas da sua ajuda na qualidade de algo epocal ou existencial para os países beneficiados. Ao mesmo tempo, as pessoas praticamente não percebem bilhões que vêm da Rússia, interpretando-os como algo dado, como um fenômeno natural que, como se supõe, jamais irá desaparecer. A fim de evitar conflitos, importa que a população veja bem a ajuda prestada a suas economias nacionais e associe claramente esta ajuda precisamente à Rússia. Somente no caso de adoção desta posição, a Colaboração para o Desenvolvimento Internacional deixa de ser mero instrumento de apoio aos parceiros e países mais pobres passando a ser instrumento eficiente da política externa e da influência.

No quadro de respectivas decisões a agência Rosstrudnichestvo elaborou em contato estreito com o Ministério das Relações Exteriores, Ministério das Finanças e Ministério do Desenvolvimento Econômico e apresentou ao Presidente da Rússia o projeto de documento que faz balanço da atividade da Rússia a partir da década de 90 do século passado na qualidade da participante do processo de contribuição para o desenvolvimento. Chegou a etapa em que o Estado sentiu a necessidade e, o que é o mais importante, a disposição de formular a sua própria política nacional de pleno formato na esfera de Contribuição para o Desenvolvimento Internacional.

O evento tão longamente esperado deu-se neste ano — o Presidente da Federação da Rússia aprovou com o seu decreto № 259 de 20 de abril do ano em curso a nova Concepção da Política Estatal da Federação da Rússia na esfera de Contribuição para o Desenvolvimento Internacional. Em conformidade com os pontos 4 e 5 da concepção e no quadro de uma política ativa e bem orientada na esfera da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional a “Rússia apoia a aspiração da comunidade internacional de conseguir o desenvolvimento socioeconômico estável de todos os Estados, o que representa fundamento do sistema moderno de estabilidade internacional e de segurança coletiva, e considera que a contribuição para este desenvolvimento é objetivo da política estatal da Federação da Rússia nesta esfera”. Esta política da Rússia contribui para a estabilização da situação socioeconômica e política nos Estados que são seus parceiros, para a formação de relações de boa vizinhança com os Estados contíguos, contribui para a liquidação dos focos potenciais de tensão e de conflitos e para a prevenção do seu surgimento.

A nova concepção tem por objetivo reforçar a tônica nos programas bilaterais relacionais de prestação da ajuda e definir ponderadamente os Estados-destinatários da ajuda. Doravante serão seguintes os critérios de escolha destes Estados:

- melhoria das condições de realização da atividade comercial e de investimentos nos Estados-destinatários da ajuda, recorrendo, em particular, à simplificação do deslocamento de mercadorias e de serviços através da fronteira;
- formação do potencial industrial e inovador nos Estados-destinatários da ajuda.

Está perfeitamente claro que deve mudar não somente a correção dos volumes da ajuda bilateral e multilateral, mas também e, em grande parte, a sua orientação geográfica (a prioridade é da-

da aos países-membros da CEI, à Abkhazia e à Ossétia do Sul). Deve mudar também o conteúdo dos projetos. A Contribuição para o Desenvolvimento Internacional torna-se o mais importante fator da integração no espaço da CEI.

Convém apontar à parte que no decurso do encontro no México se podia sentir plenamente que o mundo moderno é multipolar e que países de diversas regiões do mundo, incluindo os nossos aliados na CEI, enfrentam os mesmos problemas. Delinearam-se divergências nas atitudes e as contradições entre o grupo de doadores tradicionais (isto é, os países-membros da Organização de Colaboração e Desenvolvimento Econômico) e os membros cada vez mais potentes do grupo Sul-Sul. Por um lado, a Rússia não pode ignorar em vista do nível do seu desenvolvimento econômico e da sua situação econômica a atividade do primeiro grupo de países, por outro, aos nossos interesses políticos e pragmáticos corresponde a elaboração de passos ulteriores conjuntos com os países mais independentes que integram o grupo Sul-Sul. É preciso discutir mais detalhadamente ao nível político com os representantes deste grupo de países os interesses nacionais coincidentes e a elaboração de uma linha clara na esfera da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional na perspectiva mais próxima. Para isso é preciso garantir a formação mais breve possível dos mecanismos da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional ao nível nacional, que constam na Concepção da Política Estatal da Federação da Rússia. Afigura-se sumamente importante a preparação durante um prazo ao máximo curto do regulamento sobre a Comissão da Federação da Rússia na esfera da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional e a formação do programa estatal que preveja medidas concretas e caução financeira dos projetos nas respectivas áreas.

A Contribuição para o Desenvolvimento Internacional virou de há muito o imperativo estratégico e econômico da política de segurança nacional dos EUA, tornou-se instrumento da maioria dos Estados-doadores para a imposição dos seus interesses nas esferas da política externa e da economia internacional. A fim de promover estes interesses por iniciativa e com o apoio dos países-doadores foram criados e funcionam numerosas organizações, estruturas, companhias, foros e redes. Os maiores países-doadores da ajuda ao desenvolvimento, em primeiro lugar os países que integram a Organização de Colaboração e Desenvolvimento Econômico, e os países, cujos volumes de ajuda superam muito, de acordo com as suas próprias estimativas e métodos de cálculo, os respectivos pa-

rômetros da Rússia, por enquanto não consideram o nosso país membro plenipotenciário do clube que pode reclamar em voz alta os seus interesses nacionais nesta esfera. Infelizmente, as nossas possibilidades de ser ditadores de moda na esfera da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional, isto é, determinar as regras, esferas de atividade e princípios de relações, e de formar a opinião pública nas posições que nos convenham e, por conseguinte, promover os nossos interesses nacionais no campo de desenvolvimento internacional são por enquanto limitadas. É neste plano que consideramos hoje a possibilidade de promoção no formato da rede internacional da ideia da organização de uma comunidade de peritos com experiência na realização de projetos da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional.

A contribuição para o desenvolvimento internacional realiza-se basicamente através dos projetos levados a cabo pelas companhias de consultoria, universidades, instituições estatais e pelos consórcios de produção e de pesquisas científicas. Estas organizações realizam os seus projetos com ajuda de peritos internacionais e de profissionais em diversas esferas da ajuda internacional, como, por exemplo: infraestrutura social e serviços, infraestrutura econômica, projetos de produção e multisetoriais. Muitos destes peritos de diversos países não são membros de associações, mas consultores individuais. Todavia eles exercem influência social, defendem um ponto de vista individual e podem ser úteis desde que o trabalho com eles seja organizado corretamente.

A delegação russa partiu precisamente disso ao propor pensar no quadro da realização do primeiro encontro de alto nível da Parceria Global pela Colaboração Eficiente na Esfera de Desenvolvimento na ideia de formação da comunidade virtual de peritos que sejam especialistas em diversas esferas da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional, conheçam a prática de utilização dos meios doados, tenham a experiência internacional de realização de projetos de ajuda e estejam ao par da situação nos países-destinatários.

Durante a conferência no México ao Comitê Coordenador foi entregue não oficialmente o projeto de trabalho criado pela iniciativa “Rede internacional de peritos para colaboração e desenvolvimento eficiente”. O seu objetivo consiste em contribuir para o desenvolvimento eficiente mediante a formação de relações de parceria entre peritos internacionais, através do intercâmbio de conhecimentos e de experiência, com ajuda de revelação das melhores e das piores práticas de contribuição para o desenvolvimen-

to eficiente, por meio da elaboração de recomendações conjuntas na prestação da ajuda ao desenvolvimento, por intermédio da formação de bases de dados dos peritos para futuros projetos e realização de outras formas de cooperação. Espera-se que a criação desta rede internacional produza o efeito cinérgico de influência da comunidade de peritos sobre a colaboração para fins de desenvolvimento eficiente. Através desta rede de peritos a Rússia poderia coordenar o processo de formação de posições internacionais para com problemas de Contribuição para o Desenvolvimento Internacional. Para os peritos que tinham confirmado a experiência pessoal da participação dos processos de desenvolvimento, a forma de participação da presumida rede internacional será aberta, voluntária e gratuita.

Certamente, a criação desta rede resulta justificada somente quando existe atividade real na esfera de contribuição para o desenvolvimento. Sob este ponto de vista a agência Rossotrudnichestvo atravessa em grande parte uma etapa difícil de formação. Temos em vista o estabelecimento mais rápido possível do trabalho do mecanismo intersetorial de Estado que permita utilizar com mais eficiência os recursos estatais em prol dos interesses do próprio Estado. E aí não há nada de censurável. Estamos adotando, na realidade, a prática de todos os outros maiores países do mundo, em que o instrumentário da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional ocupa firmemente e de há muito o seu lugar no sistema da política externa e na promoção dos seus interesses.

A contribuição para o desenvolvimento de Estados menos evoluídos permite eliminar premissas de surgimento de conflitos e de crises de toda sorte nestes países. A elevação do nível de desenvolvimento destes Estados torna o processo de colaboração mais civilizado e permite utilizar realizações de mais diversos tipos no interesse de todas as partes. Sim, queremos que os nossos parceiros que contam com o apoio ao seu desenvolvimento compreendam claramente os planos e intenções da Rússia nesta esfera. Qualquer atividade é constituída por projetos concretos e eles podem ser bem-sucedidos somente quando o interesse na sua realização está confirmado por ambas as partes. Somos da opinião em vista disso de que têm uma importância de princípios, — e por isso devem ser feitas públicas, — a compreensão e as características básicas dos fundamentos da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional que devem servir de alicerce para a atividade da Rússia nesta esfera, ou seja:

- o respectivo projeto da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional deve ser fator de desenvolvimento do país e deve ser

certificado pelo governo deste país, isto é, o país-destinatário deve encará-lo como uma parte da sua própria estratégia nacional de desenvolvimento;

- a contribuição russa deve ser ponderável para o país-destinatário e, como é natural, ajudar a solução real do problema;
- o problema em fase de solução deve despertar repercussão da opinião pública do país-destinatário;
- a solução do respectivo problema deve ser na medida do possível importante também para a Rússia (por outras palavras, a regularização da situação no país-destinatário deve prevenir o surgimento do problema no nosso país ou minimizar as suas conseqüências);
- a essência e a necessidade dos projetos devem ser compreendidas pela população da própria Rússia;
- é preciso, também, cuidar de garantir na medida do possível a promoção dos interesses econômicos nacionais, dos interesses dos produtores nacionais e organizar o respectivo trabalho em forma da parceria estatal-privada.

Como se sabe, a Rússia ajuda tradicionalmente o desenvolvimento de pequenas Estados. O período soviético foi marcado pelo incremento substancial da atividade do Estado no palco internacional no quadro da lógica da ideologia dominante — isto é, prestação do apoio aos “países-irmãos” escolhidos em conformidade com um princípio ideológico. Mas neste caso não se tinha em vista apenas a promoção da ideologia — eram realizados grandes projetos infra-estruturais e preparavam-se quadros para todas as esferas da economia nacional de mais diversos países em todo o planeta. Atualmente no mundo há cerca de um milhão de graduados das escolas superiores soviéticas e russas.

E hoje, depois do desaparecimento do fator ideológico soviético no palco mundial, precisamente estes formatos da ajuda real a outros povos continuam a desempenhar o seu papel. Os povos do Afeganistão, Vietnã e Angola lembram-se de que especialistas soviéticos ajudavam-lhes a organizar a economia, desenvolver a indústria e construir estradas e aeroportos. E alguns países já puderam comparar a ajuda desinteressada, prestada pela União Soviética com a conduta rapace de outros Estados. Em alguns países os objetos construídos na época soviética por pouco não continuam mesmo hoje alicerces básicos e, inclusive, únicos das economias nacionais. Tudo isso comprova que a nossa ajuda relacional é requerida e pode proporcionar importantes “dividendos” no plano de consolidação das posições da Rússia em outros paí-

ses, incluindo a opinião pública destes países e o nível da simples percepção humana.

O desmoronamento da União Soviética fez que as relações entre as antigas repúblicas soviéticas deixaram de ser internas passando para o nível interestatal. Nestas condições novas o canal da Contribuição para o Desenvolvimento Internacional afigura-se ótimo para prestar apoio devidamente orientado aos parceiros da Rússia com potencial econômico menor na solução dos seus problemas essenciais. Um traço característico da ressurreição e da consolidação da Rússia deve vir a ser também a sua formação no papel de doador regional prestigioso com que os seus parceiros podem contar conscientizando claramente a fonte de que vem a ajuda. Por isso, os mecanismos de contribuição para o desenvolvimento mundial devem vir a ser uma importante parte integrante dos projetos estratégicos de integração em primeiro lugar com os nossos vizinhos mais próximos.

Международная



ЖИЗНЬ

Energia russa: desafios do tempo

Yúri Chafranik

Presidente da direção da MGNK

"SoyuzNefteGaz", presidente do fundação

"Política e recursos mundiais"

referent@cng.msk.ru

Armen Ogancian, redator-chefe da revista "Vida Internacional": Iúri Konstantinovitch, qual é a situação das coisas na energia russa?

Iuri Chafranik: Gostaria de sublinhar vários pontos. Até 1990, a União Soviética criou enormes potencialidades. Depois, no início dos anos de 1990, eles foram profissionalmente reestruturados com a criação de novas companhias. Então, foram publicadas leis que regularam o ramo energético. Em 2000, recebemos grandes lucros do carvão, petróleo e gás, em grande parte conseguidos graças ao trabalho antes realizado.

Nas últimas décadas, o Complexo Energético e de Combustíveis (TEC) restabeleceu as suas posições, e isso é um grande êxito. Nos últimos dez anos, as exportações de petróleo duplicaram em comparação com o período soviético. Durante esse período, os preços do petróleo aumentou cerca de cinco vezes.

A extração subiu de 340 para 520 milhões de toneladas por ano. Isso são números muito dignos, um bom resultado. Foram realizados numerosos projetos no campo das infraestruturas, que permitiram duplicar as exportações de petróleo.

O oleoduto do Báltico, o Consórcio de Oleodutos do Cáspio, terminais, infraestrutura gasífera, "North Stream", oleoduto "Sibéria Oriental — Oceano Pacífico" são projetos muito sérios, a base do futuro. Foram lançados novos projetos, parte dos jazigos começou a ser explorada.

O período de reconstrução terminou. E é claro que não haverá mais nenhum período assim. Hoje, chegamos ao máximo das potencialidades criadas. E isto significa que é preciso um novo trabalho de pesquisas geológicas, outros volumes de perfuração. Hoje, perfuramos 20 milhões de metros por ano, mas é necessário um mínimo de 40, o dobro mais. A perfuração e preparação do jazigo são 70% de todas as despesas com a extração de gás e petróleo.

A. Ogancian: O setor energético pode ser altamente tecnológico, uma espécie de locomotiva que puxa os outros ramos?

Iu. Chafranik: Mas ele não deve apenas tornar-se, ele



já o é. Hoje, a perfuração é um processo bastante complexo, é mais fácil enviar para a Lua um aparelho para aí andar. Um poço de 14 quilómetros com desvios na Sacalina, ou perfuração horizontal, ou extração de óleo de xisto são reservas complexas que exigem novas tecnologias, completamente diferentes. Mas a questão consiste em saber se nós próprios vamos desenvolver as tecnologias ou vamos comprá-las no Ocidente.

Suponhamos que, hoje, a perfuração leva oito dias, mas é preciso que leve quatro. Nós perfuramos com velhas máquinas soviéticas. Nos últimos 20 anos, recebemos apenas 380 novas, metade das quais de fabrico estrangeiro. Mas entre 1987 e 1992, recebemos 1100 máquinas de produção soviética. Imagine a diferença. Porém, chegou a altura de não só substituir a velha aparelhagem, mas, em dois ou três anos, aumentar o número de máquinas. Cada máquina de perfuração custa, no mínimo, 20-25 milhões de dólares. Para reequipar o ramo, mesmo que não de forma inovadora, simples reequipamento, é necessário muito dinheiro.

Mais, se, antes a fábrica “Uralmach” produzia 300 máquinas por ano, mas atualmente, faz 25. Isto significa que é necessário colocar a tarefa de aumen-

tar a produção até 250 máquinas. Claro que para isso tem de haver vontade da empresa. Deve haver uma política estatal rígida que não permita simplesmente levar os recursos financeiros para fora da Rússia. Compra algo, mas, por favor, monta e produz aqui.

E, finalmente, o problema do desenvolvimento das altas tecnologias que são empregues nos processos que acompanham a perfuração, a exploração das camadas as explosões hidrológicas.

Nós discutimos estes problemas ao nível do ministro, mas também das companhias que extraem e prestem serviços. Enquanto organização profissional social, fazemos todos os possíveis. Mas, repito, isto no limiar da política estatal e da política das companhias.

A. Oganecian: Abordemos os problemas ligados ao Irão. De que tempo precisa para restabelecer a sua situação no mercado energético único?

Iu. Chafranik: Mas o Irão não desapareceu por si próprio. O embargo é embargo, mas o petróleo corre. O Irão reorientou as exportações da China e reduziu um tanto o volume total da extração. Mas o gás do Irão é para nós um desafio do

futuro próximo. Hoje, analisamos o tema da revolução dos xistos na extração de gás, mas é preciso colocar de xistos entre aspas, subentendendo o gás suplementar que apareceu no mercado. No Irão há um tesouro de gás que não foi utilizado, chamem-lhe como quiser: de xistos, natural. E é possível começar a explorar o jazigo em sete anos.

A. Oganecian: Havia a opinião de que o lançamento pelo Iraque e Líbia de recursos energéticos para o mercado mundial poderia mudar o mapa geopolítico do mundo e a política geo-energética. Porque é que isso não aconteceu?

Iu. Chafranik: As causas são políticas. Hoje, o tema da Síria atirou o Iraque para segundo plano. Infelizmente, devo dizer que, no Iraque, diariamente morrem pessoas. A quantidade de mortos aí em 2013 é incomparavelmente maior do que na Síria. É difícil desenvolver intensivamente a extração de recursos energéticos com semelhante instabilidade. Mas o processo avança, pelo que compreendo, não obstante essas dificuldades. A “LUKOIL”, por exemplo, começou, em alguns anos, a realizar uma exploração real grande. Por isso, tudo ain-

da está para vir. Estes desafios simplesmente se estendem no tempo, mas continuam.

A. Oganecian: A Síria é vista como um corredor alternativo para os oleodutos?

Iu. Chafranik: Quando há petróleo, encontra-se sempre alternativa. Se não for através da Síria, será através da Turquia.

Um sério acontecimento petrolífero do ano passado, de que pouco se falou, foi o facto de o Curdistão ter construído um oleoduto através da Turquia. Isso faz esperar grandes mudanças geopolíticas. Visto que o Curdistão esteve sempre ligado apenas com o Iraque, entre eles existiam complicações. Mas logo que o Curdistão receba uma saída direta para além do Iraque, o quadro mudará radicalmente. Quando existe petróleo, ou uns, ou outros canais são utilizados.

Mas para que essa região comece a levantar-se na extração de gás e petróleo, é preciso que aí reine a calma. O Irão, o Iraque e a Síria estão hoje muito ligados entre si. E a estabilização da situação em torno do Irão é incomparavelmente mas importante, se não se tiver em conta as vítimas humanas, depois a Síria e, depois, o Iraque.

A. Oganecian: Qual a essência da discussão em torno do Oleoduto Transcáspio

Iu. Chafranik: Quando eu era ministro, nós estudámos o tema do Mar Cáspio. Então e hoje, estou convencido de que, visto que este mar é único, a comunidade mundial (e a Rússia deve desempenhar aqui o seu papel) precisa de proibir a construção de um oleoduto através do Cáspio. Porque qualquer avaria numa bacia ecológica tão fechada: no mar vive 80% de todos os peixes da família do estrujão, pode provocar um dano irreparável. Não se poderá comparar ao Golfo do México. Eis a principal causa porque é necessário proibir aí a realização de todos os projetos. Será melhor ladearem o Cáspio.

A. Oganecian: O sr. defende a diversificação de fornecimentos dos nossos combustíveis para o Oriente, para os países da Região Asiática do Pacífico. Os fornecedores de recursos energéticos americanos e do Médio Oriente também estão virados para lá. Na realidade as nossas companhias aguentarão a concorrência com eles?

Iu. Chafranik: A concorrência, nos últimos cinco-seis anos, tem aumentado. Realmen-

te, outros países têm a possibilidade de extrair gás de xistos, combustíveis mais baratos, e tudo isso são desafios. Mas aí temos posições bem boas. Temos um gasoduto, os terminais desenvolvem-se. Trabalha a primeira fábrica de gás liquefeito, que produz quase 10 milhões de toneladas.

Mas outra questão é que as nossas companhias internas não são eficazes. Nem todos, mas a maioria.

No plano positivo, gostaria de destacar a “Surgutneftegaz”. No nosso país pouco se fala dessa companhia. Ele é bastante fechada do ponto de vista da informação, mas extrai 12%, perfura 25% do volume total na Rússia. E a perfuração, como já aqui falámos é uma coisa cara.

Em geral, os nossos indicadores de mercado quanto à costa oriental podem ser perfeitamente concorrentes com outros.

A. Oganecian: Os acontecimentos na Ucrânia, as relações entre a Rússia e a Ucrânia na esfera do petróleo e do gás. Irão elas desempenhar um papel determinante nas nossas inter-relações?

Iu. Chafranik: O leque das nossas relações é muito amplo, mas logo que começamos

a reduzir as relações à esfera do gás e do petróleo, surgem conflitos.

Quando eu ocupava o cargo de ministro (1994-1995), foi assinado um acordo entre governos sobre a trasição, durante um ano, para preços mundiais do gás e do petróleo. No que respeita ao petróleo, isso não provocava demasiadas complicações. Quanto ao gás, avançámos para situações de compromisso: ou sob a forma de ajuda, ou sob outras formas. Nestes casos, é costume dizer-se: é melhor darmos dinheiro, mas a economia deve ser saudável.

É necessário passar para as corretas correlações mundiais de preços, então a economia recuperará. Vamos ajudar de outra forma: investir no ramo, isto, claro, se a Ucrânia autorizar. Isto é o primeiro.

Segundo, o que não foi conseguido lançar, embora se tenha tentado todas estas décadas: os processos integracionistas na esfera do petróleo e gás.

Nos 20 anos passados existiu tanta coisa boa nas relações entre os países: bons acordos, amizade. Realizámos em Surgut uma reunião, o próprio Presidente Kutchma esteve lá, ele veio a Khanty e a Yamal. Na reunião discutiu-se a possibilidade de realizar um projeto conjunto: extraam, tenham lucro,

invistam novamente e extraam o vosso gás ou petróleo. Mas as falsas noções políticas sobre a independência não deixaram realizar isso, o que me continua a deixar espantado.

Nós trabalhamos com a Holanda, a Inglaterra e com o Cazaquistão. Mas considero que a Ucrânia não pode ser mais míope e hostil em relação ao povo irmão.

No nosso país, sempre demos grande valor aos perfuradores de Ivano-Frankovsk. Agora imagine o que é preciso se duplicarmos a perfuração. Isso implica um grande número de excelentes perfuradores, conhecedores da tecnologia a quem se pode confiar o processo de perfuração hoje. É possível que estes perfuradores de Ivano-Frankovsk já se tenham dispersado. Eis uma fonte de quadros: restabelece-a e trabalha, perfura, explora. E foram muitos semelhantes episódios ligados aos recursos laborais, projetos conjuntos, até foram assinados acordos. E eles não foram realizados em primeiro lugar, por muito triste que seja, por razões político-independenistas: a dependência em relação à Rússia. Claro que tudo isso espanta e fere. É mais fácil entrar na Ucrânia com investimentos sob a bandeira inglesa.

Falamos dos gasodutos. Construimos o "South Stream",

abrimos outras direções no que respeita ao gás só porque não conseguimos resolver os problemas do transporte, da utilização comum, etc. Quem fica a ganhar com isso? A Europa. Nós construímos do norte, do sul. E se construírem o corredor de Cáspio? Quem perde? A Rússia que já gastou muito dinheiro e a Ucrânia que fica privada do trânsito, os tubos envelhecem, o gás é cada vez menos.

Isto é um paradoxo que uma pessoa razoável não pode entender. Eu não abordo agora a política, falo da energia. A não tem outra alternativa além de ser forte e atraente. Nós estamos atrasados no que respeita à atratividade no campo dos investimentos. E as pessoas da Ucrânia devem ir ganhar dinheiro e realizar-se. Onde? Nas imensidões da Sibéria. Eles devem estar convencidos de que a sua energia será melhor paga do que na Europa. Para onde vai ele trabalhar por conta de ontem? Ele tem qualificação, goza de procura. Esta é uma tarefa das tarefas.

A. Oganecian: O senhor exprimiu a ideia de que os baixos preços do gás, dos combustíveis influem negativamente na economia. Mas temos também outro exemplo. Visto que a Bielorrússia é um estado aliado, ele goza de privilégios com bases políticas legais. O preço mais baixo do gás para os seus vizinhos mais próximos não perverte sempre?

Iu. Chafranik: O senhor tem toda a razão. Com a Bielorrússia cruzam-se consequentemente os interesses económicos. A base económica forma-se com base em decisões políticas dos presidentes dos dois países, dos parlamentos. Quanto menor são os preços, melhor se está na Rússia.

Com a Ucrânia poderia ser a mesma coisa. Preços mundiais são preços mundiais. Mas logo que começámos projetos conjuntos, podemos dar-lhes jazigos a outro preço, garantir o transporte, ele vende o seu gás mais barato e, claro, isso dará um impulso. A Bielorrússia e a Rússia são um exemplo claro.

Apresento outro exemplo claro. Os EUA. Nos últimos seis anos, eles aumentaram a perfuração de 60 para 100 milhões de metros. Nós perfuramos 20 e ficamos contentes, mas eles perfuram 100. Nos últimos seis anos, na América aumentaram significativamente as encomendas de perfuradoras, teve lugar uma reanimação da indústria: claramente 40% de emprego nesses ramos, nos serviços.

Os EUA. Nos últimos seis anos, eles aumentaram a perfuração de 60 para 100 milhões de metros. Nós perfuramos 20 e ficamos contentes, mas eles perfuram 100. Nos últimos seis anos, na América aumentaram significativamente as encomendas de perfuradoras, teve lugar uma reanimação da indústria: claramente 40% de emprego nesses ramos, nos serviços.

Além disso, eles reduziram para metade o preço do gás para os consumidores industriais. Era 2,5 vezes superior ao nosso, mas agora é inferior. Imagine o impulso que deu a indústria americana na exploração de gás e petróleo. Simplesmente pegaram em muito dinheiro e começaram a extrair. Nós devemos seguir esse exemplo não só cooperando com a Bielorrússia, a Arménia ou até a Ucrânia, se esta encontrar formas de entrecruzar as nossas economias. Devemos utilizá-lo na nossa economia. Nós podemos e devemos fazer isso.

Международная



ЖИЗНЬ

BRICS: já não são só cimeiras

Andrei Klimov

Vice-presidente do Comité para Assuntos Internacionais do Conselho da Federação, doutor em ciências económicas



Até há pouco tempo, muitos dos que profissionalmente falam e escrevem sobre os BRICS enfrentavam algumas dificuldades. Nos cinco anos passados, os encontros periódicos dos chefes de estado inicialmente de quatro (BRIC) e, depois, de cinco países (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) pareciam mais um clube político: um novo espaço para a discussão de questões globais entre as maiores potências dos continentes eurasiático, sul-americano e africano. As discussões das cimeiras adquiriram um carácter cada vez mais profundo e alargaram gradualmente a temática das questões discutidas, mas esse tipo de factos, por si só, não significaram ainda o aparecimento formal de uma nova união (embora, o formato dos BRICS frequentemente, tenha sido assim chamado nos órgãos de informação).

Mais, os peritos melhor informados assinalam que, até à criação de semelhante união de países BRICS (mesmo que exista vontade de todos), será necessário percorrer um caminho ainda maior.

É verdade que os países da aliança informal descrita têm, realmente, numerosos interesses comuns e traços semelhantes (nenhum deles, por exemplo, sendo auto-suficiente, faz parte de quaisquer uniões económicas e político-militares ocidentais e não se coíbe de defender o seu próprio ponto de vista na arena política internacional).

Além disso, as suas economias potencialmente completam-se e encontram-se numa fase de desenvolvimento. Mas até o aparecimento de instituições conjuntas *de jure* dos BRICS (do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do fundo financeiro) não elimina, por enquanto, as diferenças e complicações objetivas existentes para a transformação numa completa união internacional de estados.

Por exemplo, as ligações económico-comerciais existentes entre os países BRICS não mostram uma cooperação profunda e multi-

lateral entre eles. Talvez sejam uma exceção os laços económicos bilaterais dos países participantes do “clube” com a China. No que respeita, por exemplo, à troca de mercadorias ou ao volume de investimentos mútuos entre o Brasil e a Rússia, a Rússia e a África do Sul ou o Brasil e a Índia, África do Sul e Brasil, por enquanto, os números são, moderadamente falando, muito modestos.

Não existem também entre os países BRICS projetos de vulto multilaterais mutuamente vantajosos (embora já os haja entre alguns pares de países). Não nos podemos esquecer igualmente do facto evidente que se a Rússia, a Índia e a China se encontram praticamente uns ao lado dos outros, os dois restantes parceiros estão afastados da “troika” eurasiática por milhares de milhas e oceanos. Finalmente, quanto a toda uma série de posições sensíveis na arena mundial, nós somos concorrentes de facto ou não temos posições próximas.

Semelhante situação é em parte explicada pela clara juventude do formato BRICS. Como termo de comparação: os países da UE fizeram um caminho dez vezes mais longo para o seu atual nível de interação (que continua a estar longe da harmonia plena e da falta de problemas). Mas não se trata apenas da juventude evidente dos BRICS: o programa conjunto de interação estratégica dos países participantes para um futuro próximo apenas foi formulado nos traços mais gerais ao nível de declarações políticas conjuntas e apenas começa a completar-se com mais laços horizontais a outros níveis e noutras esferas de interação.

Como exemplo abordo duas dessas esferas, porque o autor tem relação com cada uns deles: a dimensão parlamentar e partidária dos BRICS.

Tendo como fundo uma interação bastante ativa dos chefes dos estados BRICS (os seus encontros decorrem agora nas mais diversas áreas internacionais, e não só no quadro de cimeiras anuais), dos encontros ministeriais, dos contactos dos peritos governamentais sobre questões da economia, finanças, etc., as relações entre parlamentares e representantes das forças sócio-políticas (em primeiro lugar, dos partidos políticos) encontram-se na fase de elaboração mais precoce. Contudo, penso que esta esfera de interação pode ser útil nas fases mais precoces.

Como é sabido, na cimeira brasileira dos BRICS de 2014 foi aprovado um documento que determina os parâmetros do futuro banco conjunto, foi assinado o Estatuto do NBD, as partes comprometeram-se a dar as respetivas contribuições financeiras (nos primeiros tempos, trata-se de uma quantia de 2 mil milhões de dólares de cada participante). Semelhantes documentos exigem a rati-

ficação dos nossos parlamentos e das instituições no quadro dos orçamentos nacionais das citadas contribuições.

Desse modo, já na atual fase do projeto dos BRICS é necessário um acompanhamento parlamentar constante e cuidadoso. Além disso, o posterior alargamento e aprofundamento da cooperação do “quinteto global” pode muito bem implicar a aprovação de novas leis nacionais, bem como a harmonização de alguns aspetos da legislação dos países participantes.

Além do mais, os nossos parlamentos cumprem, como é sabido, não só a função legislativa, mas são também órgãos representativos do poder dos nossos povos. Por conseguinte, se se trata de uma parceria estratégica universal no formato dos BRICS (e trata-se precisamente disso), é simplesmente indispensável complementar semelhante processo com a cooperação dos nossos deputados. As experiências de trabalho e dos países da UE, bem como a experiência nacional de cooperação no quadro da CEI, os processos de integração na Ásia, África, América Latina falam por si.

O que foi dito não significa uma política de formação imediata de uma espécie de parlamento dos BRICS. Até o trabalho nesse sentido entre os países participantes da União Económica Eurasiática encontrou sérias reticências dos nossos estimados parceiros que não estão prontos para (como lhes parece) a aproximação política sob a forma de criação de um parlamento supra-estatal semelhante ao Parlamento Europeu.

Isto não obstante a União Eurasiática ter sido, digamos diretamente, criada pelos seus participantes durante duas décadas de trabalho conjunto nos formatos da CEI e da Comunidade Económica Eurasiática e os nossos povos terem experiência de vivência conjunta e de atividade comum em todas as esferas durante séculos. Embora, penso, que foi precisamente a última circunstância (medo do fantasma da URSS por parte de uma série de elites nacionais) que serviu de travão na via do desenvolvimento da dimensão parlamentar do processo de integração eurasiático.

Nas relações dos países membros dos BRICS, o “fator soviético” não se sente, mas aí há outras causas restritivas. Algumas delas nós já assinalámos acima (incluindo a juventude dos BRICS, a ausência prática de institutos e projetos conjuntos, à exclusão do BND e grupo de divisas, que apenas foram declaradas no papel). Esta lista poderia ser completada com mais uma circunstância restritiva como o número significativo de custos financeiros.

Claro que os países do “quinteto” não necessitam de manter um número tão grande de tradutores como, por exemplo, no Parla-

mento Europeu, aí poderia passar-se perfeitamente com quatro línguas (inglês, chinês, russo e português). Porém, as viagens para as sessões de um hipotético parlamento em qualquer um dos países dos BRICS conduzem automaticamente a despesas de muitos milhões, comparáveis com os gastos de toda a restante atividade inter-parlamentar desses estados. Tanto mais caro seria a formação de um centro parlamentar permanente dos BRICS.

Por fim, sinceramente falando, num futuro próximo é difícil imaginar uma ordem do dia completa de semelhante órgão internacional que trabalhe numa base permanente, a interação dos parceiros dos BRICS, digamos assim, ainda não chegou a um nível que exija, mesmo num futuro visível, um acompanhamento permanente de um órgão parlamentar supranacional. Finalmente, não considero que os países dos BRICS estejam prontos, em princípio, a concordar com a existência sobre eles de um verdadeiro órgão legislativo internacional (análogo do Parlamento Europeu).

O que é preciso e se pode fazer nesta esfera nos próximos 3-5 anos? Do ponto de vista do autor, são possíveis os seguintes passos (a sua sequência pode mudar dependentemente das condições externas reais):

- O reforço das ligações parlamentares bilaterais. Hoje, claro que essas ligações existem, mas o seu nível é bastante variado (o nível mais alto foi conseguido, nos últimos anos, nas relações dos parlamentares da Rússia e da China).

- Para o aperfeiçoamento da prática de consultas inter-parlamentares dos países dos BRICS nos palcos internacionais poderia utilizar-se, em primeiro lugar, as possibilidades da União Inter-parlamentar mais antiga e prestigiosa, que realiza as suas assembleias em Genebra (na UI estão representadas delegações dos parlamentos de todos os países dos BRICS).

- A cooperação entre os comités parlamentares com o mesmo perfil dos países dos BRICS, em primeiro lugar dos comités para assuntos internacionais, que, sempre que necessário, poderiam ser completados por representantes de outros comités. Para informação: na UE, não obstante a criação do Parlamento Europeu, há uma prática, organizada há muito e com bons resultados, de encontros permanentes de comités do mesmo perfil dos parlamentos nacionais dos estados da União Europeia.

- Encontros regulares de dirigentes dos parlamentos dos países dos BRICS.

- Formação de uma assembleia de parlamentares dos países dos BRICS com base nos delegados dos respetivos parlamentos na-

cionais (segundo o tipo da Assembleia Inter-parlamentar da CEI, União Inter-parlamentar ou APCE).

Claro que a enumeração acima feita não esgota todas as possibilidades de semelhante forma de diálogo entre parlamentos.

A dimensão partidária dos BRICS ainda está menos desenvolvida, embora, nas condições da globalização e da vida política intensa, da sua saída brusca para além das fronteiras nacionais e da potente influência dos recentes acontecimentos da política externa na política interna e no clima político de muitos países modernos (incluindo a Rússia), mostre que esse formato seja necessário.

Não posso afirmar que o autor aponta algo completamente novo e extraordinário. A experiência de interação internacional entre partidos começou a aparecer já nos meados do séc. XIX. Não se pode esquecer, por exemplo, K. Marx e F. Engels, que fundaram a “União dos Comunistas” com base nos seus seguidores de diferentes países da Europa ainda em 1847, precedente da Primeira Internacional.

Entre os exemplos modernos pode-se citar união internacionais inter-partidárias tão conhecidas como a Internacional Socialista (fundada em 1864, reiniciou a atividade em 1951, reúne mais de 150 partidos de 126 países) ou o Partido Popular Europeu (criado em 1976, inclui mais de 70 partidos europeus da ala direito-conservadora de 39 países).

É verdade que semelhante tipo de união (em todo o caso, formal) baseia-se no princípio ideológico, têm programas e “valores” semelhantes. Ao mesmo tempo, no mundo moderno, começa a desenvolver-se mais um processo curioso: a formação de palcos inter-parlamentares sólidos e prestigiosos, baseados não no princípio ideológico, mas regional. Apresentamos como exemplo a Conferência Internacional de Partidos Políticos Asiáticos (CIPPA).

Trata-se de uma estrutura relativamente jovem. A sua primeira Assembleia Geral realizou-se na charneira dos milénios: em 2000 em Manila, mas, hoje, sob a bandeira da CIPPA trabalham 359 partidos políticos parlamentares de mais de 50 países da Ásia. A Rússia está representada na CIPPA por três partidos: “Rússia Unida” (o autor desta linhas, enquanto militante da RU, faz parte do Comité Permanente da CIPPA e é um dos coo-presidentes das suas assembleias gerais), a “Rússia Justa” e o Partido Comunista da Federação da Rússia. A propósito, na CIPPA há representantes da Austrália e Nova Zelândia.

Baseando-se na sua experiência, começa a formar-se estruturas semelhantes noutros continentes: em África (Council of African Political Parties — CAPP) e na América Latina (Permanent Con-

ference of Political Parties in Latin America and the Caribbean — COPPPAL).

No que diz respeito à Europa, a situação aí é um tanto diferente. Não existe qualquer união partidária pan-europeia reconhecida. O Conselho da Europa, a dada altura, propôs a iniciativa de análise do papel e da importância dos partidos políticos nas condições atuais. Por coincidência, o respetivo fórum teve lugar durante o período russo de presidência no Conselho da Europa e, por isso, decorreu em Moscovo em outubro de 2006.

Sem entrar em pormenores sobre os debates de então, posso testemunhar, enquanto participante da comissão redatorial, que, segundo numerosos dos nossos colegas do UE, “os partidos políticos na Europa encontram-se num período de decadência”, sendo que os principais já pouco diferem nos programas e nos métodos dos seus principais concorrentes políticos e começando as “estruturas não partidárias” da sociedade civil, em primeiro lugar as diferentes ONG’s, a desempenhar um papel cada vez maior.

Nos últimos anos, semelhantes disposições na UE não mudaram muito, mas até aumentaram em alguns casos. É curioso que, entre os seus principais parceiros para lá do oceano, a vida sócio-política fundamental continuar a rodar em torno do “dueto” partidário tradicional (republicanos e democratas), que, a propósito, não tentam entabular o diálogo internacional entre partidos, nomeadamente com os principais partidos dos países aliados dos EUA.

Seja como for, mas nos países da Ásia, África e América Latina, os mecanismos partidários de cooperação internacional parecem aumentar as rotações, e não ao contrário. Só na China, o Partido Comunista da China, que dirige o país, tem uma Secção Internacional do CC onde trabalham numerosas centenas de especialistas qualificados, foram criados setores sobre todas as regiões do mundo, o estatuto do dirigente é equivalente ao de vice-primeiro-ministro e dos seus vices a ministros.

Semelhante abordagem (em escala inferior) é notória na África do Sul, onde o Congresso Nacional Africano se posiciona não só como partido dirigente com a maioria parlamentar e com o cargo presidencial, mas também como “importante força política de toda a África”, Não é por acaso que precisamente o Congresso Nacional Africano demonstra um certo ciúme para com o desejo de outros estados africanos criarem a já citada acima CAPP.

No que respeita à Índia, o Congresso Nacional Indiano, que liderava aí antes, realizava um trabalho ativo e planeado na esfera dos contactos internacionais entre partidos. Por exemplo, repre-

sentantes do CNI vieram à Rússia participar em congressos do nosso partido da maioria parlamentar (“Rússia Únida”), realizavam com a RU consultas sobre o alargamento das formas e métodos de diálogo inter-partidário.

Pouco antes da sua redundante vitória nas passadas eleições parlamentares de 2014, o Partido Popular Indiano, que veio substituir o CNI, enviou a Moscovo uma grande delegação de alto nível para reafirmar aos parceiros russos a intenção de continuar o diálogo entre partidos. Isso foi confirmado depois tanto no encontro no quadro da sessão do Comité Permanente da CIPPA em Vladivostok (30 de maio de 2014), como durante as consultas de trabalho em Colombo “à margem” da Assembleia Geral da CIPPA.

As coisas com o Brasil também são semelhantes. Em todo o caso, os contactos pessoais do autor com membros das secções internacionais dos partidos da coligação atualmente dirigente mostram que eles tencionam aumentar os contactos com a Rússia ao nível inter-partidário, “embora estejamos em diferentes hemisférios”.

É hora de assinalar que todos os nossos parceiros do diálogo partidário internacional mostraram-se claramente prontos a formar uma dimensão partidária dos BRICS. Aqui, tendo em conta a particularidade dos nossos sistemas políticos, na base poderia ser colocado o mesmo princípio da CIPPA: parceiros do diálogo poderão ser todos os partidos que têm a devida representação nos parlamentos nacionais (por exemplo, mais de 5%).

Nós discutimos também a possível temática para posteriores discussões num formato partidário multilateral. Claro que ela repete parcialmente a ordem do dia das cimeiras dos BRICS e a possível ordem do dia dos futuros debates parlamentares sob a bandeira dos BRICS, mas já hoje há toda uma série de questões que precisamente o formato partidário permite trabalhar com maior eficácia.

Assim, todos os participantes dos encontros de trabalho prévios concordaram que devemos elaborar uma atitude comum face à prática das chamadas “revoluções coloridas”, às tentativas de imposição às nossas sociedades a partir do exterior outros valores e dogmas frequentemente problemáticos, etc.

A cooperação e a coordenação de esforços no campo do apoio informativo e propagandista aos projetos conjuntos (tais como NBD) ou posições conjuntas face aos problemas atuais e importantes do desenvolvimento mundial.

Pode tornar-se praticamente útil a consolidação dos nossos esforços em diferentes campos internacionais (partidários, parlamentares, sociais) e em relação a terceiros países.

Claro que o autor está longe de ver as tendências e possibilidades analisadas apenas a cor de rosa. Chega-nos questões problemáticas também na fase mais inicial e durante o posterior trabalho conjunto. Há igualmente um certo ceticismo em relação a semelhante tipo de formatos no interior da Federação da Rússia.

Eu, por exemplo, às vezes depois de conversas com uma série de representantes do nosso poder executivo, fico com a impressão de que esses colegas veem nos formatos partidário e parlamentar dos BRICS (e não só dos BRICS) preocupações suplementares e não obrigatórias. Penso que semelhante atitude não nos ajuda eficazmente a fixar os êxitos diplomáticos atingidos da Rússia e a alargar a base de potenciais aliados para a solução destas ou daquelas questões nos interesses russos (nomeadamente no interior do próprio BRICS).

Ao terminar esta curta análise das esferas da interação complementar no quadro do novo formato internacional na véspera da presidência russa nos BRICS, não posso deixar de assinalar que as dimensões partidária e parlamentar da nova parceria prometedora podem incorporar-se bem também noutras estruturas formadas pelo “quinteto”. Se pusermos de lado as numerosas áreas que já se formaram entre os órgãos do poder executivo dos nossos estados, deve-se assinalar, pelo menos, mais duas estruturas: o Conselho Empresarial dos BRICS e o Comité Nacional de Estudo dos BRICS.

Finalmente, nas estruturas do próprio poder executivo poder-se-ia, hoje, elaborar programas especiais de alargamento da nossa interação ativa com os países BRICS. Por exemplo, penso eu que a Agência Federal “Rossotrudnitchestvo”, que tem uma boa experiência de trabalho com os países da CEI, poderia, com o devido financiamento, chamar a si muitos dos aspetos da cooperação humanitária com os países do “quinteto global”.

Em qualquer dos casos, os êxitos visíveis do desenvolvimento das relações dos países BRICS (que já preocuparam fortemente os nossos oponentes tradicionais e inspiraram os amigos) devem ser reforçados e intensificados não só pela linha dos chefes dos estados (o que, sem dúvida, é importante e indispensável), dos ministérios e departamentos, mas também noutras estruturas, que, se forem bem utilizadas, poderão dar a sua “mais-valia” para o interesse comum.



OTAN: avançando para o passado

Dmitri Danilov

*Chefe do Departamento de Segurança Europeia
do Instituto da Europa junto da Academia
de Ciências da Rússia, mestre em economia
dm.danilov@mail.ru*

A crise ucraniana fez que a OTAN emende não somente os seus planos, mas, inclusive, os próprios objetivos pelos quais esta aliança estava orientada anteriormente. As respectivas decisões devem ser concatenadas durante um prazo bastante curto para que a cúpula a realizar-se nos dias 4 e 5 de setembro no País de Gales, “destinada a formar o futuro da aliança”, possa examiná-las e aprovar. De acordo com Rasmussen, os países-membros da OTAN devem “tomar nesta cúpula decisões duras em vista da influência estratégica duradoura da agressão da Rússia sobre a nossa própria segurança”. O adjunto do secretário geral da OTAN Alexander Vershbow confirmou: “Agora teremos de avaliar, certamente, as conseqüências de eventos em torno da Ucrânia e, provavelmente, rever toda a nossa estratégia”.

Mas está bastante claro que a avaliação política da crise ucraniana e da sua influência sobre a futura transformação da OTAN já é um fato consumado. Enquanto que “antes da Ucrânia” a OTAN reconhecia que depois da retirada das tropas da Aliança do Afeganistão em 2014 a “época de operações termina e começa o período de concentração”, agora ela enfrenta um período novo, o de concentração operativa nos limites de contenção europeus “para estar totalmente prontos para reagir rapidamente à ameaça da força ou ao uso da força contra qualquer membro ou região da Aliança, incluindo os roteiros em que nós (isto é, a OTAN) teremos muito pouco tempo para a prevenção”.

DO AFGANISTÃO – PARA O PAÍS DE GALES – ATRAVÉS DE KIEV

Em 26 de março de 2014 o secretário geral da OTAN Fogh Rasmussen saudou durante o encontro com o presidente dos EUA Barack Obama “os passos que os EUA tinham dado em resposta a operações militares insensatas e ilegais da Rússia na Ucrânia”. Em vista disso Rasmussen e Obama ressaltaram a necessidade de consolidar a defesa coletiva. Portanto a OTAN retorna para a lógica de contenção da Rússia e irá efetuar respectivamente o seu pla-

nejamento e os preparativos militares. Muitos países da chamada “Europa nova”, em primeiro lugar, a Polônia e os Estados bálticos, insistiam de uma forma permanente e tenaz na consolidação da função de defesa coletiva na OTAN. Em novembro de 2010, no processo de aprovação da nova concepção estratégica da OTAN em Lisboa eles conseguiram impingir a decisão sobre o patrulhamento permanente do espaço aéreo do litoral báltico. Mais tarde, em novembro de 2013 a Aliança promoveu no litoral báltico e na Polônia grandes manobras militares “Steadfast Jazz”, no decurso das quais foi simulada a operação militar destinada a restabelecer a integridade territorial de um dos países-membros da Aliança, em conformidade com o artigo 5 do Tratado de Washington.

No entanto, na cúpula de Lisboa acabou por predominar de um modo geral uma posição mais realista, isto é, foi reconhecido que “a ameaça de ataque das forças armadas convencionais contra o território da OTAN é pequena”, embora esta ameaça não possa ser ignorada totalmente. Agora a OTAN declara que a Crimeia foi “anexada” pela Rússia e que “a Rússia comete agressão militar na Ucrânia” retornando desta maneira para a época de contenção mútua e revendo, respectivamente, as prioridades político-militares e o planejamento militar. “A defesa coletiva sempre foi missão principal da Aliança. Esta tarefa pode vir a ser mais prioritária do que algumas missões a que a Aliança se dedicava depois do término da guerra fria”, ressalta Vershbow. Moscou, por sua vez, conscientiza perfeitamente que “na OTAN sobrepujam os que querem retornar para a época da guerra fria e conseguir a nova consolidação da Aliança em torno do artigo 5 do Tratado de Washington”.

Está claro que na cúpula de Gales será aprovado o programa de consolidação da defesa coletiva na Europa, em primeiro lugar através da intensificação do treinamento militar, o que irá intensificar a lógica e as estruturas de contenção mútua. Na realidade Moscou recebe resposta à questão de princípios, debatida, ainda há pouco, na OTAN: para onde será reorientada a atividade operativa da Aliança depois da saída do Afeganistão. As antigas propostas sobre o incremento da cooperação técnico-militar, sobre o aumento da envergadura de jogos de guerra conjuntos, etc. deixaram de ser atuais. Na realidade, a OTAN retorna para a sua missão habitual que consiste em unir-se contra um adversário geopolítico. Depois dos acontecimentos na Geórgia e antes dos eventos na Ucrânia a Aliança procurou conter este adversário com declaração sobre a intenção de “avançar rumo à parceria estratégica de verdade” na base de respeito dos interesses mútuos. A Rússia vai par-

tir, assim como antes, da suposição de que “se trata das relações entre a maior potência militar e o maior bloco político-militar”.

A crise ucraniana colocou todos os pontos nos “is”. A guerra fria acabou por ser não concluída, e a Rússia acusa disso o Ocidente. Um jogo com soma zero determina as posições dos jogadores “desde Vancouver até Vladivostok”, e a OTAN retorna do Afeganistão para a Europa na qualidade do apoio político-militar do Ocidente nos seus esforços de conter a Rússia. A mais importante tarefa da OTAN, incluindo as que constam na ordem do dia de Gales, continua a consolidação da ligação transatlântica: por um lado, a Aliança deve garantir a participação adequada dos EUA na deriva dos interesses deste país rumo à Organização de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, e, por outro, aumentar a “aptidão de parceira” dos europeus, isto é, a sua contribuição para a segurança e defesa coletiva.

A guerra na Líbia tornou bem evidente que a Europa, além de ser incapaz de dominar semelhantes conflitos por conta própria, sem a participação dos EUA, nem sequer pode ser o seu parceiro em pé de igualdade. Os europeus não conseguem cumprir a decisão concatenada pela Aliança sobre a manutenção de despesas militares no nível mínimo de 2% (em 2013 somente a Grã Bretanha e a Grécia conseguiram ultrapassar este índice) e sobre a utilização de no mínimo 20% dos orçamentos militares para a aquisição de armamentos e materiais de guerra básicos (em 2013 somente a Grã Bretanha, França, Espanha, Noruega e Turquia cumpriram esta exigência).

“A disparidade na esfera de despesas de defesa no quadro da Aliança do Atlântico Norte aumenta. No período de 2007 (adotado como base na qualidade do período pré-crise) até 2013 a cota das despesas dos EUA aumentou de 68 para 73%. Em 2013 a parcela dos países europeus no total de despesas de defesa da Aliança do Atlântico Norte continuava, de um modo geral, diminuindo”. Em resultado disso, a OTAN “não consegue de maneira alguma garantir a distribuição justa das funções, riscos e obrigações”.

Como resolver estas tarefas agora, no contexto da crise do sistema europeu de segurança? Está claro que os EUA têm obtido novas possibilidades para consolidar as suas posições na Europa, restringir tentativas, — mesmo fracas e mal concatenadas dos aliados europeus de desempenhar um papel mais independente, especialmente no tocante à Rússia; que Washington obtém novas possibilidades para orientar a sua atividade para a via de apoio à missão europeia e das garantias dos EUA. A Europa procura, por

sua vez, aproveitar a situação a fim de consolidar a presença americana visto que ela não está em condições de aumentar a assistência material a suas ações transatlânticas. Além disso, a política oriental fracassada da União Europeia impede a formação de qualquer política anti-crise comum e a contenção da erosão política da União Europeia, exigindo a busca de pontos de apoio externos da unidade europeia, isto é, os culpados (a Rússia) e os parceiros fortes (os EUA). Está claro que neste caso a OTAN se torna uma instituição insubstituível que propõe instrumentos insubstituíveis.

A intervenção do secretário geral da OTAN Rasmussen no Instituto Brookings em 19 de março de 2014 “Por que a OTAN é tão importante para a América” foi dedicada à imperatividade do vínculo transatlântico. O secretário geral ressaltou que os “eventos na Ucrânia representam recordação severa de que a segurança na Europa não pode ser considerada como algo que se subentende automaticamente e que “tanto a Europa, como a América não podem resolver o problema sozinhos”. A tônica na defesa coletiva também reforça o fator de presença político-militar americana na Europa e das suas garantias a este continente. O mais importante apoio disso será o Sistema Europeu de Defesa Antimíssil, cuja construção não será realizada doravante dentro do espírito de orientação pelas preocupações dos russos e da busca de “garantias de ausência do alvo”, mas, pelo contrário, dentro do espírito de garantias da segurança euro-atlântica, para a qual a Rússia representa novamente uma ameaça potencial.

Será reforçado de alguma maneira o apoio europeu dentro da OTAN? Estariam prontos os europeus a “corresponder” aos EUA e a novos desafios à segurança europeia? No plano político, certamente, sim, embora no formato que ultrapassa os limites da OTAN para a Europa e América será difícil de harmonizar a “resposta” à Rússia. Isso pode diminuir a disposição de vários países europeus de apoiar a linha rígida dentro da OTAN. Quanto ao plano prático de princípios, o mais provável que nada mude: os apelos de cerrar as fileiras e de consolidar a segurança são insuficientes para que os países europeus destinem recursos complementares para a defesa coletiva nas condições da situação econômico-financeira extremamente difícil e de concorrência rígida. Além disso é preciso destinar grandes meios para a Ucrânia, especialmente se a União Europeia pretende assinar, afinal, o acordo de associação com este país.

O mais provável que a intensificação, que se delineia, de incorporação político-militar dos EUA na Europa será para a maioria

dos aliados da América um sinal de que esta tarefa já está resolvida pela crise ucraniana, e que a defesa coletiva e a contenção poderão ser garantidas assim como antes, sem sobrecarga dos orçamentos nacionais dos membros europeus da OTAN. É evidente que de um modo geral esta situação convém por enquanto a Washington. É pouco provável que os EUA possam contar com contribuições extraordinárias da Europa para a defesa coletiva mesmo com o “argumento” ucraniano. Em compensação, agora Washington obtém um meio forte de influência na Europa, as orientações atlânticas dos aliados europeus tornam-se mais patentes e impedem de cair eventualmente no revisionismo, especialmente em vista do fato de que os europeus carecem de ações líquidas para votar no Conselho de diretores (da Aliança do Atlântico Norte).

A OTAN não para de ressaltar a sua séria preocupação com a concentração das Forças Armadas da Rússia junto da fronteira ucraniana e com a provável intervenção da Rússia no sudeste da Ucrânia. Kiev clama pela defesa: “A Rússia não renunciou ao plano de ataque contra o território da Ucrânia chamado ‘Primavera Russa’ e mantém o exército de 100 mil homens na fronteira”, afirma Andrei Parubi, chefe do Conselho Nacional da Segurança e da Defesa da Ucrânia. Apesar de desmentidos da Rússia e ausência de quaisquer provas, os EUA falam da atividade militar provocadora da Rússia e o secretário geral da OTAN, da “continuação da pressão militar da Rússia sobre a Ucrânia”. Moscou supõe que esta campanha sem precedentes a respeito da chamada ‘ameaça russa’ tem um único objetivo: convencer a opinião pública da justiça da política que visa o retorno da OTAN para as suas fontes, para a defesa coletiva, isto é, para a contenção da ameaça que vem do Leste”. E, como é natural, este objetivo é apoiado por os que defendiam também antes a missão conservadora “de defesa” da OTAN.

Ao responder à “ameaça russa” o ministro do interior da Polônia Bartolomeo Senkevich declarou que as autoridades polacas preparam-se para todas as variantes possíveis do desenrolar de acontecimentos, admitindo, inclusive, a possibilidade de uma “guerra quente” com a participação das forças armadas da Ucrânia e da Rússia, em que o “conflito militar rastejante..... pode chegar até a nossa fronteira (isto é, fronteira polaca)”. Já em princípios de março, isto é, antes do referendo de 16 de março na Crimeia, a OTAN organizou com urgência, a pedido da Polônia e em conformidade com o artigo 4 do Tratado de Washington, consultas (a respeito de uma questão que provoca séria preocupação de um Estado-membro na esfera de segurança). Estas consultas confir-

maram a solidariedade dos aliados. A OTAN tomou medidas com vista a elevar a prontidão combativa aumentando, em particular, mais de duas vezes o número de aviões que patrulhavam o espaço aéreo dos países bálticos. Foi também reforçado o sistema de controle, de reconhecimento e de aviso nas fronteiras orientais da Aliança — os aviões do sistema aéreo de alerta e controle AWAKS começaram a sobrevoar os territórios da Polônia e da Romênia. O ministro da defesa da Letônia Raimonds Vējonis declarou em 24 de março que travava diálogo com os EUA e com a OTAN sobre o alojamento de um contingente complementar na região báltica.

O ministro da defesa da Estônia Sven Mikser confirma isso: “Estamos interessados em que a presença da OTAN na região seja a mais forte possível..... Eu, e não somente eu, creio que a contenção reforçada deve ser garantida por tropas terrestres que podem ser sediadas na região báltica em regime permanente ou mediante a rotação, como se faz na Turquia”. Foi reforçada a presença da Marinha de Guerra Americana nos mares Mediterrâneo e Negro. O secretário geral Rasmussen anuncia a intenção de consolidar a defesa coletiva com todas as forças, — sejam elas terrestres, navais ou aéreas.

É característico que os ministros da defesa dos países-membros da OTAN apoiaram a soberania, independência, integridade territorial da Ucrânia e a inviolabilidade das suas fronteiras através da declaração especial de 26 de fevereiro de 2014. Foi uma manifestação da disposição da OTAN de empreender ações decididas que ultrapassem os limites de esforços político-diplomáticos. A seguir o ministro interino das Relações Exteriores da Ucrânia Andrei Deschisa informou que “tinha entregue à OTAN a mensagem solicitando a utilização de todos os meios à sua disposição a fim de defender a integridade territorial e a soberania da Ucrânia, para defender o povo ucraniano e objetos nucleares que se encontram no seu território.

O secretário geral da OTAN confirmou a necessidade e a disposição de reforçar o apoio à Ucrânia mediante a intensificação da colaboração política e militar. A esfera de atividade principal seria a contribuição para a “transformação das Forças Armadas Ucranianas em organização moderna e eficiente, capaz de garantir a contenção segura e a defesa contra ameaças militares”, assim como a consolidação da aptidão das Forças Armadas da Ucrânia de realizar operações em conjunto com a Aliança e a intensificação da participação ucraniana nas manobras militares da OTAN. A Aliança mandou para a Ucrânia um grupo de peritos especializa-

dos na “ajuda consultiva na garantia da defesa da infra-estrutura crítica”. A julgar por tudo, esta última inclui objetos de âmbito estatal e de gestão administrativa. Moscou, por sua vez, apela à Organização para a Segurança e Colaboração na Europa, OSCE, e à sua missão, enviada para a Ucrânia.

Uma vez que as ações da OTAN são “resposta a Moscou” sob o slogan “Vamos defender a Ucrânia!”, elas não contribuem absolutamente para a desescalada do conflito, como o exorta o Ocidente, mas, pelo contrário, correspondem à lógica de uma nova confrontação e podem provocar a intensificação do perigo de guerra e o deslizamento rumo à confrontação em torno de uma outra linha divisória. A intensificação de exercícios militares da OTAN com a participação da Ucrânia e, provavelmente, no seu território nacional, o que coloca, na realidade, a Rússia na posição de agressor, vai intensificar inevitavelmente a tensão e aumentar o grau de geração de conflitos tanto na região, como nas relações entre a Rússia e a OTAN.

Nesta lógica confrontacionista não se pode considerar de irreais mesmo os roteiros de extensão da presença militar da OTAN para a Ucrânia. Além disso, a OTAN considera a assistência à Ucrânia como a sua parcela na responsabilidade geral do Ocidente de apoiar as aspirações euro-atlânticas da Ucrânia. No entanto, foi precisamente a “questão euro-atlântica” que se tornou fator da cisão cada vez mais funda da Ucrânia e da sociedade ucraniana provocando, afinal, o surgimento do “Euromaidan”. Embora as novas autoridades de Kiev declarem que não pretendem entrar na OTAN (segundo confessou o premiê interino da Ucrânia Arseni Yatsenyuk, — “somente para a preservação da unidade da Ucrânia”) e embora a própria OTAN não esteja disposta a estudar esta possibilidade no plano prático, o atual contexto de aproximação entre a OTAN e a Ucrânia e de aprofundamento da sua colaboração contraria evidentemente os objetivos declarados de restabelecimento da unidade ucraniana.

A Ucrânia e os seus parceiros ocidentais pretendem consolidar a cooperação militar nas condições de escalada da crise ucraniana que ameaça transformar-se em guerra civil. A Suprema Rada (parlamento) da Ucrânia já aprovou a lei “Da admissão das forças armadas dos outros Estados no território da Ucrânia em 2014 para a participação de exercícios militares”. Esta lei prevê a realização a partir de maio de 2014 de oito jogos de guerra, incluindo manobras com a participação dos EUA e dos países vizinhos — a Polónia, Eslováquia, Hungria, Romênia e Moldávia.

A Ucrânia pretende, por exemplo, promover no seu território juntamente com a Polónia exercícios de unidades da polícia militar “Ordem legal-2014”; os EUA irão participar de grandes manobras “Sea Briz-2014”; tropas mecanizadas da Ucrânia, Moldávia e Romênia irão realizar manobras conjuntas “Sul-2014”. A probabilidade de realização destas manobras é bastante problemática (em vista da sua geografia e legenda, que constam nos planos, e da desorganização da gestão das Forças Armadas da Ucrânia).

Mas quaisquer tentativas de realizar os planos traçados nas condições do conflito interno da Ucrânia irão virar um fator de desestabilização séria, irão elevar substancialmente o perigo de guerra na região e, como resultado, a conflituosidade político-militar entre a Rússia e o Ocidente. Não seria mais lógico declarar moratória para a atividade militar no território da Ucrânia? A OTAN exige da Rússia afastar as suas tropas da fronteira ucraniana pretendendo, ao mesmo tempo, intensificar a sua atividade político-militar.

Não se pode deixar de levar em consideração que a transferência das relações entre a Rússia e a OTAN para a esfera de contenção mútua abaixa o nível de comedimento mútuo. E existe o perigo de que a política de portas abertas da OTAN nas condições do ulterior agravamento das relações entre o Ocidente e a Rússia pode transformar-se novamente na extensão acelerada da Aliança para o leste. Em vista disso a Rússia acentua como especialmente importante a necessidade de “preservar fielmente o status do país não filiado a blocos, consagrado pela legislação ucraniana, e obter garantias deste status por parte de jogadores internacionais”. Caso contrário, não haverá a via de retorno e vai surgir a perspectiva real de uma nova confrontação militar. Por outro lado, é bem provável que precisamente esta variante seja o momento de contenção mais forte para o Ocidente. Além disso, as situações incertas e instáveis na Ucrânia e na Geórgia tornam a sua filiação muito problemática e representam um pretexto-argumento bastante forte contra o seu ingresso na OTAN.

Em vista dos eventos na Ucrânia, a questão de revisão do status neutro e de ingresso na OTAN pode surgir também na Moldávia. É significativo que o adjunto do secretário geral da OTAN A. Vershbow visitou pela primeira vez Quichinau (Chişinău), capital da Moldávia, precisamente na situação da crise ucraniana e que a Moldávia participou então pela primeira vez de uma operação da OTAN (em Kosovo). Vershbow não deixou de assinalar, como é natural, o status neutro da Moldávia mas depois de congratular

Quichinau pelo avanço rumo à associação com a União Europeia ressaltou que a “integração europeia avança de mãos dadas com relações mais estreitas com a OTAN visto que ambas as organizações têm como base os mesmos valores”. O delineamento desta perspectiva euro-atlântica da Moldávia, que inclui a orientação pela OTAN, pode acarretar para Quichinau a repetição prática do roteiro ucraniano, isto é, renúncia à região de Transdnestr, rompimento de relações com a Rússia e desestabilização política e econômica interna. Por outras palavras, o roteiro de admissão destes países na OTAN afigura-se por enquanto pouco provável mesmo nas condições da terceira crise nas relações entre a Rússia e a OTAN (a primeira crise deu-se na Jugoslávia em 1999 e a segunda, na Geórgia, em 2008).

POLÍTICA DE PORTAS NÃO FECHADAS

Os argumentos, apresentados pela OTAN a fim de fundamentar a sua posição atual, que tinham sido publicados no seu site oficial sob o título “Acusações à Rússia: vamos colocar pontos nos ‘is’ não estão dirigidos, na realidade, à Rússia. Estes argumentos registram divergências fundamentais, enquanto as preocupações sérias da Rússia e a sua discordância da posição da OTAN são taxadas de inconsistentes, artificiais e ilegítimas. Acontece, todavia, que a Rússia conhece e sente a “sua verdade”, jamais fez dela um segredo e parte desta verdade. A OTAN colocou somente agora todos os pontos nos “is” embora sempre compreendesse que a Rússia não é uma parte do Ocidente em expansão, que ela é “diferente”, outra, perigosa.... Portanto, é preciso a contenção geopolítica camuflada com a retórica sobre a parceria em prol da criação de “espaços comuns”.

Mas como mostrou a crise ucraniana, os espaços jamais foram percebidos como algo comum. A Rússia falava disso abertamente (na interpretação ocidental — a política de zonas de influência), enquanto que o Ocidente camuflava com o biombo de desafios-interesses comuns a política prática de ampliação da sua própria zona de “liberdade e segurança”. Agora a OTAN acusa a Rússia daquilo que a Rússia imputava anteriormente à OTAN — violação das normas do direito internacional, agressão armada, violação da soberania e da integridade territorial de um Estado-membro da ONU e, afinal de contas, a destruição da ordem internacional existente e a criação de novas linhas divisórias profundas na Europa. Moscou, e não somente Moscou, interpreta estas acusações como prova evidente da política ocidental cínica de padrões duplos. “Es-

ta política gerava inevitavelmente algo semelhante à “síndrome de Weimar” na grande nação, cuja dignidade e interesses eram espezinhados”.

A Rússia, que não é uma parte do Espaço Euro-Atlântico, pode defender os seus interesses mesmo nas condições da Europa dividida ora como parceiro do Ocidente em pé de igualdade, ora como o seu oponente. Ultimamente Moscou fez tentativas de equilibrar estas duas linhas, isto é, procurava desenvolver a parceira aproveitando para isso a onda amortecida de reinicialização. É evidente que parceira em pé de igualdade não deu certo e Moscou, que não contava mais com a compreensão, teve que rever a sua estratégia à custa da consolidação interna e na qualidade de oponente ao Ocidente. Na expressão do presidente Vladimir Putin, a mola russa que sofria pressão incessante do Ocidente, acabou por descomprimir-se. “As lições de Kossovo, Iraque e Líbia não serão esquecidas”, ressaltou Alexander Gruchko, representante permanente da Federação da Rússia junto da OTAN, ao responder à declaração sobre a “legitimidade indiscutível” das posições e das ações da OTAN de apoio ao “governo de vencedores” em Kiev. A OTAN reconhece, por sua vez, que jamais considerou semelhantes preocupações russas como legítimas e fundamentadas e imputa à Rússia a falta do desejo de “corresponder aos sentimentos” da Aliança que a convidava a se tornar “parceiro privilegiado”, sem levar em conta as divergências existentes.

À luz da crise ucraniana, mesmo a “realização histórica” da cúpula de Lisboa, isto é, transferência das relações entre a Rússia e a OTAN para a vereda de parceria estratégica, dificilmente pode ser considerada como uma decisão sincera da Aliança. É sabido que Rasmussen reconheceu praticamente que a Rússia, tal qual o Ocidente a imagina hoje, era assim mesma também anteriormente: “É que não se trata de um incidente à parte. Este incidente é continuação do modelo de conduta. Da pressão militar e de conflitos congelados na nossa vizinhança. Região de Transdnestr, Ossétia do Sul, Abkhazia e, agora, a Crimeia. O traço comum destas crises é que um país grande resolve reescrever unilateralmente as regras internacionais. Num só instante e por si própria”.

A OTAN declarou que doravante as relações com a Rússia não podem continuar no mesmo trilho. A OTAN na congela relações com a Rússia, nem fecha a área do Conselho Rússia — OTAN para o diálogo político. Mas não está nada claro, aonde dá esta porta e o que isso significa no plano prático. É que a posição da OTAN em relação à crise econômica e à Rússia, que da sua parte em hipótese

alguma irá renunciar à sua posição, torna impossíveis quaisquer entendimentos compromissivos, mesmo no aspecto de formulações técnicas. A Rússia dispõe de outros endereços e de outras áreas para discutir a possibilidade de desescalada da crise e a perspectiva do diálogo direto entre Moscou e Kiev. Quanto ao diálogo com a OTAN na sua qualidade de aliança político-militar, este afigura-se sobretudo como simplesmente inconveniente.

Na qualidade de medida de resposta a Moscou o secretário geral da OTAN resolveu interromper contatos de trabalho com a parte russa no quadro do Conselho Rússia-OTAN. Esta medida foi tomada na véspera da reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da OTAN a realizar-se nos dias 1 e 2 de abril, em que se pretende reavaliar todo o conjunto de relações com a Rússia. É excepcionalmente difícil compreender, como nestas condições vai se realizar a interação prática e quais das ações, previstas pelo Programa de Trabalho do Conselho Rússia-OTAN em 2014 (o programa foi aprovado em 2013), será possível conservar depois do Conselho da OTAN de junho. Vários programas de colaboração foram anulados mesmo antes da reunião de Conselho de Ministros das Relações Exteriores, marcada para abril, incluindo manobras militares e outras ações conjuntas. Foi bloqueada a participação da Rússia na operação de garantia da segurança do navio americano “Cape Ray”, em que serão destruídas armas químicas da Síria.

Alguns países concretos da OTAN também tomam medidas análogas com vista a suspender a colaboração militar com a Rússia. Está sendo discutida a questão de fornecimento à Rússia de dois navios franceses “Mistral”, embora este projeto fosse considerado, na realidade, símbolo de desenvolvimento da cooperação técnico-militar. Mas a Rússia não recorre por enquanto a sanções de reação, nem a “respostas adequadas”. É sabido que a colaboração no Afeganistão não foi suspensa mesmo em agosto de 2008, quando a OTAN tinha congelado relações com a Rússia. Também agora o governo da Federação da Rússia tinha aprovado em 26 de março de 2014 a decisão de destinar para o Fundo Vinculado do Conselho Rússia-OTAN até 4,1 milhões de dólares para a manutenção de helicópteros no Afeganistão. Foi um sinal bem claro de que a Rússia está pronta de um modo geral a continuar a colaboração nas esferas de interesse mútuo. Este sinal foi especialmente importante na véspera da discussão da chamada “questão russa” na reunião do Conselho da OTAN em abril. É evidente que esta colaboração pragmática, reduzida ao nível da interação forçada, é o máximo a cujo respeito se pode fazer um acordo hoje em dia. Se é

assim, a porta para o desenvolvimento gradual da interação prática continua semiaberta, desde que a gravidade da atual crise diminua.

No entanto, o Conselho do Atlântico Norte acabou por adotar em 1 de abril de 2014 uma Declaração que confirma a revogação da cooperação militar e civil prática com a Rússia embora não anule o diálogo político no quadro do Conselho Rússia-OTAN. A revisão das relações com a Rússia foi transferida para a próxima sessão do Conselho da OTAN, marcada para junho. A OTAN conscientiza a absurdez de mais um congelamento de relações com a Rússia e por isso não renuncia totalmente ao diálogo político com ela, mas é pouco provável que a Aliança conte com a reanimação do Conselho Rússia-OTAN. É ainda menos provável que isso ocorra por iniciativa da Rússia. O fato de que praticamente não existe nenhum tema para o acordo é confirmado pela decisão da Assembleia Parlamentar da OTAN de suspender a colaboração com a Assembleia Federal da Rússia enquanto a situação na Ucrânia não mudar. A Rússia, por sua vez, reconvocou para consultas o coronel-general Valeri Evnevich, principal representante militar da Federação da Rússia na OTAN.

Os países-membros da OTAN insistem no documento final do Conselho, promovido em abril, em que a Rússia tome passos imediatos na esfera de desescalada do conflito em conformidade com a declaração da Comissão OTAN-Ucrânia de 1 de abril de 2014. Se o objetivo básico do documento é precisamente este, então é evidente que o conteúdo da declaração não lhe corresponde. A OTAN procura dirigir-se à Rússia não diretamente mas através da “porta ucraniana”, mencionando os seus acordos com as autoridades de Kiev que Moscou não reconhece oficialmente. Ao mesmo tempo a OTAN compreende perfeitamente que esta linguagem de ultimatoss, além de ser inadmissível nas relações com a Rússia, não deixa nenhuma chance de encontrar alguma base para um diálogo diplomático positivo entre a Rússia e a OTAN sobre a Ucrânia. Portanto, a variante de porta aberta para Moscou no Conselho Rússia-OTAN foi considerada “a priori” na OTAN como irreal e as chamadas “teses de abril” do Conselho do Atlântico Norte da OTAN visam a ostentação patente do apoio à atual direção ucraniana e em hipótese alguma a busca de desenlaces políticos no “triângulo” OTAN — Ucrânia — Rússia.

A Rússia e o Ocidente interpretam a crise ucraniana de maneiras totalmente diferentes. Para a Rússia, a incorporação da Crimeia no seu território é uma consequência da crise na Ucrânia que

tinha sido provocada direta ou indiretamente pelo próprio Ocidente. A opinião do Ocidente é contrária: a crise ucraniana (e europeia) grave foi provocada pelas aspirações expansionistas do Kremlin e pela tomada da Crimeia. Daí vem que o principal obstáculo para o restabelecimento, pelo menos, parcial, da colaboração é a interpretação da incorporação da Crimeia na Rússia como “uma tentativa ilegal e ilegítima de anexação”, e que a Rússia deve renunciar à incorporação da Crimeia de acordo com as exigências da Comissão OTAN-Ucrânia. Cumpre assinalar que foi utilizado o termo “tentativa de anexação” (e não o fato de anexação), o que deve apontar a inconsistência histórica da política de Moscou e a rigidez das exigências do Ocidente com vista a conseguir o seu retorno para a via da colaboração pan-europeia.

Estes requisitos, ao par de outras exigências respeitantes à “conduta da Rússia”, apresentadas no quadro da decisão da OTAN de suspender a colaboração prática, podem forçar Moscou a bater a porta. Neste caso irão perder ambas as partes, especialmente em vista do tema mais importante da ordem do dia, o do Afeganistão, e da futura retirada em fins de 2014 dos contingentes militares dos EUA e da OTAN do território deste país. A OTAN conscientiza bem isso. Apesar da decisão da OTAN de suspender a colaboração prática com a Rússia, a interação no Afeganistão, isto é, a luta contra o tráfico de drogas, o trânsito de cargas para o Afeganistão e o projeto “helicópteros” — deve continuar apesar de tudo. Fogh Rasmussen explicou em 1 de abril de 2014 que a colaboração no Afeganistão continua por força do “interesse comum na garantia da nossa missão do Afeganistão”. Agora a questão não consiste em saber o que é que a OTAN vai “admitir” no contexto da futura revisão geral de relações com a Rússia, mas, sim, na disposição de Moscou de “corresponder a este sentimento”. Com efeito, se Bruxelas fala da possibilidade de “preservar tecnicamente” a colaboração com Moscou no Afeganistão fora do formato da OTAN, então para que a Rússia iria retornar para o Conselho Rússia-OTAN, que está destituído mesmo de uma ordem do dia positiva mínima de cooperação?

O retorno para antigas relações é impossível — neste ponto Rasmussen tem plena razão. O novo paradigma das relações russo-ocidentais e a atual crise nestas relações já não permitem contar com a sua conclusão mediante a intensificação da colaboração “com o valor acrescido”, como ocorreu depois da guerra na Jugoslávia e, mais tarde, na Geórgia. A Rússia e a OTAN esgotaram este recurso: a reinicialização que resultou em mais um fracasso fundamen-

tal da política na Europa, não deixa chances a uma nova reinicialização. Para a Rússia e para a OTAN, na sua qualidade do fundamento político-militar do sistema euro-atlântico, agora é premente uma outra questão — evitar a escalada do conflito e a confrontação mútua. O vice-ministro da defesa da Federação da Rússia Anatoli Antonov ressaltou que “a ulterior colaboração com a Aliança na esfera militar será realizada de acordo com os passos práticos dos parceiros no tocante à chamada “contenção da Rússia”.

“A deriva da Rússia e da OTAN rumo à contenção mútua representa um desafio sério também para os seus parceiros que estão fora da Europa. Está claro já agora que muitos deles não estão prontos a concordar com a posição do Ocidente e com a resposta da Rússia. O presidente do Afeganistão Hamid Karzai reconheceu os resultados do referendo na Crimeia, apesar da dependência evidente do seu país em relação aos EUA e à OTAN e o período de transição extremamente complicado que o seu país atravessa. Esta sua posição é mais do que significativa. De que maneira e em que base política a OTAN irá desenvolver (de acordo com a Conceção Estratégica de 2010) “a ampla rede de relações de parceria com países e organizações no mundo inteiro”, se houver uma mudança de princípios nas orientações político-militares e nas prioridades operativas da Aliança? Está claro que independentemente do apoio por parte de diversos parceiros à posição da OTAN, a crise das suas relações com a Rússia e a perspectiva esboçada de reforço da contenção mútua, incluindo preparativos militares, alteram não somente o conteúdo, mas também o carácter da parceria potencial destes países com a Aliança, que se proclama “conjunto de 28 democracias mais fortes e soberanas do mundo”.



Direito Internacional e a questão da segurança da informação no plano internacional

Andrei Krutskih

*Embaixador itinerante do MNE da Rússia,
professor, doutorado em História*

Anatoli Streltsov

*Vice-director do Instituto para questões
de segurança da informação do MGU
M.V. Lomonosov, professor, doutorado em História,
doutorado em ciências técnicas,
doutorado em Direito*

É difícil sobrevalorizar a influência das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em todos os aspectos da vida humana, social e do Estado. A par dos benefícios evidentes no plano económico, social e cultural, o desenvolvimento e o aumento do papel das TIC no mundo moderno traz, inevitavelmente, novos riscos à segurança nacional e internacional. O mundo já assistiu a testemunhos reais acerca dos prejuízos causados pelo uso de TIC no fim, contrárias à Carta da ONU, bem como para fins criminais ou terroristas, podendo ser comparado às armas mais destrutivas. A lista de potenciais “alvos” de ataque com recurso a armas de informação integra não só os recursos da rede Internet, mas também a lista de infra-estruturas de importância estratégica para os Estados, na área da indústria, transportes, energia. Nesse quadro, a dimensão, e o nível tecnológico deste tipo de acção destrutiva continuam a crescer.

A dimensão da ameaça criminal, terrorista e político-militar no espaço da informação é reconhecida, sem excepção, por todos os países. A discussão acerca dos caminhos possíveis para garantir a segurança internacional da informação (SII) é levada a cabo há mais de uma década e meia. No momento actual, o problema chave deve-se à inexistência de uma base jurídica internacional que regule a acção dos Estados no que concerne à utilização das TIC, nomeadamente no plano militar.

Essas questões são estudadas pelo Grupo de peritos governamentais da ONU no âmbito da SII, criada em 2014, na sequência

da resolução russa “Desenvolvimentos na área da informação e das telecomunicações no contexto da segurança internacional”, aprovada no âmbito da 68ª sessão da Assembleia Geral da ONU. Há muitos anos que a Rússia redigiu o referido documento. A nossa resolução recebeu um apoio consensual, e a lista dos co-autores tem vindo a alargar-se de ano para ano (mais de 40 Estados em 2014).

O Grupo de peritos governamentais da ONU na área da SII reúne já pela quarta vez¹. Em 2010, a participação russa no Grupo culminou com um relatório, cujo conteúdo permitiu criar a base para a discussão no âmbito da SII. De acordo com D. Stokes, perito australiano que liderou o Grupo de peritos entre 2012 e 2013, o relatório do Grupo anterior “delineou o caminho” para a discussão de questões mais atuais nessa esfera, incluindo aspectos político-militares na utilização das TIC².

A presidência austríaca do Grupo terminou com um documento que reforçou o interesse global dos Estados na utilização pacífica das TIC. Além disso, no relatório do actual Grupo de peritos estatais foi atingido o consenso em relação a uma questão central — a utilização do Direito Internacional na esfera das TIC. No documento ficou fixada uma fórmula equilibrada: o Direito Internacional é globalmente aplicável nessa área, contudo, é preciso trabalhar num entendimento comum sobre a forma como deve ser aplicado, bem como no sentido em que deve ser adaptado.

É evidente que nem todas as normas jurídicas, formadas para serem aplicadas para os meios tradicionais da acção humana, podem ser aplicadas, automaticamente, no meio da informação. Por agora, no meio internacional, não foram desenvolvidos critérios de aplicação de Direito Internacional e metodologia da sua adaptação às Relações Internacionais, que surgem no âmbito das TIC. De registar a ausência, na comunidade internacional, de um entendimento face a determinadas questões que obstam à emergência de conflitos internacionais na utilização das TIC e desmilitarização do espaço de informação.

O mandato do novo Grupo de peritos, criado em 2014, passa por estudar as ameaças existentes e potenciais na esfera da segurança da informação, e da eventual criação de medidas conjuntas para a sua eliminação, incluindo normas, regras e princípios de comportamento responsável por parte de Estados, medidas de reforço da confiança, questões de utilização das TIC em conflitos e a forma como o Direito Internacional se aplica à utilização das TIC

por parte dos Estados. No final de quatro reuniões o Grupo é chamado a formular recomendações práticas que devem nortear um compromisso internacional.

Este artigo apresenta uma revisão detalhada das questões problemáticas que surgem aquando da aplicação do Direito Internacional à informática. Em redor dessas questões, em diversos fora internacionais, com especial destaque para a ONU, decorre, actualmente, uma discussão activa que reflecte as tentativas dos Estados em encontrar uma “panaceia” jurídica internacional contra as ameaças no espaço da informação. O objectivo do presente artigo passa não por criar “receitas” concretas, mas pela sistematização da discussão internacional.

1. Como é tratada a utilização ilegal das TIC no actual sistema de normas jurídicas internacionais?

No Direito Internacional não estão desenvolvidos os conceitos de guerra ou conflito armado. Além disso, não existe uma definição comumente aceite da guerra de informação, apesar dessas definições poderem ser encontradas nalguns documentos internacionais. O estudo dos sintomas da guerra de informação e o desenvolvimento de definições comumente aceites são essenciais, pois a utilização ilegal das TIC em disputas inter-estatais enquanto meio de força, tem um conjunto de particularidades, que dificultam a sua regulamentação jurídica:

- ausência de período “pré-guerra” e, conseqüentemente, a impossibilidade de definir o momento do início das acções de carácter bélico;
- o carácter transfronteiriço, ou seja a possibilidade de recorrer a acções militares essencialmente hostis através do uso ilegal das TIC em relação ao inimigo sem violar as fronteiras de seu território;
- TIC por si só não são armas, constituindo dificuldades em termos de qualificação deste ou daquele “ataque” realizado com recurso às TIC enquanto ataque armado.

A especificidade das TIC não exclui o facto de que atingir, através de qualquer guerra, nomeadamente de informação, objectivos de conquista ou aniquilação do inimigo contraria a Carta da ONU, nomeadamente quanto ao princípio da igualdade das soberanias dos Estados.

2. Poderá a utilização ilegal das TIC ser classificada enquanto agressão de acordo com a resolução GA ONU 3314 “Definição de agressão” de 1974?

De acordo com o Artº. 2 desse documento, a qualificação das acções dos Estados enquanto agressão é realizada com base nos princípios de aplicação às Forças Armadas, competitividade, critérios de perigosidade e hostilidade, independentemente do facto de ter existido declaração de guerra. Estes pontos podem ser aplicados à esfera da informação, contudo algumas das normas que constam no documento necessitam de ser adaptadas atendendo às especificidades das TIC. Por oposição ao entendimento tradicional quanto à agressão, o recurso ilegal às TIC não está ligado à entrada de Forças Armadas e ao recurso de meios militares de forma tradicional, o que dificulta a classificação da acção da informação enquanto acto de agressão.

3. Poderá o termo “armamento” ser aplicado às TIC?

Atendendo à ausência, actualmente, de actos de Direito Internacional que definam os ataques informáticos enquanto ataque armado, é difícil responder a essa questão. Todos os princípios estabelecidos de Direito Internacional que têm haver com conceitos como “recurso à força”, “acto de agressão”, “ataque armado”, subentendem a posse de armas e a sua utilização, nomeadamente no que concerne ao causar de danos materiais e conquistas de territórios de Estados em face a quem foi levado a cabo o ataque.

O termo “arma de informação” é utilizado num conjunto de documentos internacionais, adoptados no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e CEI, nomeadamente na adenda ao Acordo sobre a cooperação entre os Estados-membro da CEI (São Petersburgo, 20 de Novembro de 2013) na área da segurança da informação: “arma de informação — tecnologia de informação, meios e métodos, utilizados com o objectivo de levar a cabo a guerra de informação”. A definição de “guerra de informação” está no Artº. 1 do Acordo entre Governos de Estados-membro da OCX acerca da cooperação na área da segurança de informação no âmbito internacional (Ekaterinburgo, 16 de Junho de 2009) de acordo com o qual são sintomas da guerra de informação a influência em sistemas de transportes, comunicações e utilização de objectos aéreos, antimíssil e outros meios de defesa, em resultado do qual o Estado perde capacidade de Defesa perante o agressor e vê diminuída a capacidade de recorrer a meios legítimos de autodefesa, resultando na paralisia do sistema de governo e de decisão dentro dos Estados, ataques informáticos contra infra-estruturas críticas.

As abordagens propostas para a definição de conceitos-chave relacionados com o uso ilegal das TIC com o objectivo de pôr em causa a paz internacional, a segurança e a estabilidade, podem ser utilizados pela comunidade internacional enquanto base para desenvolver uma definição comumente aceite da arma de informação.

4. Que factos jurídicos, relacionados com o uso ilegal das TIC, podem qualificar-se como utilização de Forças Armadas (de acordo com o Artº. 39 da Carta da ONU) e gerar o direito de autodefesa (de acordo com o Artº. 51 da Carta da ONU)? Como definir o nível do prejuízo, após o qual, o recurso às TIC é considerado equivalente a um “ataque armado” (de acordo com o Artº. 51 da Carta da ONU)?

Em caso de recurso ilegal às TIC é difícil avaliar o dano físico, pois, por norma, os ataques não têm um carácter material (por exemplo a exposição de informação secreta no site WikiLeaks). Entre desafios actuais, enfrentados pela comunidade internacional, é possível avaliar determinado patamar de danos que resultam da utilização das TIC, e cuja ultrapassagem permite defini-lo como agressão.

Nesse quadro, será estudada de forma autónoma a decisão, tomada pelos Estados-membro da NATO, acerca do alargamento do princípio da defesa colectiva (Artº. 5 do Tratado de Washington) ao espaço da informação, o que, entre outras questões, está em desacordo com a posição assumida pelos Estados-membros da NATO acerca da pouca pertinência de desenvolvimento de novos acordos internacionais na área das tecnologias de informação e na adaptação “automática” das normas de Direito Internacional existentes.

5. Quais deverão ser os factos jurídicos por base da utilização ilegal das TIC, nomeadamente contra infra-estruturas críticas de informação, para legitimar o recurso à autodefesa (de acordo com o Artº. 51 da Carta da ONU) e como devem ser objectivadas? Que estruturas internacionais têm poderes para efectuarem a avaliação da objectivação dos factos jurídicos?

Imagine-se que, actualmente, o Irão (ou qualquer outro país que se encontra na sua situação) entrega uma queixa aos tribunais internacionais contra um ou vários países por terem organizado um ataque com recurso ao programa “Stuxnet” contra os aparelhos de centrifugação para enriquecimento de urânio, o que parece pouco provável, pois nas atuais condições de ausência de

regulamentação jurídica internacional nessa esfera de acção e, perante a inexistência de precedentes, nomeadamente no que concerne ao tipo de provas factuais necessárias para a concretização de uma acção legal internacional e como suportar a objectividade desses dados. Os problemas focados dificultam a acção da Justiça internacional na área da SII, sendo que, conseqüentemente, os Estados vêm-se forçados a escolher formas extrajurídicas quando reagem a ataques informáticos.

6. Como prevenir a utilização abusiva, por parte de Estados, da qualificação de factos enquanto utilização ilegal das TIC que em determinados contextos justificam a autodefesa? A realização do direito à autodefesa obriga à elaboração de critérios de justificação e proporcionalidade de determinadas acções.

7. Poderá olhar-se para a infra-estrutura de informação nacional enquanto infra-estrutura militar contra a qual, em situação de conflito causado pela utilização ilegal das TIC, se pode utilizar “armamento tradicional” ou TIC destinados à destruição das infra-estruturas acima referidas?

8. Que infra-estruturas de informação devem ser defendidas da possibilidade de utilização ilegal das TIC, atendendo a princípios humanitários?

Decorrendo do facto do Direito Humanitário Internacional definir a necessidade de garantir a segurança da população civil e de infra-estruturas, nomeadamente as essenciais para a defesa de civis (incluindo as estruturas críticas de informação), as normas do Direito Humanitário Internacional necessitam de sérias adaptações no que concerne ao desenvolvimento das TIC. Nesse quadro é importante ter em conta que as TIC não podem ser classificadas como objectos de entendimento do Direito Internacional Humanitário, pois as TIC são um termo comumente aceite para a definição de processos de trabalho sobre a informação tendo por base os sistemas informáticos, bem como métodos de procura, recolha, armazenamento, trabalho, apresentação e difusão da informação.

9. Através de que meios é possível garantir que sejam cumpridos os princípios da proporcionalidade e selectividade quando os ataques informáticos são levados a cabo? Será que se alargam as limitações do Direito Humanitário Internacional à utilização de diversas armas de informação (particularmente limitações ligadas à utilização de armas que provocam sofrimento acrescido e tendo uma acção não selectiva)?

10. Como evitar o recurso malicioso, por parte de Estados, na definição de sujeitos responsáveis pela utilização ilegal das TIC?

A qualificação da utilização ilegal das TIC como actos terroristas ou criminosos retira-os da esfera do Direito Internacional quanto ao recurso à força e do Direito Humanitário e permite, de uma forma unilateral, adoptar medidas de resposta, o que, pelo seu turno, cria uma ameaça para a paz e a segurança mundial.

11. Será o recurso às TIC, com o objectivo de pôr em causa a estabilidade política e social, bem como a ordem pública, noutra Estado, ilegal, e será que pode ser classificado enquanto ingerência em questões internas de um Estado soberano (de acordo com o Artº 2 (4) da Carta da ONU)?

12. Como garantir a atribuição de sujeito de recurso ilegal às TIC?

O anonimato das TIC e, conseqüentemente, a dificuldade de identificar o agressor, podem levar à imputação do facto do recurso à força do Estado cujos sistemas de informação foram utilizados para fins ilegais. Como imaginam, o recurso ao território de um país terceiro num caso dessa natureza leva à sua inclusão no conflito, mas não à transição da responsabilidade pelo conflito para si.

13. Como definir a responsabilidade de países terceiros que disponibilizam os seus sistemas de informação para a utilização ilegal das TIC?

É essencial desenvolver normas de Direito Internacional que reforcem as obrigações dos Estados no que concerne à proibição de utilização de meios nacionais do espaço de informação para a realização de ataques informáticos por parte de um outro Estado contra um terceiro Estado.

14. Como identificar a responsabilidade dos Estados pelas acções de indivíduos em cargos oficiais por levarem a cabo a utilização ilegal das TIC?

De acordo com normas do Direito Internacional, o Estado tem a responsabilidade pela acção dos seus organismos, bem como indivíduos que agem sob a égide do Estado. Contudo, perceber se um determinado indivíduo age no espaço de informação em defesa dos interesses de um qualquer Estado ou sob o seu controlo pode ser difícil.

15. Como é possível concretizar o Direito à Neutralidade de um Estado em caso de utilização, por partes beligerantes, das suas TIC para a violação de paz e segurança mundial?

Actualmente, é um problema de Direito a concretização do Direito à Neutralidade por parte de um Estado caso os seus sistemas de informação sejam utilizados por Estados terceiros para a realização de ataques informáticos ou outro tipo de acções ilegais.

16. Como podemos distinguir os combatentes dos não combatentes num conflito da esfera da informação, tendo em conta a utilização anónima das TIC bem como a sua acessibilidade?

17. Como se define o teatro de acções militares no âmbito de um espaço de informação?

18. Como avaliar a relação entre a utilização ilegal das TIC e o minar da soberania de um Estado? Poderá ser considerada ingerência em assuntos internos de um Estado, acções, dirigidas à recepção não sancionada do acesso à caixa de correio de um Chefe de Estado ou qualquer dignitário de um Estado concreto? Será que isso se considera enquanto pôr em causa a paz e a segurança mundial, um acto de agressão, o minar da soberania nacional? Nem toda a utilização ilegal das TIC representa esse tipo de ameaça, mas apenas as acções socialmente perigosas com sérias consequências a nível nacional ou mundial.

19. Que instituições internacionais ou nacionais e com base em que critérios têm a legitimidade de avaliar a ameaça que emerge com a utilização ilegal das TIC com o objectivo de pôr em causa a paz e a segurança mundial, de violar a sua soberania, a unidade territorial e a independência política? Partindo do ponto de que a aplicação de normas do Direito Internacional na área da segurança internacional é da responsabilidade de todo o Estado, surge a reocupação relacionada com a possibilidade de avaliação desadequada de consequências, e, por conseguinte, aparecimento de ameaças à segurança internacional.

20. Como e com que meios financeiros se propõe apoiar os Estados que necessitam de TIC e meios programáticos e técnicos necessários para contrariar a ameaça da utilização ilegal das TIC com fins militares, políticos e terroristas, bem como para a concretização de crimes informáticos? Que Actos de normas de Direito e normas tecnológicas devem integrar o quadro legal dos Estados necessitados?

21. Em que direcção é necessário esforçar-se para contrariar a utilização das TIC em acções terroristas e criminosas?

Actualmente, esta acção é dificultada pela inexistência de uma base de Direito Internacional actualizada. Uma das tentativas de criar, nessa esfera, um instrumento multilateral foi a Convenção

do Conselho da Europa sobre a cibercriminalidade, datada de 2001 (Convenção de Budapeste). Rússia, tal como muitos outros países, não participou nela por uma das suas posições ser-lhe inaceitável — sobre o acesso transfronteiriço a dados no âmbito de investigações — o que viola o princípio da soberania dos Estados. O Art. 32 prevê, em casos de ajuda mútua, o acesso transfronteiriço sem o acordo do outro país aos dados de acesso geral (ponto “a”) ou a dados guardados com o acordo do indivíduo que tem o poder legal de dar acesso a esses dados (ponto “b”). A formulação do artigo é de tal forma difusa que não se percebe de quem é a autorização, como deve ser obtida, a que recursos é extensível e quais os direitos desse indivíduo.

A Rússia referiu, mais do que uma vez, o receio de que esse artigo praticamente autoriza a intrusão em redes de outros Estados, que viola os princípios da soberania dos Estados e contradiz o próprio espírito de parceria e respeito estabelecido na relação entre Estados. Além disso, surge a questão, de a Convenção de Budapeste ser uma tentativa de legalizar a espionagem num plano global? No contexto das revelações feitas por E. Snowden, fica claro que não se trata de uma questão marginal.

Além disso, a rápida velocidade a que se desenvolve o espaço informático e a que são introduzidas novas tecnologias levarão a que a Convenção de Budapeste se torne moralmente obsoleta. No período do seu desenvolvimento (1997-2001), não eram conhecidas, ou não era atribuída a devida importância, a algumas ameaças na esfera da segurança da informação, incluindo alguns crimes. Apareceram novas tipologias de crime na esfera das tecnologias de informação, principalmente por parte de utilizadores maliciosos das ditas botnet — redes de computadores infectadas por programas maliciosos que permitem levar a cabo, remotamente, acções ilegais. A título de exemplo é de mencionar a ausência de referências, na Convenção de Budapeste, a medidas anti-spam, “phishing”, etc.

É difícil levar a cabo uma luta efectiva contra novas formas de terrorismo no espaço de informação sem a sua definição jurídica e, conseqüentemente, criminalização da própria definição e dos seus componentes. A Convenção de Budapeste não inclui esse tipo de normas. Além disso, o documento prevê difíceis procedimentos de introdução de alterações que só podem ser introduzidas após a sua rectificação por parte da maioria. Desta forma, o texto da Convenção é de difícil aplicação.

O crescente número de países que declara solidariedade com a Rússia no que concerne à necessidade, actual, de desenvolver, sob a égide da ONU, de uma Convenção para a luta contra a criminalidade na esfera informática, e que excluísse as posições mais polémicas da Convenção Universal de Budapeste, tendo em conta as experiências positivas dela retiradas e, paralelamente, garantir a soberania e a não ingerência em questões internas dos Estados. É essencial a existência de um documento de alcance global, que tenha em conta as posições de todos os Estados e que se baseie no respeito do princípio da soberania estatal.

22. Como será possível superar o desafio da busca do equilíbrio entre a segurança e a liberdade, o direito de acesso à informação e a responsabilidade dos Estados quanto à acção no espaço de informação?

De acordo com as posições definidas no Grupo de peritos Estatais da ONU face à SII, aprovada em 2013, os esforços dos Estados no sentido de garantirem a segurança da informação devem ir a par com a defesa dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais. A espionagem no espaço de informação, o ataque do Estado à vida privada dos utilizadores (o que ficou conhecido graças às revelações do E. Snowden) representam uma ameaça real à segurança da informação, o que torna actual o desenvolvimento de normas no que concerne à defesa dos Direitos Humanos e dados no espaço de informação. Nesse contexto cumpre referir o pacto internacional sobre os direitos civis e políticos (1966) no qual estão registados os Direitos Humanos quanto à liberdade da procura, à recepção e difusão de todo o tipo de informação e ideias, bem como os deveres relacionados com esses direitos, a par com as limitações, necessárias para a defesa dos direitos e da reputação de outros indivíduos, bem como a manutenção da segurança nacional, da ordem política, da saúde e da moralidade da população.

23. Como garantir a troca de informação sobre infra-estruturas de informação críticas sem os transformar num alvo fácil para os atacantes?

Os ataques informáticos contra as infra-estruturas de informação críticas podem deixar milhares de pessoas sem água, comida e electricidade. As avarias nos sistemas de informação que garantem o funcionamento das centrais term nucleares e hídricas, podem causar vários milhares de vítimas. Para garantir a paz e a segurança mundial é essencial fixar a obrigação dos Estados em se

absterem de atacarem infra-estruturas críticas de informação, mas a concretização deste tipo de obrigação requer a identificação desse tipo de infra-estruturas, definição de critérios para que uma determinada estrutura seja definida como infra-estrutura crítica a nível nacional ou internacional, contudo, isso, pelo seu turno, acaba por pôr em perigo esse tipo de infra-estruturas, “expondo-os” a ataques.

Desta forma, é óbvio que a comunidade internacional irá precisar de muito tempo para resolver essa contradição. Contudo, é evidente que, nesse caso, o tempo trabalha contra nós. A frequência de ataques informáticos está a aumentar muito mais rápido do que se desenvolvem as conversações internacionais acerca deste tema. Como se imagina, paralelamente com a discussão de todo o conjunto de problemas ligados a infra-estruturas críticas poderia utilizar-se a tática de “pequenos passos” — por exemplo, uma das primeiras medidas poderia passar pela defesa de infra-estruturas bancárias e firmar-se uma espécie de “pacto de não-agressão” em relação aos bancos. Que forma jurídica internacional poderia ter esse tipo de obrigações estatais? Como poderiam ser concretizados na prática?

24. Emerge um problema político e jurídico da avaliação das vulnerabilidades identificadas no software vendido no mercado e produtos tecnológicos e que podem ser usados para levar a cabo actividades ilegais no âmbito das TIC. No relatório do Grupo de peritos Estatais da ONU acerca da SII de 2013 é mencionada a inquietação da comunidade internacional quanto à possibilidade de serem ligadas às TIC funções maliciosas encapotadas e que podem ser utilizadas para porem em causa a segurança nacional, reduzirem dos níveis de segurança da utilização das TIC, bem como contribuírem para a ruptura de confiança entre as partes no plano das trocas comerciais. Como demonstrar que estas vulnerabilidades não foram “colocadas” conscientemente nos produtos com o objectivo de posteriormente criarem aperfeiçoamentos de informação? Que tipo de informação, acerca de eventuais vulnerabilidades, deve ser partilhada entre Estados que almejam relações “transparentes” acerca de produtos colocados no mercado mundial das TIC? Como seria possível regulamentar a ordem de troca de informação sobre vulnerabilidades e que não está englobado no acordo actual?

25. Um dos temas da “moda” activamente promovido pelo Ocidente em fóruns internacionais é o dito “desenvolvimento do poten-

cial”. As medidas para superar o “fosso digital”, entre Estados com níveis de desenvolvimento diferentes, são actuais e extremamente necessárias, mas como excluir a possibilidade de serem usadas para fins maliciosos? Como garantir que os programas de ajuda não sejam transformados em instrumentos e disfarce para uma ingerência em questões internas dos Estados-receptores? Como é possível desenvolver medidas de realização de potencialidade informática sem o conseqüente alargamento de possibilidades de acesso das Forças Especiais a dados de entidades privadas e estruturas de Estado em Estados-receptores da ajuda internacional, o que irá, inevitavelmente, pôr em causa a segurança nacional destes últimos? Paralelamente, agudiza-se o problema da garantia de segurança dos países-doadores. Como impedir que apareça um “Frankenstein informático” e evitar que a tecnologia transferida seja usada contra si?

26. Será que existe um modelo de gestão da Internet que corresponde aos interesses da garantia da segurança de informação a nível nacional e internacional? Em que sentido deve ser reformada, tendo em conta as possibilidades de uma abordagem de gestão multipartida sobre o tema em apreço?

27. Como pode ser desenvolvido o conceito actualizado das TIC, tendo em conta os progressos científicos e tecnológicos, com especial destaque para a robótica, a inteligência artificial, etc.?

Segundo o reparo certo de K. Getao, representante do Quênia no Grupo de peritos Estatais da ONU acerca da SII no biénio 2014-2015, as TIC são um “alvo em movimento”, são de tal forma dinâmicas que as normas de Direito nem sempre conseguem reflectir, de forma adequada, a nova realidade da informação. Contudo, isso não anula os regulamentos que norteiam as relações interestatais através do Direito Internacional. Paralelamente, não é possível negar o facto de que muitas das suas posições foram desenvolvidas na época da ciber-revolução e eram, sobretudo, dirigidas para a regulação das Relações Internacionais, sem ter em consideração o dito factor virtual. As novas realidades tecnológicas exigem ser trabalhadas e que o Direito Internacional vigente seja adaptado, se não em espírito, então na forma.

Coloca-se, enquanto questão premente, o desenvolvimento de definições, reconhecidas pela comunidade internacional, de conceitos como “arma informática”, “guerra de informação”, “agressão informática”, etc. As normas de Direito Internacional Humanitário

carecem de uma substancial revisão, de molde a adaptarem-se às novas realidades. Em casos isolados, é essencial o desenvolvimento de novas normas legais, regulamentos de Relações Internacionais, dobre o que emerge no espaço de informação. É, também, essencial desenvolver um sistema de medidas para a adaptação de princípios e normas do Direito Internacional à especificidade da esfera informática.

A Rússia considera que os princípios globalmente reconhecidos do Direito Internacional e emanados da Carta da ONU *jus cogens* e as respectivas normas de Direito Internacional, nomeadamente quanto á não ingerência em questões internas dos Estados e o não recurso à força e à ameaça da utilização da força mantêm-se firmes, tanto no espaço físico tradicional, como no virtual.

De acordo com dados, frequentemente citados pelos media internacionais, actualmente, mais de 130 países estão a levar a cabo o processo de desenvolverem “ciber-músculos” e a desenvolver capacidades de ciber-guerra. Aprovam determinadas doutrinas, criam unidades especiais cujas tarefas incluem levarem a cabo uma guerra de informação. No espaço de informação é impossível distinguir o potencial de ataque do potencial de defesa. É por isso que é especialmente actual a questão da desmilitarização do espaço de informação e a adopção de obrigações de Direito Internacional. Os peritos da NATO desenvolvem abordagens dirigidas à legalização e regulamentação da guerra no espaço de informação (tal como “as autoridades de Tallinn no que concerne à aplicação do Direito Internacional à ciber-guerra”).

A Rússia opõe-se a essa política, dirigida à prevenção de guerras políticas e militares no espaço de informação, reforçada pelo sistema de regras do Direito Internacional e que impedem a efectiva regulação de conflitos com recurso às TIC. Parte dessas regras está reflectida na Convenção sobre a garantia da SII, apresentada pela Federação da Rússia de 21-22 Setembro de 2011 em Ekaterinburgo no encontro internacional de altos dignatários, responsáveis por questões de segurança³ e na iniciativa de estados-membro da OCX “Regras de comportamento no âmbito da segurança da informação a nível internacional”⁴, e distribuída, em 2011, no âmbito da 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU na qualidade de documento oficial.

Tendo em conta as dinâmicas das tendências negativas na área da informática, na etapa actual é essencial que a discussão, actu-

almente levada a cabo pela comunidade internacional, passe para uma vertente prática e com resultados concretos. É fundamental que isso seja conseguido antes que a militarização do espaço de informação atinja um ponto sem retorno.

1 Anteriormente em 2004-2005, 2009-2010 e 2012-2013.

2 Declaração no âmbito da reunião do primeiro comité da Assembleia Geral da ONU, Outubro de 2013.

3 Convenção sobre a segurança da informação a nível internacional (concepção). Aprovada a 22.09.2011. URL:<http://mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/e2f289bea62097f9c325787a0034c255/542df9e13d28e06ec3257925003542c4!OpenDocument>

4 Regras de comportamento na área da segurança da informação a nível internacional: carta de representantes permanentes do Cazaquistão, Quirguízia, China, Federação da Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão junto da ONU, de 12 de Setembro de 2011 para o Secretário-geral. A/66/359 // URL:<http://rus.rusemb.org.uk/data/doc/internationalcoderus.pdf>



O que é mais importante: observância dos direitos do homem ou garantia da segurança? Experiência dos EUA dentro do país e no palco internacional

Ekaterina Vissotskaya

Adida do Departamento para questões de novos desafios e ameaças do Ministério das Relações Exteriores da Rússia

Daniil Mokin

Chefe de uma repartição do Departamento para questões de novos desafios e ameaças do Ministério das Relações Exteriores da Rússia

Ilha Rogachev

Diretor do Departamento para questões de novos desafios e ameaças do Ministério das Relações Exteriores da Rússia
dnv@mid.ru

A problemática de defesa dos direitos humanos caracteriza-se de há muito pelo elevado grau de tensão da luta diplomática e política. Porém uma outra esfera de segurança, a resistência a novos desafios e ameaças*, foi considerada (e continua sendo considerada por alguns peritos mesmo hoje) como despoliticizada — há quem afirme que nesta esfera os Estados podem chegar a entendimento com mais facilidade. Mas durante últimos anos a situação mudou: o problema de correlação dos direitos e das liberdades da pessoa, por um lado, e de medidas de garantia da segu-

* Novos desafios e ameaças (NDA): para objetivos do presente artigo são analisadas ameaças à segurança da personalidade, da sociedade e do Estado, que provêm (apesar do caráter convencional desta divisão) de um nível não estatal, isto é, desafios que pertencem antes à esfera jurídico-penal, ao terrorismo e ao extremismo violento e à radicalização da consciência social que os alimentam; a produção e o tráfico ilegal de drogas; a criminalidade transnacional; pirataria nos mares; crimes na esfera de uso de tecnologias de informação e de comunicação.

rança, por outro, entrou totalmente no campo de confrontação. Isto se revelou claramente em diversas áreas internacionais (a ONU, o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e Colaboração na Europa, OSCE), em que foram travadas discussões sobre os direitos do homem e sobre a sua observância no contexto de luta contra o terrorismo e alguns Estados utilizaram estas discussões na qualidade de um meio de pressão política. Isto é característico para todo o Ocidente histórico e também para a linha dos EUA, tomada isoladamente, especialmente depois da sua comparação com a situação real nesta esfera nos próprios EUA.

Nas condições de ameaça permanente do terrorismo e da intensificação de outras ameaças de caráter criminal, muitos Estados, incluindo os EUA, têm sido criticados por causa da eficiência baixa na execução de uma das funções básicas do Estado — a defesa da pessoa humana, o que os fez incrementar o seu potencial de controle, incluindo o potencial dos órgãos de preservação da ordem pública. Este é um processo objetivo. E aí delineou-se realmente um certo conflito desta política com os direitos do homem na sua interpretação liberal-democrata. Quando Washington precisou escapar ao golpe das críticas dos defensores dos direitos humanos, recorreu, pelos vistos, ao método já provado pelos americanos — apontou a situação em outros países, aplicou a política de padrões duplos e politizou o problema. Era preciso exigir em brados cada vez mais altos a observância das liberdades liberal-democráticas, violadas algures por alguém e apontar os que não as observam a fim de desviar a atenção do fato de que estas liberdades não se observam nos próprios EUA. E as críticas feitas a outros eram tanto mais agressivas quanto mais se apertavam os parafusos em casa. Era preciso criar o respectivo pano de fundo político para que a posição adotada em relação aos EUA fosse uma e em relação a democracias subdesenvolvidas, outra. Por exemplo, quando a luta da Rússia contra os terroristas no seu território tinha atingido auge, o Ocidente, guiado pelos EUA, pôs em dúvida se os adversários, reprimidos por Moscou, não seriam combatentes pela liberdade e esta filosofia passou a figurar nos documentos de diversas organizações internacionais. Quanto a Guantánamo e Abu-Greiv, cheios de presos, acusados de crimes contra as forças da coalizão ocidental, aí a posição era outra: este modo de combate ao terrorismo é justo, é correto e, quanto a alguns exageros, os juristas é que irão cuidar disso.

Na realidade, as chamadas democracias evoluídas, com os EUA à testa, colocaram o resto do mundo ante a opção — vocês observam os direitos do homem (trata-se, é claro de direitos e liberda-

des pessoais) e neste caso vocês estão conosco, ou vocês “apertam parafusos” procurando conseguir o nível mais elevado da segurança e violando inevitavelmente os direitos humanos. Neste caso vocês estão contra nós.

Na realidade, esta dicotomia rígida, que se procura nos impor e que nós devemos refutar com ira e repulsa, é totalmente falsa. Pode-se afirmar, inclusive, que ela simplesmente não existe. É que a segurança e os direitos da pessoa humana são condições que não se excluem mutuamente, mas, sim, se completam. A resposta que se deve dar à questão: segurança ou direitos e liberdades pessoais é certamente esta — ambas as coisas. O nível mais alto de segurança não põe em perigo a observância dos direitos do homem, em particular, o direito à vida, que os países ocidentais não gostam tanto de recordar no contexto da campanha antiterrorista, mas, pelo contrário, contribui para a sua observância. Vejamos, por exemplo, a última iniciativa alardeada sobre a proibição de pagamento do resgate pelos reféns. Foi somente graças à pressão diplomática da parte russa que nesta campanha foi incluída a tese sobre o direito da pessoa humana à vida.

Os EUA e outros países ocidentais resolveram de há muito para si o problema de correlação dos direitos e liberdades da pessoa humana e das medidas destinadas a garantir a sua segurança optando pelo reforço das funções de controle e intrusão por parte do aparelho de Estado. Eles introduziram sob o lema de combate ao terrorismo medidas drásticas que violam frequentemente tanto as suas próprias leis, como o direito internacional. Foi o premiê da Austrália T. Abbott quem manifestou a posição real do Ocidente, afirmando que os direitos e liberdades da pessoa humana podem ser limitados em prol da garantia da segurança da sociedade. Ele declarou há pouco: “A segurança pode ser colocada acima da liberdade¹”. Na realidade, nos países ocidentais os direitos e liberdades já estão limitados tanto quanto em outros países que “não mereceram a honra” de serem taxados de democráticos e que aspiram cada vez menos a esta honra, mas, inclusive, mais do que neles.

Quanto à lesão dos direitos dos seus cidadãos e dos cidadãos estrangeiros, os EUA são líder incondicional do Ocidente. Neste país estavam submetidos ao controle exagerado a locomoção, a correspondência, a residência, bens pessoais e dados pessoais dos cidadãos. O exemplo dos EUA torna patente como em prol da segurança são aplicadas desmedidamente tanto providências operativas tradicionais, como inovadoras, incluindo a utilização de tecnologias de informação e de comunicação e aeronaves não tripula-

das (o aparelho de Estado americano, bem equipado tecnologicamente, não pôde resistir à tentação de utilizar todo o seu arsenal rico de meios aplicados).

Tudo isso se soube graças aos materiais dessegredados por E.Snowden. Estes materiais resultaram uma fonte de provas documentais de numerosos fatos de recolha pelos serviços secretos americanos de informações sobre telefonemas e comunicações eletrônicas e sobre a sua possibilidade praticamente ilimitada e oculta dos círculos sociais de controlar o espaço da internet.

O governo dos EUA toma estas medidas sob o pretexto de luta contra o terrorismo. Graças ao crescimento do volume de informação, recolhida pelos serviços secretos, a base federal de pessoas suspeitas do terrorismo já contém mais de um milhão de nomes, sendo 25 mil deles, americanos. Note-se que a ligação entre 280 mil pessoas, que constam nestas listas, e organizações terroristas jamais foi comprovada². Os representantes da Agência de Segurança Nacional dos EUA (ASN) insistiam em que os programas de vigilância visam exclusivamente a obtenção de informações sobre as pessoas ligadas a terroristas internacionais, a cartéis de drogas e ao crime organizado. Mas os desmascaramentos de E. Snowden tornaram evidente que na rede desta agência vão parar milhões de americanos que não têm nada a ver com a criminalidade.

O Estado vigia permanentemente por intermédio dos serviços secretos os seus cidadãos recolhendo todas as informações possíveis sobre eles, incluindo informações de carácter estritamente pessoal. A Agência de Segurança Nacional dos EUA interceptava telefonemas e comunicações dos americanos e o seu processamento proporcionava a esta agência as mais diversas informações — desde a localização da respectiva pessoa até os números dos seus cartões de crédito. A Agência de Segurança Nacional obtinha informações sobre os deslocamentos dos usuários das redes de telefonia celular, sobre os seus planos de viagens turísticas, sobre as suas agendas telefônicas e transferências de dinheiro³. Esta agência interceptava mesmo as conversas telefônicas de pessoas que jamais foram suspeitas de qualquer ação ilegal⁴.

É notável que os programas da Agência de Segurança Nacional na esfera de recolha de informações sobre os telefonemas das pessoas no mundo inteiro exerciam um papel muito menos importante na luta contra o terrorismo do que declaravam os representantes dos órgãos de segurança dos EUA. A administração dos EUA publicou relatório em que se faz a conclusão de que a coleta de da-

dos sobre milhões de telefonemas dos americanos “desempenhou um papel mínimo na prevenção de ataques”⁵.

São interceptadas não somente conversas telefônicas — os serviços secretos americanos exercem controle praticamente total sobre o tráfego da internet nos EUA. A Agência de Segurança Nacional já dispõe de programas que permitem interceptar volumes de informação enormes e cuida permanentemente de ampliar as suas opções técnicas. Por exemplo, o programa com o nome em código “Turbine” permite contaminar automaticamente milhões de computadores e baixar deles as informações no mundo inteiro. O programa “XKeyscore” permite monitorar praticamente todas as ações dos usuários individuais da rede da Internet, obter todas as informações a respeito deles e, inclusive, reter cartas eletrônicas e a correspondência nas redes sociais. A Agência Nacional de Segurança dispõe de opções técnicas para pôr em funcionamento o microfone e a câmara de vídeo dos smartphones e notebooks, sem falar da possibilidade de vigilância através de GPS (este sistema está inserido em praticamente todos os dispositivos portáteis modernos). Para isso pode ser utilizada também a aparelhagem instalada nos escritórios ou em casa — impressores, aparelhos fax e televisores. (Os respectivos materiais podem ser encontrados, por exemplo, nos sites: *The Washington Post*: washingtonpost.com; *The Guardian*: theguardian.com; *The Intercept*: firstlook.org/theintercept/).

Dá-se a impressão de que os métodos utilizados por esta agência na realidade em nada diferem dos métodos dos cibercriminosos que roubam os dados pessoais dos usuários da internet. A agência recorre, em particular, ao envio do spam a fim de contaminar os computadores com programas de espionagem, interfere no tráfego de internet entre servidores e atrai os usuários para sites fictícios.

O Bureau Federal de Investigações, FBI, também não fica à parte desta atividade. Desde 2007, a pedido deste órgão o tribunal obrigou, sob o pretexto de luta contra a atividade terrorista, as companhias de comunicação a fornecer diariamente informações sobre o pagamento de todas as conversas telefônicas dos usuários, tanto internas, como internacionais. Outros programas incluíram a recolha de informações análogas sobre cartas eletrônicas e sobre a atividade na internet. O conteúdo destes contatos podia ser retirado livremente mesmo no caso de ausência de quaisquer ações que infundissem suspeitas. Além disso, podia ser requisitada a informação referente a anotações sobre a aquisição de livros, os dados de históricos de doenças, etc.

Os serviços secretos obtinham informações pessoais sobre americanos e estrangeiros mediante a cooperação estreita com as maiores companhias particulares, entre as quais “Google”, “Microsoft”, “Yahoo”, “Skype” e “Verizon”, firmando com elas acordos confidenciais de fornecimento de informações sobre os clientes.

A vigilância dos próprios cidadãos realiza-se nos EUA não somente na esfera de comunicações: na realidade, neste país foi levada a cabo a concepção do “Grande Irmão” que sabe tudo sobre os seus cidadãos. O comércio fornece informações sobre os seus clientes, incluindo dados sobre os produtos e remédios que eles adquirem, sobre livros que leem e sobre os locais em que descansam. Mas nem isso basta: pretende-se aumentar o número de videocâmaras de vigilância em todas as ruas das cidades americanas. Explica-se que este plano também é imposto pelas exigências da guerra contra o terrorismo e da garantia da segurança da sociedade. Sabe-se que proximamente o número destas câmaras que permitem rastrear com facilidade os deslocamentos de qualquer pessoa vai continuar a crescer. Ao falar da sua cidade, o antigo prefeito de Nova Iorque M. Bloomberg comentou este problema da seguinte maneira: “Dentro de cinco anos as câmaras estarão em toda parte e não importa se isso agrada ou não a você”. As câmaras serão instaladas não somente nos prédios mas também nas aeronaves não tripuladas (drones). “Habituem-se”, disse Bloomberg⁶.

Nos EUA qualquer delito contra a ordem legal e segurança pública é punido severamente e as medidas aplicadas contra os reincidentes são excepcionalmente duras. Em vários estados está em vigor a chamada “regra de três golpes”, de acordo com a qual o réu é condenado a um prazo desde 25 anos até prisão perpétua pelo terceiro crime cometido, independentemente do grau da sua gravidade. Portanto, a pessoa pode ser condenada a passar a vida inteira na prisão por um crime não violento. É sabido que às vezes à prisão perpétua foram condenados indivíduos que tinham cometido um delito insignificante — roubo de um par de meias ou, inclusive, de um pedaço de pizza⁷.

A legislação tão severa fez que o número de pessoas que cumprem penas nas prisões de diversos níveis dos EUA ultrapassou 2,2 milhões de pessoas — um índice sem precedentes no mundo. E se levar em consideração os que estão em liberdade condicional antes de cumprir a pena, o total vai ascender a quase 7 milhões de pessoas⁸. Neste país o número de presos por cada 100 mil habitantes é igual a 716 — é o índice mais alto do mundo⁹. 159 mil pessoas foram condenadas à prisão perpétua, sendo um terço delas pri-

vadas do direito à libertação condicional antes de cumprir a pena¹⁰. Mais da metade dos presos cumprem penas por crimes não violentos.

No entanto, tamanha severidade na promulgação de sentenças não garantiu êxito na luta contra a criminalidade. Atualmente nos EUA cometem-se 4,7 homicídios propositados por 100 mil habitantes, enquanto que no Canadá e na Austrália, onde a legislação não é tão severa, os respectivos índices são iguais a 1,6 e 1,1¹¹. É notável que uma grande parte dos presos são pessoas oriundas da África, América Latina e Ásia. De acordo com as estimativas do Ministério da Justiça dos EUA, cerca de um terço dos afro-americanos — homens passa uma parte da sua vida por trás das grades¹².

A aplicação de medidas de vigilância de acordo com o princípio de raça, etnia, religião ou cidadania é um aspecto à parte na problemática de violação dos direitos humanos pelo Estado. Em agosto a sociedade americana foi abalada pelos eventos na cidade de Ferguson: um policial matou a tiros um adolescente afro-americano desarmado, o que resultou em desordens em massa nesta cidade. Os círculos sociais ficaram indignados também com o fato de que embora 70% dos habitantes desta cidadezinha fossem afro-americanos, apenas 6 dos 53 policiais são pessoas de cor¹³. E este caso está longe de ser o único — basta recordar os eventos de 1992 em Los Angeles. Aí quatro policiais que tinham espancado um afro-americano foram absolvidos pela justiça, o que provocou um verdadeiro motim racial que ceifou vidas de 54 pessoas e causou prejuízo no valor de um bilhão de dólares¹⁴.

Na sua luta contra o terrorismo os serviços de segurança dos EUA e de vários países ocidentais praticam o chamado método de “perfilagem” dos cidadãos, isto é, no foco das atenções destes serviços ficam apenas as pessoas que professam uma determinada religião ou pertencem a um certo grupo étnico. Nos EUA o pretexto de suspeita de terrorismo ou de espionagem é utilizado para a introdução dos agentes nas associações religiosas ou políticas. Por vezes, isto se faz de uma maneira bastante agressiva, o que restringe a liberdade da palavra, de religião e do direito de promover reuniões.

A atividade dos serviços secretos na esfera de associações muçulmanas merece uma atenção à parte. Depois dos atos de terror de 11 de setembro de 2001 o Bureau Federal de Investigação pôs em ação juntamente com a CIA e com a polícia de Nova Iorque um programa de revelação de terroristas entre os muçulmanos residentes nos estados de Nova Iorque, New Jersey e Pensilvânia,

classificando automaticamente as mesquitas existentes nestes estados como fontes de ameaça do terrorismo.

Em vista disso não se pode deixar de mencionar o informe muito ilustrativo “Ilusão da Justiça: violações dos direitos humanos nos processos americanos contra os terroristas”, publicado em julho pela organização de defesa dos direitos humanos “Human Rights Watch”¹⁵. Este documento desmascara os métodos de trabalho antiterrorista das respectivas entidades dos EUA e a prática escandalosa utilizada pelos serviços secretos dos EUA que provocavam muçulmanos a perpetrar atos de terror e depois desmascaravam com êxito estes “crimes” pré-organizados. Os órgãos de proteção da ordem pública estimulavam os muçulmanos a cometer crimes, exercendo pressão neles, e às vezes chegavam a pagar-lhes as tentativas de realização de atos de terror. Note-se que o Bureau Federal de Investigação, FBI, escolhia para estes fins pessoas evidentemente vulneráveis, por exemplo, as que sofriam de distúrbios psíquicos, viviam na miséria ou tinham antecedentes criminais.

Um exemplo patente da atividade deste tipo dos órgãos de proteção da ordem pública dos EUA é o processo do “Quarteto de Newburg” que pretendia atacar várias sinagogas e uma base militar americana. O juiz afirmou que neste caso o governo “tinha planejado o crime fornecendo todos os meios necessários para a sua perpetração e eliminando todos os obstáculos possíveis”¹⁶.

Um outro exemplo clamante disso foi a causa Rezwan Ferdaus, condenado a 17 anos de prisão: ele confessou que tinha planejado a explosão de uma instituição estatal. Rezwan Ferdaus sofria de um distúrbio psíquico, mas o FBI mandou um provocador à mesquita que ele freqüentava e este convenceu-o a realizar um ato de terror. A seguir eles desenvolveram em conjunto um plano de ataques terroristas contra o Pentágono e o Congresso dos EUA. O FBI forneceu a Ferdaus meios financeiros e uma maquete de engenho explosivo. Depois disso o Bureau prendeu-o, “tendo prevenido” desta maneira o ato de terror.

Nos EUA já se formou, na realidade, um sistema poderosíssimo de controle da sociedade — tanto dentro do país, como no estrangeiro. Quanto à política interna dos EUA, esta acusa sintomas cada vez mais evidentes de transformação do país em Estado totalitário policial, em que os dissidentes são vítimas de perseguições sob o pretexto de garantia da segurança nacional, os direitos dos cidadãos que respeitam piamente as leis são violados e os militares dispõem do direito de reprimir os manifestantes pacíficos. Se-

ria possível avaliar de alguma outra maneira a prática já habitual dos órgãos especializados dos EUA de vigiar os militantes dos movimentos sociais de orientação antigovernamental? O Ministério do Interior dos EUA obteve poderes para vigiar em regime permanente os participantes mais ativos das ações de protesto contra a política aplicada por Washington no país e no estrangeiro. Falando a propósito, os americanos apóiam os “oposicionistas úteis” no estrangeiro, fornecendo-lhes não somente o apoio financeiro, mas também tecnológico (por exemplo, os telefones com “botão de alarme”, criados especialmente para os participantes de revoluções “laranja”. Basta apertar este botão para eliminar a informação que o telefone contém e mandar o sinal de falha aos cúmplices). Algumas grandes corporações particulares participam da recolha de dados sobre os militantes de desfiles pacíficos¹⁷.

A resistência do aparelho de Estado ao controle social torna-se cada vez mais intensa. De acordo com os dados apresentados pela agência Associated Press, em 2013 a administração recusou-se a fornecer documentos governamentais na base de requerimentos sociais 546 mil vezes, o que foi um recorde, e os inspetores gerais de 47 entidades vieram com queixas dos empecilhos criados por funcionários públicos a auditorias independentes¹⁸. E isso ocorre no mandato do presidente que tinha prometido aos eleitores o governo mais transparentes na história!

São interessantes os resultados de uma pesquisa da opinião pública nos EUA: 53% dos interrogados não aprovam a recolha pelo governo de informações sobre as comunicações dos cidadãos por telefone e por internet¹⁹. Na opinião de 72% dos americanos, “o Estado inchado” é a maior ameaça no plano da política interna no futuro²⁰. Estes resultados comprovam que a confiança em relação à direção do país continua minguando.

Todavia semelhantes tendências na sociedade não representam nenhuma surpresa. Basta recordar, por exemplo, que Barack Obama acabou por não fazer nenhuma alteração significativa na atividade dos serviços secretos, apesar da pressão por parte da opinião pública e exigências dos defensores dos direitos humanos de restringir os poderes destes serviços. Não cumpriu também a promessa pré-eleitoral de fechar a prisão de Guantanamo, onde os detentos são mantidos sem julgamento e sem um prazo determinado de prisão, sofrendo torturas (embora tribunais americanos já tivessem tomado decisões sobre a libertação de muitos deles).

Em 2013 mais de 100 presos do total de 154 que ainda permaneciam na prisão participaram da greve de fome exigindo a liber-

tação²¹. Eles foram submetidos à alimentação forçada, a que alguns órgãos de defesa dos direitos humanos da ONU consideram uma forma de tortura. A administração da prisão deixou de informar a mídia e os advogados sobre o número total de presos, submetidos à alimentação forçada, nem revelou os pormenores de chamados “procedimentos médicos”.

Barack Obama reconhece que a prisão de Guantanamo é “símbolo da violação dos direitos humanos por parte dos EUA²². Não pôde explicar, contudo, o que fazer com os presos, que representam, de acordo com os dados de serviços secretos, perigo para os EUA, mas não podem ser processados devido à ausência de provas da sua culpa.

No entanto, a prisão de Guantanamo está longe de ser um exemplo único. Em 2004 os jornalistas obtiveram fotografias mostrando militares americanos que torturavam e ultrajavam detentos na prisão iraquiana de Abu-Greiv. O mundo soube das atrocidades dos americanos que não somente escarneciam das pessoas suspeitas do terrorismo mas também fotografavam tudo isso, chegando a posar junto das suas vítimas. E embora o presidente J. Bush Junior afirmasse que as atrocidades fossem praticadas “por um punhado de militares e que não se pode fazer nesta base ideia sobre todo o exército”, esta sua declaração foi desmentida várias vezes por novos e novos fotos e vídeos em que apareciam soldados americanos que escarneciam de presos e profanavam os corpos dos mortos. Isso se fazia tanto no Iraque, como no Afeganistão. Resulta que esta conduta é prática habitual nas Forças Armadas dos EUA.

Os métodos “avançados” de interrogação, incluindo torturas, que estão proibidos no território dos EUA, eram aplicados por agentes da CIA nas prisões secretas especiais, em que eram mantidos terroristas e pessoas, suspeitas da organização de atos de terror²³. É sabido que muitos países árabes, asiáticos e, inclusive, europeus prestaram ajuda à CIA na realização deste programa. As formas de colaboração variavam desde a concessão dos seus aeroportos a serviços secretos americanos e entrega de suspeitos a estes serviços até a manutenção no seu território de prisões secretas da CIA (um exemplo disso é a Polónia²⁴). De acordo com os dados de defensores dos direitos humanos, o programa de prisões secretas da CIA abrangia 54 países do mundo inteiro²⁵.

Em vista de numerosos escândalos em torno das torturas, praticadas pela CIA, os democratas prepararam na época do mandato da administração de J. Bush Junior um informe do senado sobre o

programa da CIA de utilização de “métodos de interrogação duros” dos suspeitos do terrorismo. O próprio informe não foi publicado até hoje — a administração de Barack Obama protela a sua dessegregação, violando desta maneira mais uma vez a Convenção contra torturas de 1984.

Devido a informações que transpiraram na imprensa soube-se que os representantes desta entidade forneceram reiteradas vezes informações deturpadas ao Ministério da Justiça, aos legisladores e os círculos sociais em geral tanto sobre a intensidade dos métodos de interrogação utilizados, como sobre os seus resultados. Soube-se que eles tentaram impedir o inquérito parlamentar, violaram o sistema de computação do senado e acusaram o pessoal do aparelho do Congresso do furto de documentos secretos²⁶.

Agentes da CIA submetiam os suspeitos de terrorismo a torturas, incluindo a imitação do afogamento (Barack Obama reconheceu abertamente que afogamento é tortura), e a um outro método, semelhante a este quanto ao efeito psicológico — o torturado era mergulhado na água gélida. Outros métodos, incluindo a privação do sono e arremesso dos prisioneiros contra a parede eram utilizados durante muito tempo, o que intensificava ainda mais os sofrimentos causados²⁷.

Ao mesmo tempo a CIA exagera seriamente o valor de informações obtidas mediante torturas. De acordo com os representantes da Agência Central de Inteligência, CIA, os serviços secretos obtiveram com ajuda de métodos de interrogação cruéis informações que permitiram prevenir novos atos de terror e localizar os para-deiros de terroristas mais perigosos (incluindo Osama bin Laden). Todavia, o inquérito promovido pelo senado americano revelou que a maior parte destas informações foi obtida ainda antes de submissão de suspeitos a torturas. Além disso, a CIA atribuiu-se depoimentos, prestados pelos presos durante interrogações habituais no FBI, sem o uso de violência.

Soube-se também que os protocolos de muitos interrogatórios em que se utilizavam torturas tinham desaparecido — daí vem que o valor operativo de semelhantes métodos não tem nada a ver com o caso. Trata-se, antes, da crueldade dos agentes da CIA que provem da permissividade “em prol da democracia”. É um exemplo repugnante do efeito da concepção “o objetivo justifica os meios”.

No processo desta “guerra global contra o terrorismo” os EUA violam também o direito fundamental da pessoa humana à vida. Os americanos consideram-se isentos da obrigação de observar a proibição para execuções extrajudiciais nas operações de “elimina-

ção pontual” no estrangeiro de pessoas suspeitas de terrorismo, embora o número de pessoas civis que tombam nestas operações supere muitas vezes o número de terroristas eliminados²⁸. Foram confirmados documentalmente casos de eliminação de pessoas civis, incluindo mulheres e crianças, no Afeganistão, Iêmen, Paquistão, Somália e faixa de Gaza por causa dos ataques dos drones (aviões não tripulados) que eram, respectivamente, americanos, britânicos e israelitas.

Estas operações foram realizadas sob a direção imediata da CIA, o que torna evidente que a atividade deste órgão não é absolutamente transparente e que a CIA não presta contas da sua atividade aos órgãos de controle democrático, incluindo o Congresso dos EUA. Isto evidencia também a “invulnerabilidade jurídica” das pessoas que dão ou cumprem ordens de eliminar os supostos “terroristas”. Note-se que os americanos utilizam aeronaves não pilotadas nos territórios dos Estados com os quais não estão em Estado de guerra. Por isso o conceito de “vítimas colaterais” é inadmissível no plano jurídico.

Resulta que os EUA não têm pejo de violar mesmo o direito da pessoa humana à vida. Mais do que isso: os drones eliminam à distância, sem inquérito, nem julgamento, também os cidadãos dos EUA. Neste contexto pode-se afirmar que os EUA desrespeitam não somente os direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana — no decurso da chamada guerra global contra o terrorismo Washington chegou a ponto de violar a sua própria Constituição que garante aos cidadãos americanos o direito ao julgamento imparcial e justo, assim como à assistência de um advogado de defesa.

Pode-se afirmar com certeza que os direitos civis e políticos nos EUA sofreram uma erosão fortíssima devido à pressão de diversas medidas complementares na esfera de direito. Eles interpretam à sua maneira os padrões de defesa dos direitos humanos e a tese da suposta observância destes padrões é adaptada a suas exigências. Os EUA, que não garantem o respeito à vida privada e violam padrões universalmente aceitos na esfera dos direitos do homem, não param de criticar intensamente, — repitamos isso mais uma vez, — outros pelo controle demasiado na garantia da segurança. E esta atitude tornou-se princípio-chave da sua política em relação a outros países na esfera de defesa dos direitos humanos no palco internacional. Pode-se qualificar, usando palavras bem medidas, este fenômeno como falta de coerência nas ações da administração nas questões de defesa dos direitos e liberdades da pessoa humana na sua própria casa e fora dela: se os EUA se encarregam de ga-

rantir direitos e liberdades fundamentais, devem fazer isso da mesma maneira dentro do país e no palco internacional. Mas o problema é mais sério: depois de introduzir no seu próprio território métodos mais rígidos de defesa de segurança do que em outros Estados, precisamente a estes últimos é que se imputa no quadro de “aulas da democracia” a culpa pela afetação dos direitos humanos, embora as medidas de controle, tomadas por eles, sejam menos invasivas. Caso típico de “padrão duplo”.... E se levarmos em consideração que nos próprios EUA o mecanismo punitivo de garantia de segurança é utilizado não somente na luta contra o crime, mas também na vigilância política que esmaga imediatamente qualquer dissidência ou protesto, pode-se afirmar, inclusive, que se trata de um “padrão triplo”. Basta recordar que no fim do ano passado o movimento de protesto pacífico “Occupy Wall Street” foi dissipado por uma força policial desproporcionalmente rígida e cruel. Foi esta a resposta “à americana” à execução pelos cidadãos dos direitos democráticos à liberdade da opinião e à liberdade de reuniões e associações, garantidas pelos tratados internacionais básicos, incluindo o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e pela Legislação Nacional. Quem conhece de perto esta prática de defesa dos “direitos humanos” não pode escapar à sensação horrível de que o “Grande Irmão” de Orwell já se tornou quase uma realidade e que o resto do mundo pode tornar-se Oceania, a que ele estendeu o seu controle totalitário.

1 “Tony Abbott: “Security May Come Before Freedom”, September 22, 2014 (www.bbc.com)

2 “Barack’s Obama Secret Terrorist Tracking System, by the Numbers” The Intercept, August 5, 2014.

3 Burton Gellman, Ashkan Soltan “NSA Tracking Cellphone Locations Worldwide, Snowden Documents Show”, Washington Post, December 4, 2013.

4 Joe Palazzolo, “NSA Phone-Data Collection Program Set for Legal Challenge”, The Wall Street Journal, September 1, 2014.

5 Privacy and Civil Liberties Oversight Board „Report on the Telephone Records Program Conducted under Section 215 of the USA PATRIOT Act and the Operations of the Foreign Intelligence Surveillance Court, January 23, 2014, p. 11.

6 We are Going to Have More Visibility and Less Privacy’ — Mayor Bloomberg Admits Soon NYPD Surveillance Cameras will be on Nearly Every Corner and in the Air, March 22, 2014 (www.nydailynews.com).

7 “Living Death — Life Without Parole for Non-violent offences”, American Civil Liberties Union, 2014.

8 “Correctional Population in the United States 2012”, US Department of Justice.

9 “World Prison Population List (tenth edition)”, Ray Walmsley, International Centre for Prison Studies, 2013.

- 10 “Life goes on? The Historic Rise in Life Sentences in America”, Sentencing Project, 2013.
- 11 “Global Study on Homicide”, UNODC, 2013.
- 12 “Why is the African American imprisonment higher than whites?” January 23, 2014 (www.huffingtonpost.com).
- 13 «Desordens na cidade de Ferguson, EUA», 18.08.2014 (www.itar-tass.com).
- 14 “Riot Anniversary Tour Surveys Progress and Economic Challenges in Los Angeles” April 25, 2012 (www.cnn.com).
- 15 “Illusion of Justice. Human Rights Abuses in US Terrorism Prosecutions” Human Rights Watch, July, 21, 2014 (www.hrw.org).
- 16 “Illusion of Justice. Human Rights Abuses in US Terrorism Prosecutions” Human Rights Watch, July, 21, 2014 (www.hrw.org).
- 17 “Spy Flies. The ACLU Campaign to Expose and Stop Illegal Domestic Spying”, The American Civil Liberties Union (www.aclu.com).
- 18 “Obama Administration Hindering Oversight: IGs” August 05, 2014. *The Washington Times* (www.washingtontimes.com).
- 19 “Americans Disapprove of Government Surveillance Programs” June 12, 2013 (www.gallup.com).
- 20 “Record High in U.S. Say Big Government Greatest Threat” December 18, 2013 (www.gallup.com).
- 21 “Guantanamo Nurse Refuses to Force-Feed Prisoners” July 16, 2014. *The Guardian* (www.theguardian.com).
- 22 Remarks by the President at the National Defense University, May 23, 2013, The White House (www.whitehouse.gov).
- 23 “CIA Holds Terror Suspects in Secret Prisons” November 2, 2005 (www.washingtonpost.com).
- 24 “European Court Says CIA Ran Secret Jail in a Polish Forest” July 24, 2014 (www.reuters.com).
- 25 “Globalizing Torture. CIA Secret Detention an Extraordinary Retention”, Open Society Foundation, 2013.
- 26 “Top Senator Rejects CIA Torture Report Redactions Ahead of Public Release”, August 5, 2014, *The Guardian* (www.theguardian.com).
- 27 “Senate Torture Report and CIA Reply”, American Civil Liberties Union (www.aclu.com).
- 28 “Between a Drone and Al ‘Qaeda. The Civilian Cost of US Targeted Killings in Yemen” Human Rights Watch, October 2013 (www.hrw.org).



Adeus, Alemanha?

Armen Oganecian

Redator-chefe da revista "Vida Internacional"

Antes de deixar-se quebrantar sob a pressão dos EUA e da Grã Bretanha na questão de sanções antirrussas, os políticos alemães não cansavam de repetir algo semelhante a uma “mantra” a respeito da prioridade da política sobre a economia. Eles clamavam basicamente o patriotismo dos empresários alemães e dos novos desempregados potenciais que deviam admitir perdas e privações, porquanto a “política está acima de tudo” (“Politik über alles”). Todavia, muitas pessoas na Alemanha compreendem que as sanções contra a Rússia e o próprio fato de rendição das suas posições sob a pressão de Washington e de Londres infligem um golpe grave contra o peso político da Alemanha na Europa e no mundo. As humilhações que Berlin tem sofrido ultimamente, — a interceptação das conversas da chefe de Estado, a espionagem no Ministério da Defesa, o escândalo em torno da reserva de ouro alemã que se encontra nos EUA e agora, a “capitulação” sob pressão no tocante a sanções, — tudo isso causa prejuízo irreparável ao prestígio político da Alemanha.

Durante muitos anos a Alemanha não somente reclamava o importante papel de tampão-mediador entre a União Europeia, por um lado, e a Rússia, países do espaço pós-soviético e a Eurásia, por outro, mas também exercia este papel. A Alemanha conseguiu diversificar com êxito as suas ambições políticas e econômicas na China, nos países da Ásia e do Próximo Oriente. Aí estão habitados a encará-la como uma potência autônoma e o terceiro maior



país quanto ao peso específico na economia mundial, depois dos EUA e da China.

Ultimamente a Alemanha revelou interesse em relação a possíveis contatos com os países do grupo BRICS, isto é, o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o que despertou, como é natural, uma desconfiança especial na Casa Branca. A Ucrânia, por mais paradoxal que isso se afigure hoje em dia, seria área ideal para a colaboração de um tipo novo da Alemanha com a Rússia e outros países-membros da Comunidade de Estados Independentes, CEI, caso Berlin fosse capaz de avaliar de uma maneira sensata e autônoma a proposta sobre as relações trilaterais entre a Rússia, União Europeia e Ucrânia na véspera da crise ucraniana.

A posição aparentemente independente que a Alemanha tinha adotado em relação a operações militares da OTAN contra o Iraque em 2003 inspirava a esperança de que a força de vontade de Merkel não cedesse à firmeza do espírito de Schröder. Mas a situação resultou diferente e agora a Alemanha deve contar não os bilhões que ela irá certamente perder em resultado das sanções, e nem sequer centenas de milhares de vagas de trabalho perdidas na Alemanha e na União Europeia, mas, chorar provavelmente a perda da sua chance histórica de se tornar um líder mundial independente e de pleno valor com direito à sua própria voz.

A história demonstra que a divisa “política é a expressão mais concentrada da economia” é mais do que discutível, mas é indiscutível o fato de que a economia se tornou a alavanca da pressão política global sobre praticamente todos os parceiros e adversários, sejam eles “nossos” ou “estranhos”. Se falamos hoje das sanções proclamadas contra a Rússia, daí não vem que nos bastidores não funcione um sistema de sanções “não declaradas” ou da ameaça de uso destas sanções, que os aliados e os chamados “amigos” permutam entre si.

A guinada inesperada em direção à política americana podia ser provocada por diversas razões, mas uma delas salta à vista mais do que outras. Durante últimos anos a Alemanha tem alcan-

çado o maior superávit do balanço comercial nas relações com os EUA e com a Grã Bretanha. Em alguns anos este índice quase chegava a 20%. É possível que Washington e Londres deram a entender claramente a Berlin que irão recorrer a sanções econômicas ocultas dos seus mercados para que a Alemanha se torne mais tratável nas questões de pressão sobre a Rússia. A recusa de Washington de devolver uma grande parte da reserva de ouro da Alemanha, limitando-se à parcela miserável de 10%, está longe de ser um sinal único, que não deixa de ser, todavia, muito significativo. É que a reserva de ouro não é apenas garantia para a indústria alemã, mas numa certa medida também um estabilizador financeiro da Europa unida, que garante a liderança da Alemanha neste continente.

Cameron já fez reiteradas reclamações categóricas a respeito do domínio da exportação alemã nos mercados internos da União Europeia e ameaçou acabar com isso provocando um motim dentro desta União. Neste caso Londres teria numerosos aliados, por exemplo, a França, visto que o superávit da Alemanha no balanço comercial com este país é o maior.

E as regras do comércio mundial? E as normas da Organização Mundial de Comércio, etc, etc.? Estas normas foram sacrificadas de há muito e em grande parte à política. Como se diz “tudo é bom enquanto é bom” e uma ilustração mais patente disso é o exame da causa da companhia UKOS no tribunal de Haia.

Resulta que a Alemanha escolheu o menor dos dois males? Pode-se dizer também isso. Mas é preciso ter em conta que se para os chamados “atlantistas” as sanções contra a Rússia são parte da sua estratégia que visa não somente a contenção, mas, inclusive, o rechaço da Rússia, para a Alemanha está é uma tática e uma tática forçada, imposta de fora. Os interesses estratégicos da Alemanha em relação à Rússia são contrários aos interesses dos atlantistas. Eram precisamente as relações sólidas e evolutivas com a Rússia que proporcionavam à Alemanha a estabilidade política e econômica, o que lhe ajudou a colocar-se em pé de igualdade com as maiores potências mundiais e ter uma voz ponderável no mundo. Para a Alemanha, o “rumo oriental” é garan-

tia da profundidade estratégica que lhe permite resistir à pressão dos concorrentes e dos “amigos” de ambos os lados do oceano Atlântico, pois estes acompanham com crescentes zelos a ascensão da estrela da Alemanha. No plano da estratégia política as últimas ações de Berlin também estão em contradição clamante com os interesses nacionais da Alemanha.

Por força disso o desembriagar é inevitável, mas acontece que ele raramente isenta das conseqüências.

Международная



ЖИЗНЬ

“Direito internacional” de luxo

Boris Piadichev

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário,

doutor em História

pyadysheva@gmail.com



A Academia Diplomática faz 80 anos e a cadeira de Direito Internacional trabalha com êxito praticamente durante todos esses anos, como um dos centros acadêmicos de educação, instrução e ciência mais importantes. A cadeira foi dirigida em alturas diferentes por juristas nacionais de Direito Internacional tão destacados como E.A. Korovin, membro correspondente da Academia das Ciências da URSS, professores M.I. Lazariiev, G.P. Zhukov, A.S. Piradov, V.I. Kuznetsov. Presentemente, a cadeira é dirigida por S.A. Egorov, professor, doutor em Ciências Jurídicas, membro permanente do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda. A experiência teórica e prática acumulada pela cadeira refletiu e reflete-se nas suas publicações científicas, obras metódico-científicas e didáticas. Sem dúvida que é sintomático o facto de, precisamente neste período de jubileu da Academia Diplomática, a editora “Statut” ter publicado a quinta edição (completada e melhorada) do manual “Direito Internacional”, sob a redação de S.A. Egorov, professor, doutor em Ciências Jurídicas*.

A quinta edição revista do compêndio “Direito Internacional” é consideravelmente diferente das anteriores pelo seu volume, conteúdo, bem como pelo coletivo de autores que participaram na sua preparação, do qual fazem parte funcionários da cadeira de Direito Internacional da Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, professores das melhores escolas superiores do país, conhecidos juristas com prática em Direito Internacional, bem como jovens investigadores em início de carreira. Além disso, deve-se particularmente sublinhar a atitude cuidado-

* “Direito Internacional” sob a redação de S.A. Egorov, professor, doutor em Ciências Jurídicas. 5ª edição completada e melhorada. M.: Statut, 2014. 1087 páginas

sa para com a memória de conhecidos especialistas em Direito Internacional como V.I. Kuznetsov e V.N. Fiodorov. Os capítulos por eles escritos para edições anteriores foram conservados e renovados com delicadeza pelo professor O.N. Khlestov, cujo nome é bem conhecido também na ciência do Direito Internacional e na prática da atividade diplomática.

Não se pode deixar de assinalar que a base do coletivo de autores foi constituída por conhecidos juristas em Direito Internacional que possuem experiência de trabalho científico, de investigação e pedagógico, bem como um grande conhecimento do trabalho prático em postos de responsabilidade no aparelho central do MNE da Rússia, noutras instituições e organizações da Rússia, nas suas representações no estrangeiro, na ONU e noutros órgãos e organizações internacionais, incluindo o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e os Tribunais Penais Internacionais da ONU, nomeadamente: M.M. Biriukov, G.M. Velyaminov, A.I. Kovler, M.N. Kopylov, E.G. Lyakhov, Iu.S. Romachov, B.R. Tuzmukhamedov, S.V. Tchernitchenko.

Na quinta edição do compêndio, o volume do material didático aumentou em um terço (superou as mil páginas) e inclui 26 capítulos. Conservando a continuidade e a estrutura tradicional do compêndio de Direito Internacional, na presente edição foram propostas algumas correções na lógica, sequência e estilo da análise dos mais importantes institutos jurídicos internacionais, o que não só dá a possibilidade de assimilar sistematicamente as modernas abordagens analíticas do Direito Internacional, mas também torna mais confortável o seu uso enquanto material didático.

Por exemplo, as questões da realização das normas do Direito Internacional nos sistemas jurídicos nacionais entraram no capítulo “Correlação dos direitos internacional e interno”, o conteúdo do capítulo sobre a cooperação internacional na luta contra o crime foi completado com a parte sobre a “Justiça Criminal Internacional” com uma alteração significava dos materiais nela contidos. Deve-se assinalar que o compêndio contém dois novos capítulos, bastante atuais: sobre os aspetos jurídicos internacionais da atividade da CEI (e de grupos sub-regionais no território das antigas repúblicas da URSS), bem como sobre a regulamentação das tecnologias informativas no contexto do Direito Internacional moderno.

Além disso, o conteúdo do manual está estruturado de modo a não concentrar a atenção em questões “gerais” ou “especiais”, mas a sublinhar a unidade integral do Direito Internacional Público

atual, a importância do estudo de todo o leque de normas jurídicas internacionais na sua ligação sistêmica com os processos ocorrentes na política externa, bem como a compreensão das particularidades do seu desenvolvimento histórico. Não é por acaso que no Prefácio do compêndio se transcreve uma citação de K. Annan, antigo secretário-geral da ONU: “Para garantir o domínio do direito, os juristas devem conhecer o Direito Internacional”, bem como se sublinha o princípio da prioridade da vigência das normas do Direito Internacional na Constituição da Federação da Rússia, noutros atos codifi-

cados da legislação russa, nos documentos político-jurídicos, por exemplo, na Conceção da Política Externa da Federação da Rússia.

Questões fundamentais do Direito Internacional, das etapas do seu desenvolvimento histórico, aparelho terminológico e categorial, particularidades do funcionamento do sistema jurídico internacional, a sua base normativo-jurídica, a especificidade das fontes são abordados nos primeiros capítulos do compêndio. À primeira vez podia parecer difícil encontrar aqui nova informação que possa provocar interesse complementar para com problemas numerosas vezes discutidos. Porém, os autores conseguiram, em alguns casos, destacar novas facetas dos postulados fundamentais do Direito Internacional, das abordagens concetuais, por exemplo, na parte dos princípios jurídicos internacionais e das questões da historiografia, bem como avaliar as tendências e perspectivas de desenvolvimento do Direito Internacional no séc. XXI.

Foram consideravelmente trabalhados os capítulos sobre a correlação dos direitos internacional e interno, incluindo a problemática tão atual da correlação dos direitos internacionais público e privado (Capítulo 5). Consideramos que pode provocar particular interesse o capítulo teórico com a exposição das noções doutrinárias existentes numa dada área, bem como a enumeração das complicações práticas que possam surgir aí.



Bastante úteis e oportunos são os exemplos expostos no compêndio da prática do emprego das normas do Direito Internacional, das normas dos acordos internacionais da Federação da Rússia pelo Tribunal Constitucional da Federação da Rússia, pelos tribunais de jurisdição geral e pelos tribunais de arbitragem da Rússia, que revelam detalhadamente as abordagens existentes de regularização dessas questões. O material apresentado contém uma base factual pormenorizada sobre esta problemática, que é amplamente discutida nos círculos políticos russos e pela comunidade de peritos jurídicos.

Deve sublinhar-se a particular atualidade da abordagem deste tema devido à discussão surgida sobre a necessidade da correção da parte 4 do art. 15 da Constituição da Federação da Rússia, que reforça a norma de que “os princípios e normas universalmente reconhecidos do Direito Internacional e as normas dos tratados internacionais da Federação da Rússia são parte constituinte do seu sistema jurídico. Se um tratado internacional da Federação da Rússia estabelecer regras diferentes das previstas na lei, são empregues as regras do tratado internacional”. É sintomático o facto de esta norma constitucional ser consequentemente analisada em todos os capítulos fundamentais do compêndio.

No livro presta-se atenção a institutos jurídicos internacionais como os sujeitos do Direito Internacional, a população e o território no Direito Internacional, o Direito dos Tratados Internacionais. Além disso, o conteúdo dos capítulos correspondentes é atualizado em relação às realidades atuais. Trata-se de um momento interessante o facto de, no compêndio, não deixarem sem atenção questões polémicas, por exemplo, questões da legalidade da criação de um regime jurídico “especial” de regularização, os chamados territórios internacionais ou “internacionalizados”, mais precisamente Shpizbergen, Antártida.

Deve-se assinalar o alto nível científico e metodológico do conteúdo do Capítulo 11, dedicado à proteção jurídica internacional dos direitos humanos. A história da questão está pormenorizada, são enumerados documentos convencionais e outros que constituem o massivo normativo correspondente das normas, princípios e costumes jurídicos internacionais na esfera dos direitos humanos, são expostos e comentados numerosos exemplos da atividade do Comité da ONU para os direitos humanos e de outros órgãos nesse campo.

A análise de exemplos da atividade do Tribunal Europeu de Direitos Humanos de Estrasburgo em relação à prática jurídica da

Federação da Rússia merece especial atenção. Esta parte pode ter interesse não só como compêndio para os estudantes que estudam a disciplina de Direito Internacional Público, pode ser analisada como material analítico e factual pormenorizado sobre o tema discutido também para todos os participantes interessados no processo de tomada de decisões na política externa e para funcionários da esfera da justiça.

Não se pode passar ao lado do material renovado que entrou no Capítulo 17, dedicado à cooperação internacional na luta contra o crime, nomeadamente à informação sobre a justiça penal internacional. Nos últimos anos do séc. XX foi criada uma série de tribunais penais internacionais que devem investigar e condenar os culpados de violações massivas dos direitos humanos e de outras violações do Direito Humanitário Internacional.

Entre o coletivo de autores do compêndio encontram-se pessoas que participaram diretamente na atividade dos tribunais penais internacionais. Sem dúvida que esta circunstância aumenta o valor do material contido no compêndio, nomeadamente porque o material histórico e factual exposto no respetivo capítulo é particularmente interessante do ponto de vista da garantia da eficácia do Direito Internacional em geral.

Não obstante o facto de, em conformidade com algumas abordagens concetuais, o Direito Internacional não ser reconhecido como um sistema de direito “verdadeiro”, “real” devido à ausência de mecanismos eficazes de garantia do seu emprego ao nível entre estados, a prática de atividade dos tribunais internacionais é um contra-argumento bastante valioso. Consideramos que as partes e capítulos que constituem o compêndio levarão o leitor a pensar na avaliação jurídica da atividade dos tribunais penais internacionais especializados, bem como sobre a prevenção, no futuro, das causas da necessidade de criação de semelhante tipo de órgãos penais internacionais.

Sofreu uma pequena alteração o nome do Capítulo 18 (“Direito das relações externas”) e das suas secções dedicadas às bases do Direito Diplomático e Consular. É de supor que o volume um tanto modesto (em comparação com outros capítulos e secções) do compêndio sobre esta problemática talvez seja explicado pelo facto de a Academia Diplomática prestar tradicionalmente às questões do Direito Diplomático e Consular, que regula o estatuto de instituições no estrangeiro especial atenção e os respetivos temas são pormenorizadamente discutidos em cursos separados de serviço diplomático, de Direito Diplomático e Consular. Não obstante, o mate-

rial que entrou no compêndio dá uma noção bastante completa e adequada sobre o estado atual e a prática do funcionamento das representações diplomáticas.

No que respeita à legitimidade da junção das bases do Direito Diplomático e Consular num único capítulo “Direito das relações externas” (nas edições anteriores do compêndio, o capítulo correspondente chamava-se “Direito da representação oficial dos estados nas relações externas), o novo título é mais apropriado.

Acima assinalou-se que do coletivo de autores fizeram parte não só especialistas que possuem grande experiência de trabalho científico, científico-pedagógico e prático, mas também juristas especializados em Direito Internacional que se encontram no início de carreira, o que se refletiu na forma da exposição de algumas partes do livro. Por exemplo, não foi possível evitar completamente a simplificação e a inconsequência no emprego de conceitos, categorias, termos e as suas características essenciais quando da abordagem de alguns questões da integração económica e da globalização.

Na edição do compêndio analisado foi incluído um novo capítulo dedicado às questões jurídicas internacionais do funcionamento da Comunidade de Estados Independentes e de outras uniões de estados que se formaram no território da antiga União Soviética. São enumeradas e analisadas as uniões de estados, mais precisamente: a União dos Estados da Rússia e Bielorrússia, Comunidade Económica Eurasiática (CEE), avaliadas as perspetivas de um espaço económico uno (EEU). No citado capítulo é feita uma análise jurídica dos documentos constituintes, são assinaladas as particularidades institucionais da estrutura das uniões de estados, é realizada uma avaliação das perspetivas do seu desenvolvimento.

Não se pode deixar de chamar a atenção para um capítulo especial dedicado a uma união de que não faz parte a Federação da Rússia e que foi considerada pelos seus fundadores como uma espécie de alternativa à CEI: Organização pela Democracia e pelo Desenvolvimento Económico (GUAM, anteriormente GUUAM). Visto que raramente se encontra a caracterização jurídica internacional dessa organização na literatura russa e pedagógica russa, esse capítulo deve ser considerado uma adenda pertinente e útil.

Os problemas respeitantes ao direito da segurança internacional e ao direito dos conflitos armados, a análise dos quais são dedicados os capítulos finais do livro, continuam a não perder a sua atualidade. É de frisar que o material destes capítulos contém

muitos dados novos, atualizados, nomeadamente que dizem respeito à colocação da legislação russa em conformidade com os compromissos contidos nas fontes do direito dos conflitos armados (nas Convenções de Genebra sobre a Defesa das Vítimas da Guerra de 1949, nos Protocolos Adicionais a elas e noutros). Consideramos que os respetivos capítulos poderão ser vistos não só como material didático, mas são também “um manual informativo de carácter prático” para todos os que estão envolvidos, de uma forma ou de outra, na solução dos problemas da segurança internacional, do Direito Humanitário Internacional.

O facto de no compêndio estar incluído o capítulo “Direito Internacional e Tecnologias de Informação” é um fenómeno bastante novo para a literatura jurídica de ensino. Pensamos que não restam dúvidas sobre a oportunidade e atualidade da análise desse tema no compêndio de Direito Internacional. Nesse capítulo analisam-se as questões gerais do emprego das tecnologias de informação e comunicação no contexto do Direito Internacional moderno, as formas de cooperação jurídica internacional na direção da Internet e o papel das organizações internacionais intergovernamentais neste processo, os aspetos jurídicos da cooperação internacional na esfera da segurança informativa, bem como é feita uma análise das perspetivas da regulamentação jurídica internacional das tecnologias de informação.

Os ritmos de desenvolvimento das relações sociais na esfera das relações na informação e comunicação vão à frente da sua regulação jurídica, mas quaisquer questões na citada esfera estarão ligadas, de uma forma ou de outra, à necessidade de cooperação jurídica internacional sobre a problemática do desenvolvimento e do emprego de tecnologias de informação. A oportunidade da abordagem dessa problemática no quadro do compêndio de Direito Internacional parece ser interessante e sem dúvida que merece atenção.

Concluindo, deve sublinhar-se a alta qualidade de preparação do compêndio do ponto de vista da metodologia de ensino do curso de Direito Internacional tendo em conta o emprego de formas interativas de ensino. Cada capítulo termina com questões para discussão, que permitem ao leitor fixar o material absorvido, bem como com uma lista de livros recomendados. Sobre os capítulos fundamentais, embora nem sobre todos, é apresentada informação relativamente a recursos na Internet, que dá a possibilidade aos estudantes de receber informações complementares sobre a temática correspondente, o que aumenta consideravelmente a

sua importância prática e a comodidade na utilização da informação contida.

Uma circunstância importante consiste em que a presente edição do compêndio corresponde ao Padrão Federal Estatal de Educação do ensino superior no campo da “Jurisprudência”. O material do compêndio é apresentado de forma a contribuir para o estudo do Direito Internacional Público pelos estudantes, bem como para o estudo de disciplinas especiais como o Direito dos Tratados Internacionais, o Direito Diplomático e Consular, o Direito Marítimo Internacional, o Direito Espacial Internacional, o Direito Ecológico Internacional, a Defesa dos Direitos Humanos, etc.

No plano geral, sem dúvida que a quinta edição do compêndio “Direito Internacional” da Academia Diplomática do MNE da Rússia deve ser vista como um acontecimento significativo de 2013. O compêndio analisado é fruto de um grande trabalho de um coletivo de autores e do seu redator responsável: S.A. Egorov, regente da cadeira de Direito Internacional, professor, doutor em ciências jurídicas. O livro analisado tornar-se-á para todos a quem é dirigido: estudantes, pós-graduados e professores de escolas jurídicas, funcionários da esfera da diplomacia e das relações internacionais, não só um compêndio para o estudo do Direito Internacional enquanto ciência, mas também, de facto, uma enciclopédia de conhecimentos sobre questões da regulação das mais diversas áreas da vida internacional.



